



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Gabriel Valle Sayão

**A agricultura e a cidade: a atuação de duas organizações internacionais no
campo da agricultura urbana**

Rio de Janeiro

2019

Gabriel Valle Sayão

A agricultura e a cidade: a atuação de duas organizações internacionais no campo da agricultura urbana



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lia de Mattos Rocha
Coorientador: Prof. Dr. Alexandre José Firme Vieira

Rio de Janeiro
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S274 Sayão, Gabriel Valle.
A agricultura e a cidade: a atuação de duas organizações internacionais no campo da agricultura urbana / Gabriel Valle Sayão. – 2019.
127 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha.

Coorientador: Alexandre José Firme Vieira.

Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Agricultura urbana – Teses. 2. Urbanização – Teses. 3. Industrialização – Teses. 4. Soberania alimentar – Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Vieira, Alexandre José Firme. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. IV. Título.

CDU 631

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gabriel Valle Sayão

A agricultura e a cidade: a atuação de duas organizações internacionais no campo da agricultura urbana

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 31 de outubro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Lia de Mattos Rocha (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Alexandre José Firme Vieira (Coorientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dra. Paula Mendes Lacerda
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof^ª. Dra. Isabel Cristina da Costa Cardoso
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Rio de Janeiro
2019

AGRADECIMENTOS

Antes de começar os agradecimentos acho que cabe uma contextualização. Entrei na UERJ para fazer este mestrado em 2017, um dos piores anos que esta universidade já teve, em meio a greves, falta de pagamentos e ameaças de venda. A situação das universidades públicas já não estava fácil, mas talvez exatamente por isso tenha encontrado uma UERJ que desejava continuar ativa. À UERJ como um todo devo um agradecimento. Mais particularmente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), a suas/seus docentes e ao nosso sempre prestativo secretário Wagner. Às minhas/meus colegas de programa, especialmente Fafá, Karinna e Luma com quem dividi os trabalhos de editoração de revista, organização de seminários e representação discente. À Elisa que dividiu comigo a situação de estudar agricultura em um lugar que poucos sabem sobre o tema.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Conteí com a bolsa da CAPES desde que entrei e torço para que outras/os tenham essa experiência também...

A toda a Rede Carioca de Agricultura Urbana, especialmente Berna, Ana, Marcelo e Francisco, pessoas incríveis que foram responsáveis por me convencer da importância da Agricultura Urbana e de seu potencial. Agradeço a recepção e o conhecimento que repartiram comigo. Espero que continuem com a disposição e boa vontade de quem ama o que faz.

Ao meu coorientador, Alexandre Firme-Vieira, meu primeiro contato com a Agricultura Urbana e com a extensão através do Núcleo Pachamama.

À minha orientadora, Lia de Mattos Rocha, uma das primeiras pessoas que me fizeram gostar do PPCIS. Ah, e pela melhor definição de meu estilo (confuso) de escrita, a escrita randômica.

Aos dois, Lia e Alexandre, agradeço a amizade, atenção, paciência e compreensão que demonstraram ao longo dos anos de orientação, aulas e grupos de pesquisa, mesmo com os atrasos e as frases incompletas.

À minha mãe, Leda Odette Valle Sayão, precisaria de muito espaço para agradecer por tudo o que já fez. Mas gostaria de agradecer especialmente o exemplo de alguém que acredita no valor do trabalho de uma professora. Não é algo fácil criar dois filhos, mas ainda bem que pode contar com a ajuda da Lizette dos Santos Moraes, minha avó. A ela agradeço o esforço de ajudar a criar mais duas crianças e pelas voltas que dê-mos. A minha irmã, Fernanda Valle Sayão, agradeço pela constante preocupação e pela presença.

À Gizelle Christine Marques de Castro, só posso começar a agradecer, mas não terminar (até porque espero que à medida que os anos corram tenha ainda mais a lhe agradecer). Agradeço seu companheirismo e pela sua amizade. Agradeço não somente por alguns dos melhores momentos que tive como também pela sua influência e opinião. Obrigado por tudo e, por todos os lapsos e ausências, me desculpe.

RESUMO

SAYÃO, Gabriel Valle. *A agricultura e a cidade: a atuação de duas organizações internacionais no campo da agricultura urbana*. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

A Agricultura Urbana é uma temática que tem despertado cada vez mais interesse, seja nas universidades ou nas agências internacionais de desenvolvimento. Nesta dissertação empreendo um estudo de caso sobre a atuação de duas organizações internacionais específicas, a Food and Agriculture Organization (FAO) e o International Development Research Centre (IDRC) na temática. Acompanho o desenvolvimento e instauração de três programas: *Cities Feeding People* (IDRC), *Food for the Cities* e *Growing Greener Cities* (FAO). Demonstro como ocorreu a articulação de um discurso próprio destas organizações sobre agricultura urbana e como ele só pode ser entendido dentro do posicionamento ecológico das mesmas. E como este discurso está atrelado ao discurso da Modernização Ecológica, que por sua vez propõe a conciliação entre “crescimento econômico” e preservação ambiental através da mediação da tecnologia. Por último, aponto que apesar de existir um discurso sobre a agricultura urbana dentro dos termos do processo de neoliberalização da sociedade isto não impossibilitou o surgimento de discursos e práticas alternativas.

Palavras-Chave: Agricultura Urbana. Industrialização-Urbanização. Direito à Cidade. Soberania Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

SAYÃO, Gabriel Valle. *Agriculture and the city: the actions of two international organizations in the urban agriculture field*. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

Urban Agriculture is a theme that has been attracting more and more interest, either at universities or at international development agencies. In this dissertation I undertake a case study on the actions of two international organizations Food and Agriculture Organization (FAO) and International Development Research Center (IDRC) on the subject. I follow the development and establishment of three Programs: Cities Feeding People (IDRC), Food for the Cities and Growing Greener Cities (FAO). I demonstrate how the discourse of these organizations about urban agriculture is created and how it can only be understood within their positioning about ecology And how this discourse is linked to another discourse, the discourse of Modernization Ecological, which in turn proposes the reconciliation between “economic growth” and environmental preservation through the mediation of technology. Finally, I point out that although there is a discourse on urban agriculture within the terms of the neoliberalization process of society, this did not prevent the emergence of alternative discourses and practices.

Keywords: Urban Agriculture. Industrialization-Urbanization. Right to the City. Food Sovereignty and Security.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Espectros da Agricultura Urbana Segundo McClintock.....	48
Tabela 2 – Distribuição dos recursos do IDRC entre as três áreas de pesquisa do Cities Feeding People.....	91
Tabela 3 – Distribuição de recursos para projetos de pesquisa de apoio no período de 1993-2002.....	97
Tabela 4 – Elementos constitutivos da abordagem de CRFS.....	114

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Fotografia de um telhado-estufa em Montreal.....	21
Imagem 2 – Fotografia de um telhado-estufa em Montreal.....	21
Imagem 3 – Agricultura urbana em Mérida, Venezuela.....	22
Imagem 4 – Ponto de venda de sementes em Trinidad, Cuba.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AU – Agricultura Urbana

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

AGUILA – Rede de Agricultura Urbana da América Latina e Caribe

DGIS – *Dutch Development Organization*

ESY – *Edible School Yard*

EUA – Estados Unidos da América

FAO – *Food and Agriculture Organization*

FFS – *Farmer Field School*

CFP – *Cities Feeding People*

CIRAD – *Centre de Cooperation Internationale en Recherche Agronomique*

COAG – *Committee on Agriculture for FAO*

CRFS – *City Region Food Systems*

IAGU – *Institut Africain de Gestion Urbaine*

IGSNRR – *Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research of the National Academy of Sciences*

IPES – *Instituto de Pesquisa Social*

IWMI – *International Water Management Institute*

LAC – *Latin America and Caribe*

LIFDC – *Low-Income Food-Deficit Countries*

MDP – *Municipal Development Partnership*

MENA – *Middle East and North Africa*

MG – *Micro-Gardens*

MKG – *Market-Gardens*

MPA – *Movimento de Pequenos Agricultores*

MPAP – *Multi-Stakeholder Policy formulation and Action Planning*

OIs – *Organizações Internacionais*

OMS – *Organização Mundial da Saúde*

ONGs – *Organização Não-Governamentais*

PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*

PPAs – *Políticas Públicas Ambientais*

PPS – *Project for Public Space*

RDC – *República Democrática do Congo*

Rede CAU – *Rede Carioca de Agricultura Urbana*

RIIs – Relações Internacionais

RUAF – *Resource Centres on Urban Agriculture and Forestry*

SGUA – *Support Group on Urban Agriculture*

SPFS – *Special Programme for Food Security*

SSA – *Sub-Saharan Africa*

TME – Teoria da Modernização Ecológica

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNDP – *United Nations Development Programme*

UPA – *Urban and Peri-Urban Agriculture*

UPH – *Urban and Peri-Urban Horticulture*

WANUA – *West African Network on Urban Agriculture*

WCED – *World Commission on Environment and Development*

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA URBANA COMO TEMA	27
2	OS DEBATES ECOLÓGICOS NA AGENDA INTERNACIONAL: O SURGIMENTO DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” E DA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA	55
2.1	As discussões ecológicas nas organizações internacionais e a construção do paradigma crescimento-sustentabilidade	56
2.2	"Os limites do crescimento"	56
2.2.1	Tecnologia.....	63
2.2.2	O equilíbrio global.....	65
2.3	“Nosso futuro comum”	67
2.3.1	Riscos e crises.....	68
2.3.2	Soluções ou “desenvolvimento sustentável”.....	71
2.4	A Teoria da Modernização Ecológica	74
2.4.1	Os princípios da TME.....	75
2.4.2	As concepções sociais mobilizadas pela TME.....	77
2.4.3	A relação entre a TME e a AU.....	83
3	A AGRICULTURA URBANA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	87
3.1	O IDRC e o Cities Feeding People	87
3.2	A FAO e o Food for the Cities	105
3.3	Growing Greener Cities	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

A Agricultura Urbana (AU) é erroneamente considerada um oxímoro. Apesar de seu papel crítico na produção de alimentos para moradores de cidades ao redor do planeta, a produção de alimentos em áreas urbanas tem sido amplamente ignorada por acadêmicos e planejadores agrícolas; oficiais de governos e elaboradores de políticas públicas em seu melhor tratam a atividade como periférica ou, em seu pior, queimam plantações e despejam fazendeiros com clamores de que fazendas urbanas além de serem desagradáveis aos olhos também promovem poluição e doenças. Contradizendo esta imagem, estudos recentes documentam o valor comercial dos alimentos produzidos em áreas urbanas enquanto destacam a importância do plantio urbano como uma estratégia de sobrevivência entre os pobres urbanos, especialmente mulheres que comandam domicílios. (TINKER *in* MOUGEOT, 1994, n.p., tradução própria)¹

Um oxímoro é uma figura de linguagem em que ocorre a junção de termos considerados no primeiro momento como contraditórios. Uma figura comum na retórica clássica que procura uma contradição tão aguda (*oxys* quer dizer agudo) em um argumento de forma a anular seu significado, ao menos para a lógica formal. Como a citação mostra o oxímoro não é/foi um tratamento incomum para a agricultura urbana. Não é difícil entender o porquê. Façamos um esforço imaginativo, alguém que ouça pela primeira vez a expressão teria somente as palavras para tentar chegar a sua compreensão. A palavra “agricultura” nos indicaria a presença de uma atividade produtiva ligada diretamente ao campo e alimentos. “Urbana”, por sua vez, nos remete às noções de cidade, aglomeração, concreto e da artificialização do espaço. A junção destes dois termos acaba sendo uma contradição teórica e também espacial, ao menos como aparência. O *Agro*, por definição, não é a *Urbe*. Os dois conceitos são considerados mutuamente excludentes nas concepções mais correntes. Ou estou no campo ou estou na cidade. Vejo prédios, ruas e ouço carros ou vejo árvores e pássaros. Podemos dizer que no senso comum a questão se colocaria com tal simplicidade. Prosseguindo, a agricultura não nos deixaria grandes

¹ Um dos desejos por trás desta dissertação é de trazer uma discussão teórica internacional para dialogar com a produção nacional. Nesse espírito, optei por traduzir todas as citações em outras línguas para o português, com exceção de nomes e conceitos. Porém, por precaução e receio de erros de tradução ou perdas de significado, coloquei os originais das citações em notas de rodapé. Excluídas citações muito curtas, abaixo de três linhas, e/ou que não apresentem dificuldades de tradução. “Urban agriculture (UA) is wrongly considered an oxymoron. Despite its critical role in producing food for city dwellers around the world, urban food production has largely been ignored by scholars and agricultural planners; government officials and policymakers at best dismiss the activity as peripheral and at worst burn crops and evict farmers, claiming that urban farms are not only unsightly but also promote pollution and illness. Contradicting this image, recent studies document the commercial value of food produced in the urban area while underscoring the importance of urban farming as a survival strategy among the urban poor, especially women heads of households”.

dúvidas, trata-se de uma produção. Entretanto, o que significaria o “urbana” nesta expressão? Simplesmente cidade? Seria levar um pedaço do campo para a cidade? O que significa então agricultura urbana? E mais, o que ela significa para a cidade? E para o campo?

Mais ou menos com esse nível de informação com que travei contato com a agricultura urbana (AU) pela primeira vez, curiosidade daquilo que não sabia o que esperar. Este contato se deu através de uma disciplina acadêmica dedicada à agricultura urbana, eletiva do curso de Ciências Ambientais na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ao longo desta disciplina travei contato com o núcleo de estudos Pacha Mama, um programa de extensão com o qual acabei me ocupando nos meus últimos três semestres (2015 e 2016). Este núcleo tem caráter interdisciplinar, mas é vinculado ao curso de Ciências Ambientais (eu mesmo me formei em Relações internacionais). Na extensão, tive a oportunidade de acompanhar diversas experiências de agroecologia no Estado. As articulações principais do núcleo eram com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e a Rede CAU (Rede Carioca de Agricultura Urbana). No entanto, a articulação com a Rede se encontrava sem alguém dedicado. Neste ponto que eu entrei no núcleo e acabei incumbido de acompanhar a Rede. Neste momento ainda não sabia que curso de mestrado faria (se faria) e muito menos qual o tema. A partir disto fui me encontrando dentro de um movimento social de contestação que hasteia, normalmente, as seguintes bandeiras: romper a invisibilização e silenciamento das/os agricultoras/es do Rio de Janeiro; produção e distribuição de alimentos de qualidade através da promoção da agroecologia; suporte a outras lutas sociais (periferia, questões de gênero, indígenas, anti-racistas entre outras). Pela proximidade de valores, acabei acompanhando as ações da Rede, que começou a fazer parte do meu cotidiano. Como um campo novo, tanto política quanto academicamente, a agricultura urbana ainda não possui muitas obras elaboradas sobre a prática. Assim, quando me decidi por fazer o mestrado em Ciências Sociais, a temática me pareceu relevante e me atraiu.

O conjunto de questões colocadas neste trabalho surgiu em grande medida deste período. A vivência e a proximidade com a realidade destas/es agricultoras/es suscitou a curiosidade científica. Essa curiosidade me levou a pesquisar mais sobre o assunto, e algo que começou a se destacar foi a frequência com a qual apareciam organizações internacionais produzindo conteúdo sobre o tema. Em uma pesquisa rápida no *Google* com o termo “urban agriculture” dos três primeiros resultados dois são de organizações (a Food and Agriculture Organization, FAO², e a Resource Centres on Urban Agriculture and Forestry, a RUAF³), algo

² Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

³ Centro de referência em agricultura e silvicultura urbanas, em tradução livre.

que Whyter e Drescher já comentavam em 2003. Como esperado de alguém formado em Relações Internacionais, o papel destas organizações, o que faziam, como justificavam suas ações e quais os efeitos dessas atuações viraram questões de que desejava conhecer as respostas. Outro ponto que se repetia à medida que continuava estudando AU era a interpretação dela como uma “tecnologia”, uma prática cujo incentivo favorece “a cidade” e “resolve” certos problemas como a insegurança alimentar ou a existência de “desertos alimentares⁴”. O que se destacou nas abordagens das organizações internacionais (OIs), ao menos para este autor, foi o fato de que para elas existem problemas (de alimentação, de pobreza e ambientais) a serem resolvidos e a AU pode ser uma das soluções. Municinando-me da interpretação de Robert Cox sobre a questão da perspectiva nas OIs. No seminal artigo de 1981, “Theory Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations”, Cox identifica a existência de uma “perspectiva” compartilhada por OIs, uma forma de elaboração de teorias por parte delas que ele chamou de “teorias de resolução de problemas” (tradução própria). A concepção de AU exposta por estas entidades pode ser enquadrada nestes termos, como mostro neste trabalho. Entretanto, parte da atuação delas é/foi justamente no sentido de garantir que tal discurso extrapolaria suas produções e fossem absorvidas pela sociedade civil, pelo Estado e pelo mercado. Resumindo, essa pesquisa procurou responder as seguintes perguntas: 1) qual foi/é o papel das OIs investigadas (FAO e o International Development Research Centre - IDRC) na constituição da AU como um campo de pesquisa; 2) quais as origens da concepção de AU empregada pelas mesmas e; 3) quais seus efeitos na organização da agricultura urbana na atualidade.

O conceito de agricultura urbana atual é diretamente relacionado com a atuação do IDRC, através da figura de Luc Mougeot (exemplos, 1994, 2005 e 2006). Adiantando, o conceito de AU como *forma* é composto por três características: 1) ela implica na presença de uma atividade produtiva de plantio e/ou criação de animais; 2) constitui, essencialmente, uma classificação espacial, ou seja, a atividade é localizada dentro ou nos limites de uma cidade ou metrópole e; 3) ela está inserida no ecossistema urbano participando dos fluxos energéticos, na reciclagem de materiais e no fornecimento de produtos e serviços à população urbana. Posto de outra maneira, a definição que empregam é: uma produção agrícola que ocorre em um espaço geográfico entendido como cidade (ou ao redor dela) e está integrada em algum nível com seu

⁴ “Desertos alimentares” é uma expressão para denominar o fenômeno comum em cidades e mesmo áreas metropolitanas inteiras que possuem pouca oferta de produtos alimentícios frescos e, por isso, os preços são elevados. Assim, as populações com baixa renda, subempregadas e desempregadas acabam sem conseguir se alimentar com qualidade.

centro. Essa definição generalista emprega a lógica formal da identidade (LEFEBVRE, 2008, p. 92), ela nos leva a concluir que se essas três características estão presentes, então temos a presença da agricultura urbana. Tal pensamento, apesar de incompleto como veremos, serve bem aos propósitos e a realidade de quem os desenvolveu. Como diria Cox, “[t]eorias são sempre *para* alguém e *para* algum propósito” (1981, p. 207, tradução própria, itálico do autor)⁵. Para a orientação de políticas públicas generalistas tal definição funciona. Entretanto, para os propósitos deste trabalho ela não somente se demonstra insuficiente como também se torna um dado de análise mais do que uma análise acadêmica. Sendo oriundo das organizações internacionais é mais do que compreensível que esse conceito formulado como tal tenha que responder as necessidades cotidianas da realidade destas organizações (como editais, pedidos de financiamento, revisões externas e etc...). Porém, para analisar a complexidade atual da agricultura urbana ele se demonstra limitado.

Argumento que esse conceito está na base do discurso que chamo de *agricultura urbana como tecnologia*. Este discurso, capitaneado pelas OIs e com apelo em diversos outros agentes, promove uma visão de AU como uma “tecnologia verde” capaz de: regeneração de áreas devastadas do tecido urbano; maior acessibilidade das/os produtoras/es aos mercados locais, auxiliando assim o crescimento local e a diminuição das *food miles*⁶ (CANCELA, 2014, p. 51), o que demonstraria maior eficiência na utilização do espaço; promoveria o bem-estar através de sua dimensão terapêutica (CHIANCA & MARLOIE, 2005) diminuindo os custos com saúde pública; o aproveitamento de áreas e espaços não utilizados na cidade entre outros. Vários desses pontos se relacionam ainda com a Teoria da Modernização Ecológica (TME), seja como eficiência no aproveitamento do espaço urbano, seja como renovação ecológica do ambiente urbano.

No segundo capítulo procurei mostrar como a racionalidade posta em movimento por estas organizações é formada. Mais do que uma reconstrução do debate histórico, procuro mostrar como da contradição inicial do movimento ecologista chegamos à conciliação entre crescimento econômico e natureza na figura do “desenvolvimento sustentável”. Apoiando-me na diferenciação entre “teorias críticas” e “teorias de resolução de problemas” proposta por Cox (1981, p. 128, tradução própria), aponto quais são as bases para o surgimento do conceito de “desenvolvimento sustentável” e da Teoria da Modernização Ecológica.

⁵ “[t]heory is always *for* someone and *for* some purpose”.

⁶ Food miles é um termo que se refere de forma crítica à distância entre a produção e consumidores. É uma discussão que engloba desde produtores próximos aos consumidores e economia solidária para apoiar pequenos produtores locais até discussões sobre meios de transporte econômicos no gasto energético.

A TME não apresenta uma proposta fechada, sendo constituída por um conjunto de elementos teóricos presentes em diversas obras, acadêmicas, econômicas e políticas por intelectuais ou organizações que a defendem. Veremos detalhadamente ao longo da discussão teórica estas premissas. Neste momento, devo somente comentar sobre um de seus elementos centrais: a divisão de esferas societárias tripartites. Estado, mercado e sociedade civil são as três esferas que frequentemente são referidas como a sociedade. Como um grande composto, a sociedade só poderia funcionar corretamente para a “solução” da crise ambiental se todas as esferas atuassem em conjunto. Este paradigma sociológico presente nas formulações das OIs, de encarar a crise ambiental como um problema a ser solucionado e a AU como uma “tecnologia ecológica”, é algo que exploro ao longo do trabalho.

Após estabelecer quais concepções teóricas sobre “desenvolvimento” e “sociedade” estão sendo mobilizadas e compartilhadas entre as OIs estudadas parto para a análise dos programas conduzidos na temática em si. A seleção das duas OIs a serem abordadas neste capítulo foi baseada na produção de material significativo. Além disso, o papel de pioneirismo da IDRC e a capacidade e multiplicidade de programas de intervenção socioeconômicas da FAO foram elementos que destacavam a importância das mesmas.

Os efeitos de se criar programas e ações de “desenvolvimento” baseadas na lógica de “resolução de problemas” aparecerão ao longo de todo o trabalho. Porém, posso adiantar que alguns destes efeitos envolvem a fragmentação das questões sociais e a criação de “modelos” de políticas públicas que devem ser “exportados”. Obviamente, isso não significa diminuir a importância da troca de experiências e conhecimentos entre os agentes, especialmente quando temos em mente a chamada troca Sul-Sul, mas sim procurar a extensão em que esta homogeneização molda as possibilidades de ações dentro da sociedade civil.

Nesta altura já tinha ficado evidente que as organizações internacionais foram/são importantes na consolidação da AU como um campo de interesse da pesquisa, do planejamento urbano e do “desenvolvimento sustentável”. O como se deu essa influencia é que é nosso objeto no terceiro capítulo. Acompanharemos então a atuação e produção de duas destas organizações. A primeira é considerada uma das mais importantes na história da consolidação do campo de AU como pesquisa e política pública, o *International Development Research Centre* (IDRC). Esta é uma organização financiada pelo parlamento canadense, criada em 1970 com o intuito de apoiar o “desenvolvimento internacional” através da aplicação “e adaptação do conhecimento científico, técnico entre outros tipos para o avanço econômico e social dessas

regiões [países em desenvolvimento]⁷” (IDRC, 2011, p. 05). De 1993 até 2004, o IDRC promoveu o *Cities Feeding People*⁸ (CFP) uma iniciativa pioneira de atuação global cujos objetivos eram: 1) “reforçar a capacidade local de pesquisa e gerar dados a nível de domicílio e comunidades para identificar opções de políticas e tecnologias”; 2) “Estimular a capacidade regional em políticas e tecnologias através de treinamento e da criação de redes” e; 3) “influenciar governos, planejadores de políticas públicas e agências internacionais no sentido de incorporar a agricultura urbana em seus programas” (WHYTE & DRESCHER, 2003, tradução própria). O CFP foi o primeiro programa de alcance global na temática e marcou o desenvolvimento deste campo. Muitas são as formas de tentar organizar uma cronologia sobre a AU. Alguns procuram demonstrar como a cidade é um espaço de produção desde a antiguidade (SCHANS, RENTING & VAN VEEHUIZEN, 2014) e, portanto, a agricultura urbana não é uma novidade para a cidade. Outros (como MOK *et al*, 2014), por focarem no estudo da AU em áreas de urbanização mais antiga como as grandes cidades norte americanas e inglesas, apontam que houve um processo de incentivo no sentido da produção de alimentos nas cidades. Isto foi atrelado aos momentos de crise na produção de alimentos no campo em função das duas Guerras Mundiais. Nos EUA, por exemplo, houve um processo de propaganda para que civis participassem do esforço de guerra através da produção de alimentos. Já em 1917 os EUA viu o surgimento de um movimento civil de “jardins de guerra” capitaneado pelo National War Garden Commission, que atuou ativamente com a produção de cartazes, livros de receitas entre outros. Segundo contabilidade do próprio comitê, os EUA chegou a ter 3.5 milhões de “jardins de guerra” em 1917 (PACK *in* MOK *et al*, 2014, p. 23). O papel destes jardins continuou sendo importante ao longo da Grande Depressão da década de 1930 e especialmente durante a Segunda Guerra Mundial onde uma nova campanha começou com o National Victory Garden Program que contou com a participação governamental através da War Food Administration que continuou com a propaganda. Os agora nomeados de Victory Gardens apresentaram um papel relevante no esforço de guerra, segundo Basett (*in* MOK *et al.*, 2014, p. 23-24) em 1944 eles eram responsáveis por 40% da produção de vegetais frescos nos EUA. Em sua maioria estes jardins eram individuais ligados às moradias civis, mas também eram numerosos os casos de jardins coletivos. No caso da Inglaterra a existência dos allotments, um termo que designava pequenos espaços de terra que eram dados como compensação para camponeses que estavam sendo expulsos de suas terras ancestrais ainda na era elisabetana. Com

⁷ “(...) and adapting scientific, technical, and other knowledge to the economic and social advancement of those regions”.

⁸ Cidades alimentando pessoas, em tradução livre.

o avanço da industrialização eles tornaram-se cada vez mais relevantes. Apesar de sua disseminação eles não foram entendidos ou estimulados como parte do esforço de guerra, ao menos na Primeira Guerra. Já na Segunda Guerra eles foram estimulados através da campanha Dig for Victory, campanha que guardou semelhança com a norte-americana. Outros trabalhos começam a relatar a partir do ressurgimento dos jardins comunitários, do surgimento do movimento ambientalista, das críticas ao sistema de produção industrial de alimentos e mesmo da chamada “jardinagem de guerrilha” (exemplos como HARDMAN & LARKHAM, 2014; BRAND & MUÑOZ, 2007). Estes são alguns dos pontos normalmente citados quando se tenta elaborar uma cronologia da AU. Agora, quando chegamos à década de 1990, é praticamente uma unanimidade que a agricultura urbana como entendemos é moldada pela ação das OIs e pela articulação com o “desenvolvimento sustentável” e isto se deve em grande parte ao Cities Feeding People (ALMEIDA, 2016;. PRADO, 2012; FERRARETO, 2015).

Apesar de o CFP acabar em 2004, os efeitos dele são perceptíveis em outros programas. No caso da FAO, através de dois de seus programas cujas dimensões são globais, mas fortemente ancoradas na intervenção em Estados “subdesenvolvidos”: o Food for the Cities (FCIT)⁹ e o Growing Greener Cities (GGC)¹⁰. O Food for the Cities é uma iniciativa conjunta de diversos departamentos da FAO lançada em 2001 cujo propósito é de estimular a produção alimentar na busca por construir cidades mais sustentáveis e resilientes. Ela procura estabelecer uma rede de contatos internacionais¹¹ e estabelecer uma metodologia para a análise dos sistemas alimentares urbanos (o City Region Food Systems - CRFS)¹², que veremos detalhadamente no terceiro capítulo. O Growing Greener Cities por sua vez é uma iniciativa de incentivo à produção horticultora urbana (UPH - Urban and Peri-urban Horticulture) através de diversos projetos coordenados pela FAO com os objetivos de assessoria, capacitação, entre outros. Destaca-se também pela extensa produção de estudos de caso, especialmente na América Latina e no continente africano. Veremos como a atuação destes três programas (CFP, FCIT e GGC) operam com uma concepção de agricultura urbana dentro dos parâmetros da TME.

⁹ Comida para as cidades, em tradução livre.

¹⁰ Esverdeando as cidades, em tradução livre.

¹¹ Inclusive existe um grupo de e-mails dedicado à comunicação de iniciativas de agricultura urbana ao redor do mundo. Segundo o site do Food for the Cities: “The Dgroups network “Food for Cities” was set up in 2009 as an online platform offering tools and services that bring individuals and organisations together in the international development community. The network has grown into a community of practice with over 2500 members from 114 countries, including a global network of experts, from development practitioners to academia, connecting research and practice on sustainable food systems and urbanization” (disponível em: <http://www.fao.org/fcit/fcit-home/en/>).

¹² Sistemas alimentares de regiões urbanas, em tradução livre.

Considerações método-lógicas

Como vimos, os conceitos mais prementes sobre AU hoje em dia são formalistas. Seus argumentos procuram determinar o que é a AU, independente de onde, quando e quem faz. Através do processo de identidade ($A \equiv A$), a busca por caracteres isolados que definam uma forma (o que algo é) acaba por separar a mesma de todo e qualquer conteúdo. Como já vimos, neste nível lógico a AU é composta de três composições: plantio e criação, estar localizada em ou perto de uma cidade e possuir integração com a cidade. Esta é a forma-Agricultura Urbana. Entretanto, que *conteúdos* alimentam esta forma?

A inclusão do *conteúdo* na lógica formal é uma maneira de alcançarmos as respostas de: quem faz, onde, quando e por quê. A lógica formal não é negada, mas constitui nosso início. Como ir além da forma? Para responder essa última pergunta, a lógica dialética se mostra muito frutífera. Operando de forma diferenciada da lógica formal, ela nos leva a compreender a forma em relação a outras formas e a outras dimensões que não as formais.

Isto deve ficar mais evidente na próxima exposição. Com uma pesquisa rápida no Google, encontramos diversas expressões de agricultura urbana. E com múltiplas formas geográficas para múltiplas expressões. As formas geográficas nos permitem enxergar alguns elementos sobre a ocupação do espaço, quais forças se articulam para tornar possíveis suas existências e quais relações estabelecem com o espaço de seu entorno. Por exemplo, as figuras abaixo. Na primeira, pensaríamos imediatamente em uma fábrica. Uma forma geográfica que organiza o trabalho social e permite a extração de mais-valia. O espaço e a acumulação de trabalho que é materializado neste espaço nos leva a pensar que um capital razoável deve ter sido empregado nesta empreitada. Uma estrutura predial circulada por concreto, ruas e outras construções, a imagem esperada da “cidade”. Ora, dificilmente pensaríamos que se trata da produção de gêneros alimentícios.

Imagem 01 – Imagem de um telhado-estufa em Montreal



Fonte: LUFA FARMS, 2017

Imagem 02 – Imagem de um telhado-estufa em Montreal



Fonte: LUFA FARMS, 2017

As duas imagens são de uma instalação da empresa canadense chamada “Lufa Farms”. Segundo seu “kit para imprensa” (2017):

Na Lufa Farms nossa visão é de uma cidade de telhados-estufas. Nós plantamos comida onde as pessoas vivem e o fazemos com mais sustentabilidade. Nós abrimos o primeiro telhado-estufa comercial do mundo em 2011, aqui mesmo em Montreal. Nós usamos terras já ocupadas; capturamos água da chuva; reciclamos água de irrigação; reduzimos o gasto energético; compostamos lixo orgânico; usamos biocontrole no lugar de pesticidas sintéticos, herbicidas e fungicidas; e entregamos no mesmo dia que colhemos. Nós demonstramos que os telhados-estufas são uma forma

mais inteligente de alimentar cidades e agora alimentaos milhares de domicílios por semana (2017, n.p., tradução própria)¹³

Vejamos agora outras duas imagens:

Imagem 03 – Agricultura Urbana em Mérida, Venezuela.



Fonte: <http://comunicacioncontinua.com/poder-popular-activara-plan-de-agricultura-urbana-en-merida/>

¹³ “At Lufa Farms, our vision is a city of rooftop farms. We grow food where people live and grow it more sustainably. We opened the world’s first comercial rooftop greenhouse in 2011, right in Montreal. We use no new land; capture rainwater; recirculate irrigation water; reduce energy use; compost green waste; use biocontrols instead of synthetic pesticides, herbicides, and fungicides; and deliver produce on the same day it’s harvested. We’ve demonstrated that urban rooftop farms are smarter way to feed cities, and now feed thousands of households a week”.

Imagem 04 – Ponto de venda de sementes em Trinidad, Cuba



Fonte: <https://katreenatravels.com/2015/12/25/trinidad-colonial-style-and-salsa/>

Nestas imagens podemos perceber um forte contraste com as duas primeiras. Enquanto as primeiras aparentavam a presença de forças materiais (capitais) acumuladas, estas duas apresentam uma relativa baixa presença de trabalho acumulado. Na primeira podemos ver uma horta coletiva de moradores locais. Ao fundo vemos uma das marcas típicas do modelo de industrialização-urbanização capitalista, as moradias padronizadas. A presença de pessoas trabalhando a terra, enquanto podíamos ver irrigadores automáticos (na imagem 02), demonstra outra diferença na natureza deste trabalho. O primeiro modelo de AU utilizava-se de uma grande quantidade de trabalho morto, enquanto o segundo é movido pelo trabalho vivo. Na imagem 04 temos uma das políticas públicas mais bem sucedidas na AU cubana, as casas de sementes. Estas casas permitem o fácil acesso das/os agricultoras/es a sementes orgânicas, permitindo a descentralização desta produção, ao contrário da centralização vista nas duas primeiras imagens. Devemos agora nos perguntar, qual a diferença da produção de alimentos na cidade? Acreditar que a produção de alimentos na cidade é transformadora tem seus limites. Enquanto lógica formal, as duas situações são de AU. Porém, seus *conteúdos* as diferenciam.

Estas imagens foram retiradas de pesquisas no banco de imagens do Google (as duas primeiras com o termo “urban agriculture” e as outras duas com o termo “agricultura urbana”). Com uma pesquisa de imagens é difícil conceber uma “imagem” da agricultura urbana, já que as dicotomias apontadas não são isoladas. Entre imagens de jardins suspensos¹⁴ artesanais

¹⁴ Jardins suspensos são estruturas que procuram verticalizar o cultivo de plantas. São exemplos desde ganchos na parede até elaboradas fachadas de prédios.

criados com caixotes de feira e pallets reciclados a outros elaborados por empresas de paisagismo e designers individuais, passando por hortas coletivas em praças públicas ou condomínios fechados até os projetos majestosos e monumentais de “verticalização de fazendas” (ver DESPOMMIER, 2010) produzir uma “imagem” da AU seria uma tarefa complicada. Devo insistir neste ponto que o que concebemos sob o termo de AU é composto de múltiplas expressões e práticas. Porém, por mais que seja importante ter este fato em mente não é sobre isso que este trabalho trata.

Esta dissertação é um estudo de caso sobre a atuação de duas organizações internacionais (IDRC e FAO) na área da agricultura urbana. A intenção é de entender o que é concebido como AU por elas e qual seu papel na elaboração da AU como um tema de pesquisa e de política pública. Pensando em seus aspectos *positivos* (o que efetivamente construíram e articularam) e *negativos* (não somente o que se deixou de fazer, mas sim o que se impede que cresça). Quais são as contradições postas em movimento ou estimuladas por essas ações? E como procuram conciliar o atrito entre diversos agentes para o surgimento de uma agenda conjunta? Este estudo apoia-se, além de uma bibliografia especializada, na análise qualitativa dos documentos textuais produzidos pelas OIs (*policy-briefs*, relatórios, livros, artigos, etc...) elencados ao final do trabalho. Procurei não somente relatar as ações e a organização dos programas estudados, mas principalmente as repetições entre eles na busca pelos elementos aceitos ao longo de todos estes programas que acredito que corroboram com a idéia de uma “perspectiva compartilhada” (COX, 1981). Os documentos são de acesso público e foram obtidos através de pesquisas nos mecanismos internos dos sites destas organizações (com os termos “urban agriculture”, “agricultura urbana” e “agriculture urbaine”).

Concluindo o começo...

Resumindo, demonstro como o processo de consolidação da agricultura urbana passa pela atividade e influência das OIs e do discurso do “desenvolvimento sustentável”. Segundo, na atualidade a legitimidade do crescimento econômico encontra-se ligado à sustentabilidade e o discurso e teorização mais bem acabada nesta seara é a Teoria da Modernização Ecológica. Terceiro, apesar da AU se consolidar como interesse científico e social (em parte) graças ao trabalho das OIs, a temática não se esgota aí. E um dos dilemas e desafios de quem pesquisa AU é justamente a multiplicidade de atores, agentes e forças envolvidas com/sobre a temática. E isso se reflete na diversidade de discursos e práticas, por vezes contraditórias. Quarto, a

conceituação atual trabalha com o recorte do desenvolvimento da AU como pesquisa e política pública (em outras palavras, procura destacar quando a AU se torna relevante para o planejamento urbano), o que o faz enxergar essa consolidação como induzida pelas organizações e não como um processo histórico derivado da formação da cidade capitalista enquanto tal. Isso apaga o sentido maior da reformulação do espaço urbano e da relação campo-cidade. Quinto, enxergar a AU como um processo histórico-espacial traz à tona novas possibilidades de luta.

A geógrafa Ana Fani Carlos escreve “[n]o momento que o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor, é dado o primeiro passo para a formação das cidades” (2018, p. 58). Não afirmando que a agricultura desembocaria necessariamente na criação das cidades, não é exagero dizer que não existiriam cidades sem agricultores. Não à toa, Ur, Babilônia, Tebas, foram todas cidades que surgem perto de áreas férteis. Porém, se a cidade precisou do/a agricultor/a para nascer, por que foram expulsos e por que retornam?

No primeiro capítulo argumento como a especificidade da AU advém do duplo processo de *industrialização-urbanização*, e que está surgindo na literatura especializada um novo entendimento da AU como um processo. A lógica urbanista, e seu planejamento urbano, tomaram como ideal a monofuncionalidade do espaço e da forma geográfica. A partir disto podemos entender melhor a noção de uma agricultura propriamente “urbana”. Os espaços monofuncionais (indústrias, escolas, até mesmo zonas como a industrial, de negócios) pioram a separação entre o local de trabalho e de moradia. Dessa separação, entre viver e trabalhar (que é expressão espacial da *alienação do trabalho* na sociedade capitalista) surgem os subúrbios, os centros comerciais e industriais, entre outros. Espaços monofuncionais possuem tempos diferenciados, pois durante as horas comerciais são cheios de movimento que ao cair da noite cessam. Isto ocorre porque eles são espaços planejados para maximizar a circulação e a produção do capital. Quando não podem cumprir este objetivo são abandonados pela “moradia”. Espaços multifuncionais subvertem esta lógica e reaproximam o trabalho do lazer. Neste sentido, duas maneiras diferentes de “fazer a cidade” aparecem, e nos faz perceber a diversidade de *projetos* atuando para o desenvolvimento urbano no século XXI.

E enquanto *projetos* de reorganização do espaço social esses polos estão em *contradição*. Cabe aqui lembrar que não é meramente uma questão de planejamento urbano ou de busca pelo melhor plano. O *plano*, enquanto conceito, é uma elaboração que nos coloca

onde estamos e onde queremos ir. A *estratégia*¹⁵, ao olhar desatento, somente implica o mesmo. Sim, a estratégia contém em si uma colocação de onde estamos e para onde vamos. No entanto, palavra originada do contexto da guerra, ela nos força a compreender não somente onde estamos, para onde vamos e como chegar, como também quem ou o quê deve ser combatido para tal. A *estratégia* força a aceitação do antagônico. O *plano* é o entendimento, seja na forma colaborativa ou coercitiva. Talvez não se trate mais de falar em *planejamento urbano*, mas sim em discutir *estratégia urbana* (LEFEBVRE, 2008, p. 112). Para quem ou para o que a cidade está sendo produzida e reproduzida?

O retorno da agricultura à cidade levanta muitas questões, algumas em torno da própria prática outras da luta pelo direito à cidade e à soberania alimentar. Pelo exposto, a Agricultura Urbana surge como uma *tendência* de transformação da cidade e de sua relação com o campo. Seja através do contínuo da mercantilização do espaço urbano ou pela luta e *apropriação* dos movimentos sociais. Este retorno modificará a paisagem urbana, mas a questão é: enquanto modificamos a paisagem o que mais estamos modificando?

¹⁵ O termo *estratégia de classe* surge ao longo do trabalho de Lefebvre com frequência, especialmente n' *O direito à cidade*. Apesar dele, às vezes, empregar o termo *estratégia* isolado do qualificador *de classe*, por contexto acredito poder inferir que são equivalentes, e assim trato. Quando o autor fala em *estratégia* é em um contexto de classe.

1 A CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA URBANA COMO TEMA

Este capítulo não tem a intenção de definir o que é a Agricultura Urbana. Ele foca na apresentação de como ela é tratada por um conjunto de organizações internacionais que auxiliaram a moldar o que entendemos como AU. Primeiro, veremos como ela é abordada nos documentos oficiais produzidos por essas OIs. Segundo, veremos o que constitui o “discurso sobre a AU” como posto por Peter Brand e Edwin Muñoz (2007). E em terceiro como mesmo propondo uma visão crítica, a interpretação dos autores é de fato outro aspecto do discurso da “AU como tecnologia”. Assim, este capítulo demonstra a existência de um discurso hegemônico ao redor da temática, mesmo que não nos termos de Brand e Muñoz. Isto é fundamental para podermos contextualizar as intervenções que serão expostas no último capítulo.

Existem muitas formas de tentar “contar uma história” da AU, como já foi dito. Entretanto, alguns caminhos são mais comuns e proeminentes e os aponto a seguir. O primeiro destes caminhos aos quais chamo atenção trata a AU como uma prática existente desde a Antiguidade. Tenta-se demonstrar como a agricultura na cidade e ao seu redor sempre existiu ao longo dos séculos. Algo que ocorre sempre e em toda cidade, ao longo do espaço e do tempo, do Egito antigo à China moderna. Este recorte foca na atividade produtiva e em uma definição simplista de cidade, como meramente aglomerações de pessoas, produções e recursos. Vejamos um exemplo,

A agricultura vertical é basicamente o cultivo de plantas em superfícies dispostas verticalmente ou inclinadas, como em prateleiras sobrepostas presas a uma estrutura vertical. A solução adotada vai desde sistemas mais simples com vários níveis que permitem a produção chamada de “pouco-espaco/sem-espaco” (low-space/no-space – ver RAU 19, e Ranasinghe, 2009), até estruturas e construções bem mais sofisticadas e tecnológicas. Entre os primeiros exemplos de tais estruturas estão os famosos jardins suspensos da Babilônia. (SCHANS, RENTING & VEENHUIZEN, 2014, p. 09-10)

Ou ainda,

Entretanto, não há nada de novo em torno da agricultura urbana em si. O cultivo de plantas e a criação de animais têm sido uma dimensão da vida urbana desde os primeiros assentamentos, transformando-se no tempo em função do nível de desenvolvimento, dos cenários geográficos e das características culturais de cada cidade (BRAND & MUÑOZ, p. 48, 2007, tradução própria)¹⁶

¹⁶ “Sin embargo, no hay nada nuevo en torno a la agricultura urbana como tal. El cultivo de plantas y la cría de animales ha sido una dimensión de la vida urbana desde los primeros asentamientos, modulada en el tiempo por el nivel de desarrollo, los escenarios geográficos y las características culturales de cada ciudad”.

Ou seja, a agricultura na cidade é uma atividade tradicional no sentido de sua presença. O que se destaca como novo na AU atualmente é sua nova escala. Neste argumento, o caráter quantitativo do fenômeno é alçado à dimensão de essência. O que define a AU atualmente é que ela cresceu e produz cada vez mais. Graças às novas tendências tecnológicas, domicílios e jardins comunitários podem prosperar e fornecer novas respostas às necessidades das populações urbanas. Nesta perspectiva, a AU assume essencialmente o mesmo sentido nas cidades antigas e atuais, o de ser uma fonte de subsistência. Assim, não há nenhum recorte histórico drástico, sendo agricultura urbana somente um novo nome para um fenômeno antigo. Este foco na atividade e no espaço (agricultura feita no núcleo urbano ou ao seu redor) está na base da conceituação mais difundida de AU. Vejamos alguns exemplos,

A agricultura urbana é entendida como a realização de atividades agrícolas em pequenas áreas pertencentes ao perímetro urbano, desta forma, a mesma pode ser realizada, além do plantio diretamente no solo, em canteiros suspensos ou em vasos, diferindo da agricultura tradicional ou rural. Destaca-se que a agricultura urbana destina-se, principalmente à subsistência ou a comercialização em pequena escala. (SILVA, R. R. da ; ALVES, L. A. ; SILVA, K. N. & MELO, M. C. A., 2009, p. 01)

A agricultura urbana e peri-urbana (...) é um empreendimento localizado dentro (intraurbana) ou nas margens (periurbana) de um município, cidade ou metrópolis, que planta e cria, processa e distribui uma variedade de produtos agrícolas, tanto plantas quanto animais, usando recursos humanos, terra e água, produtos e serviços achados dentro ou ao redor de uma área urbana (WORLD BANK, 2013, p. 03, tradução própria)¹⁷

A agricultura urbana e periurbano (AUP) ocorre dentro e nos limites de uma cidade ao redor do mundo e inclui produtos diversos desde plantações e criação de animais a piscicultura e silvicultura em áreas urbanas e periurbanas. Também inclui produtos florestais além da madeira, assim como serviços ecológicos promovidos pela agricultura, piscicultura e silvicultura. Frequentemente, diversos sistemas de plantação e jardinagem existem dentro e ao redor de uma mesma cidade (FAO, 1999 in FAO, 2001, p. 09, tradução própria)¹⁸

AU é uma atividade localizada dentro (intraurbana) ou nos limites (periurbana) de um município, cidade ou metrópolis, a qual planta ou cria, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não-alimentícios, (re)utilizando recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados na ou ao redor de uma área

¹⁷ “Urban and peri-urban agriculture—collectively referred to in this report as ‘urban agriculture’—is an industry located within (‘intra-urban’) or on the fringe (‘peri-urban’) of a town, a city, or a metropolis, that grows and raises, processes and distributes a diversity of agricultural products from both plants and animals, using human, land and water resources, products, and services found in and around that urban area”.

¹⁸ “Urban and peri-urban agriculture (UPA) occurs within and surrounding the boundaries of cities throughout the world and includes products from crop and livestock agriculture, fisheries and forestry in the urban and peri-urban area. It also includes non-wood forest products, as well as ecological services provided by agriculture, fisheries and forestry. Often multiple farming and gardening systems exist in and near a single city”.

urbana, e que em contrapartida fornece recursos humanos e materiais, produtos e serviços a mesma área (MOUGEOT, 1999, p. 10) ¹⁹

Estas são três citações que foram produzidas em diferentes épocas e contextos. Entretanto, acabam por dividir uma mesma definição sobre a agricultura urbana. Esta é uma definição que, como o próprio nos conta, possui origem no trabalho de Luc Mougeot (2005, n.p.). E é principalmente através de relatórios de órgãos especializados em desenvolvimento esta definição se tornou quase consensual. Esta definição têm em comum certas características, presentes na maior parte da produção bibliográfica sobre o tema. Podemos identificar três características que se repetem de uma forma ou outra. Os três elementos básicos desta definição são: primeiro, é uma atividade produtiva que envolve o plantio e/ou a criação de animais; segundo, é uma classificação espacial, a atividade é localizada dentro ou nos limites de uma cidade ou metrópole e; terceiro, participa do ecossistema urbano, promovendo a reciclagem de materiais e o fornecimento de produtos e serviços à população urbana. Colocando de outra forma, a definição que empregam é: uma produção agrícola que ocorre em um espaço geográfico entendido como cidade (ou ao redor dela) e está integrada em algum nível com a cidade.

A última citação, de 1999, é justamente a origem das outras. Como Mougeot relata, esta definição é resultado de uma pesquisa de definições sobre agricultura urbana comissionado pelo IDRC (2005, s.p.). E desde então ela tem sido usada por diversas organizações como a UN Habitat, a FAO e o CIRAD (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique²⁰) (2005, s.p.). E ela continua sendo uma referência para a atividade destas organizações até hoje. Esta definição é justamente oriunda das ações destas OIs e direcionada para sua atuação. Veremos melhor a posição de Cox (1981) sobre a atuação deste tipo de organização no segundo capítulo, mas posso adiantar que elas formulam suas abordagens através do que ele chama de Teorias de Resolução de Problemas. Este tipo de orientação é direcionada à identificação de problemas atuais e da proposição de uma (ou mais) possíveis soluções, que demandem o menor esforço possível (e assim, que modifiquem o mínimo possível as instituições existentes).

¹⁹ “UA is an industry located within (intraurban) or on the fringe (periurban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re-)using largely human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area”.

²⁰ Centro de cooperação internacional em pesquisa agrônômica, em tradução livre.

Isto é observável na abordagem delas sobre a AU nos documentos elaborados. Como esperado de documentos de caráter técnico, os relatórios abordados apresentam certas similaridades de estrutura. Como introdução temos a apresentação de uma “problemática” urbana, colocada em termos como “crescimento urbano desenfreado”, “pobreza e fome urbana”, falta de moradias, entre outros problemas; a formulação conceitual de agricultura urbana e sua conexão com a “problemática urbana”; e a seguir a apresentação dos benefícios esperados com a entrada da agricultura no espaço urbano. E o documento como um todo segue, normalmente, esses eixos: apresentação e conceituação, benefícios e, por último, diretrizes para a implementação de programas de agricultura urbana.

Um dos inícios preferidos para a produção são menções à relação entre o crescimento populacional e o crescimento urbano. O ano de 2008 se tornou um grande ponto do discurso mobilizado pelas OIs. Em 2008 pela primeira vez na história existiam mais pessoas vivendo em áreas urbanas do que em áreas rurais. Para organizações como a FAO e o Banco Mundial esse fato, juntamente com o crescimento esperado da população mundial e a já existente dificuldade por alimentos na cidade constituem uma “problemática”. Introduções que começam com a dupla do crescimento populacional-urbano não faltam:

O ano de 2008 marcou um evento crítico na história do mundo: pela primeira vez na história, a população urbana mundial superou a população rural. De acordo com a United Nations population Fund, é esperado que a população urbana mundial dobre de 3.3 bilhões em 2007 para 6.4 bilhões em 2050, e é previsto que por 2030, 60% da população mundial viva em cidades (UNFPA 2007). É esperado que em torno de 2020, 85% dos pobres na América Latina, e algo em torno de 40-45% dos pobres na África e Ásia, estarão concentrados em cidades. À medida que as cidades se expandem as necessidades alimentares das famílias urbanas também crescem. O processo de urbanização em muitos dos países em desenvolvimento caminha em conjunto com o aumento da pobreza urbana, da insegurança alimentar e da má nutrição, especialmente entre os pobres urbanos. Esta situação é particularmente difícil em contextos de preços de alimentos voláteis e crises financeiras, econômicas e energéticas, já que os consumidores urbanos dependem quase exclusivamente do mercado para se alimentar o que faz com que os efeitos sejam mais significativos entre os pobres urbanos (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 01, tradução própria)²¹

Ou ainda,

²¹ “The year 2008 marked a critical event in world history: for the first time, the world’s urban population outnumbered its rural population. According to United Nations Population Fund, the world’s urban population is expected to double from 3.3 billion in 2007 to 6.4 billion by 2050, and it is predicted that by 2030, 60 percent of the world’s population will live in cities (UNFPA 2007). It is expected that by 2020, 85 percent of the poor in Latin America, and about 40-45 percent of the poor in Africa and Asia, will be concentrated in towns and cities. As cities expand, so do the food needs of urban families. The urbanization process in many developing countries goes closely together with increasing urban poverty and growing food insecurity and malnutrition especially of the urban poor. Their situation is particularly difficult in the context of volatile food prices and financial, fuel and economic crises, since urban consumers are almost exclusively dependent on food purchases and the urban poor are the most affected”.

Em 2020 os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina serão moradia de 75% de todos os habitantes urbanos e de oito das nove esperadas megacidades com populações maiores de que 20 milhões de pessoas. A maior parte das cidades em países em desenvolvimento têm dificuldades em lidar com este desenvolvimento e são incapazes de gerar oportunidades de empregos formais o suficiente para seus pobres. Elas também apresentam problemas crescentes com o despejo de lixo e de água contaminada além da qualidade de ar e dos rios. (...) A rápida urbanização vem com o rápido aumento na pobreza e na insegurança alimentar urbanas. Pobreza, fome e insegurança alimentar possuem implicações para os direitos humanos. De fato, já é amplamente aceito que a pobreza não deve ser entendida somente em termos da falta de renda, mas também como uma privação de direitos humanos e que a fome constitui uma violação ao direito humano à alimentação (HOORNWEG & MUNRO-FAURE, 2008, p. 09, tradução própria)²²

Outros exemplos incluem FAO, 2007 e 2011. Estes são os termos mais comuns de apresentar a existência de uma “crise” que une as dimensões demográficas, ambientais e sociais. As dificuldades de obtenção de alimentos na cidade por populações precariamente inseridas nas relações econômicas urbanas em subempregos ou na ilegalidade, por exemplo, são pontos de atenção do Banco Mundial. Na visão do *Urban Development and Resiliency Unit*, a insegurança alimentar à qual os pobres urbanos estão submetidos é com frequência maior que de populações rurais. Pobres rurais costumam ter alguma relação com a produção de alimentos, acesso à terra (mesmo que pequena) e à matérias primas para a produção ou complementação de sua subsistência. Enquanto isso, pobres urbanos possuem maior dificuldade, sendo a única fonte de alimentos o mercado para grupos com baixo poder aquisitivo (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 01).

O segundo eixo, o dos benefícios, costuma ser bem direto e acessível. São alguns deles: acesso à alimentos frescos e nutritivos sem passar pelo intermédio do mercado; criação de empregos em cadeias de suprimentos para pequenos negócios como restaurantes, bares e locais de comida de rua; a reciclagem de água e de rejeitos urbanos orgânicos; a integração de programas de agricultura urbana com programas de “*esverdeamento urbano*”, o que pode funcionar como uma alavanca para a AU e auxiliar o combate às ilhas de calor assim como o reflorestamento de áreas urbanas; criação de cidades mais limpas, sustentáveis e resilientes;

²² “By 2020 the developing countries of Africa, Asia, and Latin America will be home to some 75% of all urban dwellers, and to eight of the anticipated nine mega-cities with populations in excess of 20 million. Most cities in developing countries have great difficulties coping with this development and are unable to create sufficient formal employment opportunities for the poor. They also have increasing problems with the disposal of urban wastes and waste water and maintaining air and river water quality. It is expected that by 2020, 85% of the poor in Latin America, and about 40-45% of the poor in Africa and Asia will be concentrated in towns and cities. The rapid urbanization goes together with a rapid increase in urban poverty and urban food insecurity. Poverty, hunger and food insecurity have human rights implications. Indeed, it is now widely accepted that poverty should not be seen only as a lack of income, but also as a deprivation of human rights and that hunger constitutes a violation of the human right to food”.

diversificação de alimentos e fontes alimentícias; manutenção de espaços verdes entre muitos outros.

Por sua vez, as instruções são direcionadas para a identificação de experiências e capacitação de agricultoras/es além de facilidades legais. Uma das melhores exposições sobre este eixo é a seguinte:

A implementação do programa pelo SPFS [Special Programme for Food Security, no original] ocorre em duas fases. A fase 1 consiste de quatro componentes principais: controle de reservas de água através de pequenos sistemas de captação de água, irrigação e drenagem, intensificação dos sistemas de plantação, diversificação destes sistemas com a introdução de produção de animais em pequena escala, piscicultura e aquicultura e análise e definição das limitações socioeconômicas para a segurança alimentar. O escopo da segunda fase do programa será determinada pelos resultados da fase 1 e das necessidades de integração com estratégias nacionais e programas existentes de desenvolvimento agrícola, de uso sustentável de recursos naturais e de segurança alimentar. O objetivo é de construir a partir das conquistas da fase 1 para a criação de um ambiente macroeconômico e financeiro que permita a reprodução em larga escala dos micro-abordagens que tenham se mostrado bem sucedidas. A fase 2, a fase macroeconômica, possui três dimensões: uma proposta de reforma de políticas públicas no setor agrícola para a superação dos limites socioeconômicos, um programa de investimentos agrícolas para endereçar as questões de infraestrutura e a preparação de estudos de viabilidade sobre projetos bancários para assegurar financiamento bi e multilateral. São elementos centrais da estratégia do SPFS a participação e o sentimento de pertencimento de fazendeiros e outros stakeholders em todos os estágios de concepção do programa e sua implementação, prioridade para os pequenos agricultores, conscientização ambiental, uma abordagem multidisciplinar integrada e a ênfase na modernização com tecnologias de baixo custo e com equidade social (de gênero e de outros grupos socialmente vulneráveis) (FAO, 2001, p. 8, tradução própria)²³

Adiantando um pouco o que veremos à frente, nestes três eixos pudemos ver a presença das características da Teoria da Modernização Ecológica (que serão aprofundados no capítulo 2). Nos relatórios, a AU aparece como uma tecnologia (inovação) cuja introdução responsável (com participação da sociedade civil) pode evitar problemas sócio-ambientais (prevenção) e

²³ “SPFS implementation takes place in two phases. Phase I is a microeconomic phase consisting of four major components: water control through small systems of water collection, irrigation and drainage, intensification of crop production systems, diversification of production systems into small animal production, artisanal fisheries and aquaculture and analysis and resolution of socio-economic constraints to food security. The scope of the Programme's Phase II is determined by the outcome of Phase I and by the need for integration with national strategies and programmes for agricultural development, sustainable use of natural resources and improved food security. The aim is to build on the achievements of Phase I to create the macro-economic and financial environment for large-scale replication of micro-approaches that have proved successful. Phase II, i.e. the macro-economic phase, has three dimensions: an agricultural sector policy reform to overcome socio-economic constraints, an agricultural investment programme to address infrastructure and the preparation of feasibility studies of bankable projects designed to ensure bilateral and multilateral financing. Core features of the SPFS strategy are national ownership with the participation of farmers and other stakeholders at all stages of the Programme's conception and implementation, priority given to small farmers, environmental awareness, integrated and multidisciplinary approach, emphasis on modernization of low-cost simple technologies and social equity (gender and role of vulnerable groups)”.

mesmo resolver desigualdades sociais enquanto promove o crescimento econômico. Este foco no papel da AU como tecnologia está presente também em análises que se propõem a entender o fenômeno para além da produção de alimentos.

Por exemplo, Brand e Muñoz (2007, p. 49-50) propõem uma origem de três vertentes diferentes que se sobrepõem ao longo do tempo. A primeira delas surge nos anos 1970 e 80 na Europa e América do Norte, aparecendo dentro do novo pensamento ambiental urbano. Enquanto o movimento modernista na arquitetura dava às cidades a aparência de ordem e racionalidade no século XX em contraposto à desordem do crescimento industrial do século XIX, novos problemas surgiam. Apesar da melhora geral em questões de higiene a noção de ambiente e natureza da cidade modernista é de exclusão. Na cidade racional a natureza deve encontrar-se dominada e segregada para não impedir a circulação, especialmente de automóveis. Se o ser humano mal encontra espaço para existir em um espaço criado para o carro o que podemos dizer de outros seres. Por isso desde a década de 1960 o campo do planejamento urbano já estava desenvolvendo novas ideias em relação à natureza e à cidade. No caso da alimentação, estas preocupações vieram na forma de uma crescente crítica à produção industrial de alimentos (BRAND & MUÑOZ, 2007, p. 49). A dimensão técnica da AU é a primeira a se destacar nesta época, sendo concebida como algo que pode contribuir no equilíbrio ambiental ao promover a conservação e reciclagem dos recursos naturais e dos rejeitos das cidades. O argumento técnico a favor da AU continua com outros benefícios como o “(...) esverdeamento das ciudades, da melhora dos microclimas, a conservação dos solos, a reutilização de resíduos orgânicos, a estabilização dos cursos de água, a redução da contaminação atmosférica e o aumento da biodiversidade urbana” (*ibidem*, 2007, p. 49-50, tradução própria)²⁴.

Outro ponto de construção da AU atual vem dos anos 1990 com a temática da luta contra a fome e sobre segurança alimentar. Com as crises econômicas, as políticas de ajuste neoliberal e a queda da União Soviética, a década de 90 viu várias crises alimentares ao redor do mundo sendo várias delas relacionadas à produção de alimentos. A agricultura urbana cresce como uma alternativa para a produção de alimentos em locais com pouco espaço, com disputas pelo espaço urbano e lugares com dificuldade para conseguir os insumos químicos e de maquinário. Entendida como estratégia de sobrevivência de populações submetidas à pobreza urbana, a AU vira temática de interesse de agências internacionais como já vimos. As diversas formas de

²⁴ “(...) reverdecimiento de las ciudades, de mejores microclimas, la conservación del suelo, la reutilización de residuos orgânicos, la estabilización de los regimenes de agua, la reducción de la contaminación atmosférica y el aumento de la biodiversidad urbana”.

fazer agricultura urbana em pequena e larga escala se tornam ponto de pesquisa. A agenda de pesquisa sobre AU neste momento foca em conhecer quem faz e, principalmente, quais os entraves à atividade. Brand e Muñoz lembram que, como também vimos, este renovado interesse se deve em parte ao “(...) realinhamento da política ambiental internacional em direção as temas da pobreza e dos Objetivos do Milênio, tal como foi formalizado na reunião de cúpula de Johannesburgo em 2002” (*ibidem*, 2007, p. 50, tradução própria)²⁵. Além de ser uma alternativa, quando conduzida com o apoio dos conhecimentos tradicionais, à agricultura convencional, a AU apresenta um caráter descentralizado e é capaz de ser executada com pouco espaço e com menor custo.

Em terceiro lugar, pela interpretação dos autores, a AU apresentaria uma dimensão de governamentalidade, no sentido Foucaultiano de técnicas de controle dos sujeitos. Após o crescimento da exclusão social e dos mercados informais após duas décadas de políticas neoliberais, a AU é concebida como uma atividade de inclusão social. Mais do que uma integração ao mercado ela é concebida como uma atividade formadora, como Brand e Muñoz descrevem:

A agricultura urbana é por definição participativa e, ao menos formalmente, pretende promover o desenvolvimento da identidade individual, o empoderamento das comunidades, a coesão social e ajudar na inserção de grupos marginalizados na vida urbana moderna, em cidades tanto de países pobres como em países ricos (2007, p. 51, tradução própria)²⁶

E mais, sendo uma política pública que requer pouco recurso em matéria de pessoal e capital, que pode aproveitar conhecimentos existentes e enraizados e cujas principais mudanças são de alocação de espaço e modificação de legislação²⁷, a AU aparece como um campo promissor para administrações locais. Preocupando-se com a AU enquanto discurso político é natural que demarquem sua constituição através da atuação das OIs. Segundo os autores, a atuação das OIs estaria dando origem a um “discurso *da agricultura*” (*ibidem*, 2007, p. 61) que possui cinco características próprias.

A primeira característica do “discurso da AU” trata da dimensão da construção do bem estar das populações marginalizadas e pobres, atuando com uma identidade entre “qualidade de

²⁵ “(...) realineamiento de la política internacional ambiental hacia el tema de la pobreza y las Metas del Milenio, tal como se formalizó en la Cumbre de Johannesburgo en 2002”.

²⁶ “La agricultura urbana es por definición participativa, y formalmente por lo menos, pretende promover el desarrollo de la identidad individual, el empoderamiento de las comunidades, la cohesión social y ayudar en la reinserción de grupos marginados a la vida social urbana, en ciudades de los países tanto pobres como ricos”.

²⁷ Não que seja fácil a modificação de certas regulações, especialmente quando entram em confronto interesses diversos contra o capital imobiliário, por exemplo.

vida” e ideias como natureza, ecologia e meio ambiente natural. Enquanto para os ricos esta ligação com a natureza ocorre através da elaboração e manutenção de “espaços verdes” tanto privados (jardins, designers, jardineiros...) quanto públicos (com áreas com parques e arborizadas que possuem alto custo), para os pobres a questão do contato com a natureza é intermediada pelas questões da produção, consumo e trabalho. Como colocam, “[e]sta divisão social é mascarada através da noção geral de ‘cuidado ambiental’ como uma responsabilidade universal e um bem público” (*ibidem*, 2007, p. 61, tradução própria)²⁸ sendo que esta “responsabilidade” ocorre de maneira desigual, alguns com seu próprio trabalho outros com o trabalho alheio.

A segunda característica do discurso é que ele é utilizado para construir um “sentido de identidade cultural e inclusão social para os marginalizados” (*ibidem*, 2007, p. 62). Nesta construção, se faz referência ao passado na forma da existência de um “rural idealizado” anterior à industrialização. Segundo os autores a figura do/a agricultor(a) urbano(a) se torna um ponto de encontro entre o passado e o presente. A medida que grande parte da AU se utiliza dos conhecimentos tradicionais para uma nova utilização na argumentação dos autores isso cria um laço de valorização do passado, em suas palavras:

O trabalho pesado, os recursos e os conhecimentos práticos do campesinato são apresentados como uma grande tradição cultural, fonte de bem estar na cidade moderna e base dos programas de agricultura urbana [...] A população pobre e os sujeitos que formam parte destes programas de agricultura urbana participam pouco do bem estar material moderno, mas o discurso da agricultura urbana os permite participar simbolicamente: a reconstrução das tradições permite a inserção de seu passado cultural na moderna vida urbana, e sua inclusão simbólica é obtida por serem identificados como portadores de uma responsabilidade ambiental local e global exemplar. Em fato, o ato de nomear os participantes de tais programas como “agricultores urbanos” lhes provê uma identidade que seria de outra maneira negada aos habitantes anônimos dos setores marginalizados da cidade (*ibidem*, 2007, p. 62, tradução própria)²⁹

Em terceiro, o “discurso da AU” trabalharia com uma concepção de “cidadania activa”. Os participantes de programas de agricultura urbana estudados pelos autores assumiam

²⁸ “[e]sta división social es enmascarada bajo la noción general de ‘cuidado ambiental’ como una responsabilidad universal y un bien público”.

²⁹ “[e]l trabajo pesado, los recursos y los conocimientos práticos del campesino son presentados como una gran tradición cultural, fuente de bienestar en la ciudad moderna y base de los programas de agricultura urbana [...] La población pobre y los sujetos que forman parte de los programas de agricultura urbana escasamente participan del bienestar material moderno, pero el discurso de la agricultura urbana les permite participar simbólicamente: la reconstrucción de las tradiciones permite la inserción de su pasado cultural en la vida urbana moderna, y su inclusión simbólica se logra al señalarles como portadores de una responsabilidad ambiental local y global ejemplares. De hecho, el acto permanente de nombrar a los participantes del programa como ‘agricultores urbanos’ les provee de una identidad de otra manera negada a los habitantes anónimos de los sectores marginados de la ciudad”.

conscientemente um conjunto de responsabilidades para com a proteção do meio ambiente, uso de recursos naturais, reciclagem entre outros. Porém, para além deste conjunto de responsabilidades “abstratas” os participantes se viam as voltas com responsabilidades mais “concretas” à medida que precisavam incorpora-las por estarem em um programa governamental deste tipo. Responsabilidades como a procura por capacitação profissional e técnica, da formação de líderes e gestores, de servirem como exemplos morais e da busca por produtividade e mesmo autossuficiência da produção alimentar quando possível (*ibidem*, 2007, p. 62). A dimensão da “cidadania ativa” aparece também na construção da alimentação como direito. Como um direito que necessita da participação popular para ser construído, não alcançado já que não se trata de opor os interesses, mas sim de auxiliar o Estado e o mercado a construir uma solução social. Neste ponto ressaltam como a fome que é um resultado da desigualdade social e do “déficit democrático” retorna como salvação mediante o engajamento da população.

O quarto ponto refere-se ao fato da agricultura urbana ser tratada como um “(...) campo de formação individual e um caminho de integração dos cidadãos pobres na vida económica e social, não somente através da produção de alimentos como também mediante a geração de empregos” (*ibidem*, 2007, p. 62-63)³⁰. Faz parte do discurso e da prática da AU um papel de destaque da capacitação e treinamento na atividade. Mais do que isso, o treinamento técnico possui um carácter mesclado com valores culturais, morais e estéticos (*ibidem*, 2007, p. 63). A capacitação não é vista somente como um diferencial, mas mesmo como uma necessidade. Como em entrevista relatada pelos autores, onde vemos uma culpabilização da pobreza, “[...] essa [gente] mais pobre, [...] têm um nível educativo mais baixo, um nível de educação ambiental mais baixo, são os mais depredadores, os maiores consumidores de recursos [...] como vamos educar-los nestas técnicas sofisticadas?” (*apud ibidem*, 2007, p. 63)³¹.

O último ponto trata da gestão das populações envolvidas com tais programas de agricultura urbana. Estes programas por vezes requerem, para se participar, o registro daqueles envolvidos. Trata-se de olhar para esses como parte do conjunto de dispositivos de vigilância, monitoramento e treinamento do Estado. São registrados não somente de forma individual como também de formas coletivas, com a formação de associações que são estimuladas pelos próprios programas. Segundo o trabalho:

³⁰ “(...) campo de formación individual y camino de integración de los ciudadanos pobres a la vida económica y social, no sólo a través de la producción de alimentos sino también mediante la generación de empleo”.

³¹ “[...] la [gente] más pobre, [...] tiene el nivel educativo más bajo, el nivel de educación ambiental más bajo, son los más depredadores, los mayores consumidores de recursos [...] cómo vamos a educarlos en estas técnicas sofisticadas?”.

Entretanto, também está implicado nisto a institucionalização da participação e a formalização de relações assimétricas entre os cidadãos marginalizados com o governo. Os participantes destes programas usualmente pertencem as classes sociais mais pobres (...) e como tal são beneficiários de algum tipo de programa de bem estar social mínimo. As práticas de agricultura urbana desenvolvem uma sub-categorização específica para ser governada não através de uma regulação à distância, mas sim através de uma ativa constituição de subjetividades urbanas (*ibidem*, 2007, p. 63, tradução própria)³²

Na mesma direção de Brand e Muñoz segue Pudup (2008, p. 1229), quando analisa o que chama de “organized garden projects”. A escolha pelo termo “organized garden project” (projetos organizados de jardinagem) em oposição ao termo mais comum “community garden” (jardins comunitários) não é de menor importância para o artigo de Pudup. Segundo a autora, o termo “community garden” é amplamente utilizado na literatura especializada, em parte, por sua imprecisão. Normalmente, o termo é utilizado sem grande preocupação com o que constituiria uma “comunidade”. Neste sentido o uso deste termo acaba criando mais dificuldades e confusões conceituais do que resolvendo. A autora propõe o conceito de “organized garden project” que seria composto de três elementos (2008, p. 1231): primeiramente, o envolvimento de um grupo de pessoas organizadas mesmo que o cultivo seja individualizado. Para participar do jardim é necessária uma afiliação ao grupo. Esta característica pode possuir diversas facetas diferentes. Tanto grupos organizados pela geografia, como por valores culturais ou mesmo religiosos assim, mas que se consideram uma “comunidade”. Assim como também casos de grupos cujas participações são involuntárias, como jardins terapêuticos em hospitais, escolas ou prisões. O segundo ponto é a existência de metas coletivas. O grupo organizado possui metas de para o que se está plantando e de o que querem com esta prática. Ou seja, existe um projeto envolvendo o jardim que pode englobar áreas próximas como o bairro ou escalas mais amplas como a municipal, estadual ou nacional. O importante é a existência de um projeto coletivo. E por último, a manutenção e o cultivo destes espaços são resultado de ações sociais coletivas. A diferenciação importante aqui é que independentemente do local no qual se cultive como escolas, praças ou mesmo espaços privados, as ações necessárias para a manutenção do espaço são resultado da ação coletiva, em oposição a espaços que são administrados por seus donos ou empregados. Segunda a autora,

³² “Sin embargo, también conlleva la institucionalización de la participación y la formalización asimétrica de las relaciones de los ciudadanos marginados con el gobierno. Los participantes en los programas usualmente pertenecen a la clase social más pobre (estratos socioeconómicos 1 y 2 en el caso de Medellín, con ingresos por debajo de la línea de la pobreza), y como tal son ya beneficiarios de algún tipo de programa mínimo de bienestar social. Las prácticas de agricultura urbana desarrollan una sub-categorización específica para ser gobernada no a través de la regulación a distancia, sino a través de una activa constitución de las subjetividades urbanas”.

esse conceito possui vantagem sobre o de “community garden” à medida que não precisa debater concepções *a priori* do que constitui uma comunidade, mas ao mesmo tempo não coíbe sua utilização. Como ela coloca:

Colocado de outra maneira, o conceito [de “organized garden project”] permite a inclusão da concepção de comunidade, mas não assume sua existência. O conceito de “organized garden project” também se distânciava de concepções vagas ou estabelecidas do que seria um jardim [garden] à medida que estabelece critérios específicos para o espaço geográfico socialmente cultivado. Em resumo, “organized garden project” coloca a ênfase analítica na construção de organizações e discursos e como eles se tornam parte da resposta da sociedade às emergências sociais, econômicas e políticas (2008, p. 1232, tradução própria)³³

Neste artigo, a autora analisa através de dois casos observados, o “the Garden project” que é um programa de reinserção social na cidade californiana de San Bruno e o “edible school yard” mantido na escola de ensino médio Martin Luther King na cidade de Berkeley, também na Califórnia. O primeiro é um projeto derivado do programa de horticultura do presídio da cidade de San Bruno. O “the Garden project” é um projeto que permite aos antigos detentos que tenham participado do programa de horticultura durante sua pena que continuem a cultivar alimentos como uma forma de facilitar o retorno à liberdade. Segundo Van Cleef (*in* PUDUP, 2008, p. 1235), os antigos detentos trabalham oito horas por dia, recebendo o salário médio de San Francisco com benefícios médicos e dentários, sendo que a média costuma ficar em torno de um ano após a saída da prisão. A produção dos dois projetos tem como público-alvo pessoas em dificuldades financeiras, população sem-teto e idosos. A produção é doada, apesar de por um curto período de tempo nos anos 1990 terem tentado vender para restaurantes e consumidores (PUDUP, 2008, p. 1234). Segundo a fundadora dos programas, Catharine Sneed, a razão pela qual os prisioneiros se demonstraram entusiasmados com os programas foi a capacidade de produzir, de dar algo feito por eles mesmos. Mais do que a comida para os detentos se tratava de uma maneira de se tornarem melhores (SNEED *apud* PUDUP, 2008, p. 1234). Para Sneed, parte deste sucesso não é somente da melhora da posição social daqueles que participam e aprendem um ofício, mas do próprio contato com a natureza. Em suas palavras,

[O] trabalho começa em uma estufa com pequenas plantas que necessitam de cuidado constante. Cada pessoa cuida de algumas plantas em particular e aprende assistindo enquanto elas crescem a verdadeira natureza da vida: crescimento, renovação e

³³ “Put differently, the concept allows for community but does not mandate or assume its existence. The concept “organized garden project” also moves beyond taken for granted or vague meanings of “garden” by specifying key features that define the cultivated social geographical space. In sum, “organized garden project” places analytical emphasis on the building of organizations and discourses and how they become part of society’s response to social, economic and political emergency”.

perseverância. Em algum ponto durante este tempo gasto trabalhando calmamente a terra alguma coisa acontece e alguma coisa muda. Testemunhar o ciclo de crescimento e renovação permite aos prisioneiros perceberem seu próprio potencial para crescimento e mudança. Pessoas costumam me perguntar o que eu fiz para inspirar pessoas à trabalharem. Eu lhes conto que não fui eu, foram as plantas (SNEED apud PUDUP, 2008, p. 1235, tradução própria)³⁴

O que Sneed aponta nesta citação é o que Pudup chama de “people-plant relation” (relações pessoas-plantas), o que para a autora é uma das bases do crescimento dos chamados “community gardens” nos EUA. Este termo se refere aos efeitos benéficos de um contato mais aprofundado com a natureza. Entendido como uma relação, cuidar das plantas também se torna um cuidar de si, de maneira que também é visto com o foco no indivíduo. Esse elemento também se encontra presente no “edible school yard” (“jardim de escola comestível”, em uma tradução literal) ou “ESY”. O ESY é originalmente um projeto educacional que promovia o aprendizado através do slogan “from seed to table” (PUDUP, 2008, p. 1236), com um programa curricular que procura utilizar o jardim como espaço central de aprendizagem. Segundo o próprio ESY³⁵, um de seus princípios é de que “food is the perfect teacher”:

Todas as disciplinas – matemática, ciências, humanidades – ganham vida nos laboratórios de aprendizagem que são o jardim ou a cozinha da escola. No refeitório, professores e cozinheiros usam igualmente as refeições para alimentar as mentes dos estudantes assim como seus corpos (EDIBLE SCHOOLYARD PROJECT, 2017, n.p., tradução própria)³⁶

Assim, na articulação entre as diversas disciplinas com o jardim e a vivência do cultivo, o programa busca desenvolver um senso de compartilhamento e comunidade. As/os discentes da escola são responsáveis pelo cultivo e pela colheita e ainda cozinham as refeições que repartem com professoras/es. Comunidade, responsabilidade e qualidade de vida são as bases do projeto. O projeto original de 1996 cresceu através da divulgação e atuação daquela que estava por trás da elaboração do mesmo, a chef Alice Waters. Como Pudup relata, Waters é reconhecida pelo seu restaurante aberto em 1971 *Chez Panisse*, além de diversos livros sobre

³⁴ “[T]he work begins in a greenhouse with small plants that need constant nurturing. Each person cares for particular plants and learns, by watching them grow, the true nature of this life: growth, renewal, and perseverance. Somewhere during the time spent quietly working the earth, something happens and something changes. Witnessing the cycle of growth and renewal allows the prisoners to see their own potential for growth and change. People often ask me what I did to inspire people to work. I tell them that it wasn’t me, it was the plants”.

³⁵ O ESY se transformou de um programa de horta escolar em uma organização sem fins lucrativos que apoia a elaboração de programas curriculares na escola que envolvam a produção e preparo de alimentos. Mais informações em <https://edibleschoolyard.org>

³⁶ “Every discipline—math, science, the humanities—comes to life in the learning laboratory of a garden or kitchen classroom. In the lunchroom, teachers and cooks alike use daily meals to feed students’ minds as well as their bodies”.

culinária e as virtudes de “(...) se comer de forma simples, orgânica, sazonal e localmente” (PUDUP, 2008, p. 1236, tradução própria). O ESY se tornou uma plataforma para uma agenda de acordo com estas virtudes. Para termos alguma dimensão, em 2017 a organização que surgiu do projeto original movimentou US\$ 2.141.000,00 em despesas (THE EDIBLE SCHOOLYARD PROJECT, 2017). Existe uma rede em torno do projeto que abrange 5.508 programas similares em 64 países e 52 territórios somente nos EUA (números de 2017), além de um programa de treinamento de educadores que somente no ano de 2017 recebeu 163 educadores de 58 projetos representando um total de mais de 250.000 estudantes (THE EDIBLE SCHOOLYARD PROJECT, 2017).

Estes dois casos são exemplares da mudança de paradigma na história dos “community gardens” segundo Pudup (2008). Esta mudança é movimentada pelo efeito “roll-out” do processo de neoliberalização. “Roll-back” e “roll-out” seriam duas fases identificadas por Peck e Tickell (2002) no desenvolvimento do neoliberalismo. A primeira se refere ao período inicial na década de 1980 onde o foco era o dismantelar do Estado de bem-estar social e o avanço das forças do mercado sobre esferas que eram reservadas ao Estado. A segunda fase é a passagem para a formulação de novas regras, mais do que a destruição das antigas. No “roll-out” intensifica-se a criação de novas formas de controle e gestão de populações após as perdas da primeira fase. Como Peck e Tickell colocam:

Esta fase mais recente pode ser retratada como uma fase de “roll-out” do neoliberalismo, no sentido que novas formas de intervenção governamental e construção de instituições foram incorporadas dentro do (definido aqui de forma ampla) projeto neoliberal. Não mais uma preocupação estrita com a mobilização e ampliação do mercado (e da própria lógica do mercado), o neoliberalismo cada vez mais se associa às correspondentes novas formas de fazer políticas “sociais” e penais, preocupando-se especificamente com uma reregulação agressiva, com a disciplinarização e com a contenção dos marginalizados e desapropriados do processo de neoliberalização da década de 1980 (2002, p. 389, tradução própria)³⁷

É justamente neste momento que Pudup identifica o surgimento dos “organized garden projects” como novas organizações diferentes dos antigos “community gardens” da década de 1970. Se os antigos jardins eram formados para a saída de situações sociais de dificuldade como pobreza, crise e outros, os novos ganham vida através de três eixos: “responsabilidade pessoal” e “empoderamento individual” através de “relações pessoas-plantas” (2008, p. 1232,

³⁷ “This most recent phase might be portrayed as one of “roll-out” neoliberalism, underlining the sense in which new forms of institution-building and governmental intervention have been licensed within the (broadly defined) neoliberal project. No longer concerned narrowly with the mobilization and extension of markets (and market logics), neoliberalism is increasingly associated with the political foregrounding of new modes of “social” and penal policymaking, concerned specifically with the aggressive reregulation, disciplining, and containment of those marginalized or dispossessed by the neoliberalization of the 1980s”.

tradução própria). Justamente neste momento que ocorre um crescimento de jardins que são movidos por grupos não autônomos como prisioneiros e estudantes. E é também dentro deste processo de “roll-out” que as ONGs aumentam seus projetos ocupando assim o espaço que antes cabiam ao Estado de bem-estar (*ibidem*, 2008, p. 1230).

Pudup assim como Brand e Muñoz estão a mostrar como a agricultura urbana pode ser utilizada em agendas diversas e que dentro de um capitalismo neoliberal se constitui como um elemento de gestão. O fazem por campos diferentes, Pudup nos demonstra a organização de projetos com tendências neoliberais por aspectos como a dimensão terapêutica e individualismo enquanto Brand e Muñoz demonstram estas mesmas tendências em projetos de combate à fome. Para o Norte global projetos de bem-estar, para o Sul projetos de empreendimentos e renda, o que parecem corroborar os achados de WinklerPrins (2017) sobre o padrão dos significados da AU ao redor do mundo.

Entretanto, o foco nestas perspectivas pode nos deixar afoitos a concluir com desanimo que a AU é um fenômeno que não nos traz grandes novidades. Estaríamos errados em concluir que estas são as únicas facetas dela.

Um exemplo de outras interpretações possíveis é o trabalho de Mark Purcell e Shannon Tyman que procura ligar as contradições postas em movimento pela AU como expressões das lutas pelo “Direito à cidade” (LEFEBVRE, 2008). Purcell e Tyman (2014) nos oferece um caminho para a compreensão da questão dos “Direitos” dentro da obra lefebvreana. O autor começa por expor a diferença que existe no conceito de direitos (na concepção ordinária, liberal) e o conceito de “Direitos” na obra de Lefebvre. Cotidianamente direitos referem-se à existência de princípios e valores que através da mediação do Estado recebem proteção. O direito é visto como algo conquistado que se torna instaurado na norma jurídica e é reconhecido. Entretanto, nos lembram de que a visão de Lefebvre é radicalmente diferente. A definição lefebvreana de Direitos é calcada não no reconhecimento do Estado e na sua instauração como norma. Ao contrário da visão liberal, para Lefebvre o Direito é meramente o começo de um processo de luta social, um ponto de partida mais do que um ponto a ser alcançado. Como exemplificam:

Entretanto, Lefebvre não enxerga o direito como a democracia liberal o enxerga, como proteções codificadas em lei e garantidas pelo Estado. Ao invés disso, ele imagina os direitos como clamores políticos que são feitos através da ação de grupos mobilizados. Direitos não são conquistas que aparecem no fim de uma luta como, por exemplo,

quando o movimento de Direitos Civis norte-americano resultou na lei dos direitos civis de 1964 (2014, p. 02, tradução própria)³⁸

Seguindo a leitura de Purcell, a inspiração para essa concepção de Direitos chega à Lefebvre pela leitura de “Sobre a questão judaica” (MARX, 2010) livro escrito por Marx enquanto ainda jovem. Ainda segundo os autores, Marx deixa-nos neste pequeno livro uma abertura da qual Lefebvre se aproveita. Em “Sobre a questão judaica” Marx teria um objetivo de

(...) dissolver a relação entre cidadãos e o Estado. Ele imagina o processo através do qual os cidadãos irão progressivamente tomando o trabalho de governar a si mesmos, a sociedade civil vai absorver o Estado e o Estado vai murchando. À medida que este processo se desdobra, “cidadãos” vão se transformando em “pessoas”, meramente, que não estão mais submetidas à autoridade soberana do Estado. Eles iriam se tornar pessoas que administram suas questões por si mesmos (2014, p. 02, tradução própria)³⁹

Portanto, a busca pelos Direitos em Lefebvre é, em parte, uma busca pela autonomia política das/dos trabalhadoras/es, distanciando-se das esferas de influência do Estado e do mercado. É a busca por, como Lefebvre coloca, um “novo contrato de cidadania” (*in* PURCELL & TYMAN, 2014, p. 02, tradução própria). Um processo que começa por estender ao máximo os direitos liberais existentes dentro da própria ordem liberal contra os interesses do mercado.

Essa é uma ideia básica para compreendermos o pensamento lefebvreano. Agora, apesar de o “Direito à cidade” ser o conceito que ficou mais popularmente conhecido, ele encontra-se baseado no “Direito à autogestão”, na argumentação dos autores. Autogestão refere-se tradicionalmente ao controle por parte das/dos trabalhadoras/es dos meios de produção como uma fábrica e da administração coletiva da mais-valia sem a figura de burguês ou de seus administradores. É o controle pelo proletariado do processo de produção de mercadorias. Para Lefebvre (*apud* PURCELL & TYMAN, 2014, p. 03), entretanto, à medida que o espaço e a vivência social são mercantilizadas a questão da autogestão se expande além do chão da fábrica. A autogestão deve ser exercida nos diversos espaços onde ocorrem as contradições do sistema capitalista. Como a autogestão precisa se distanciar dos interesses homogeneizantes e

³⁸ “But Lefebvre does not see rights as liberal democracy does, as codified protections guaranteed by the state. Instead, he imagines rights to be political claims that are made through the action of mobilised groups. Rights are not an achievement that comes at the end of a struggle, as, for example, when the US Civil Rights movement resulted in the Civil Rights Act of 1964”.

³⁹ “(...) dissolve the relationship between citizens and the state. He imagines a process by which citizens will increasingly take up the work of governing themselves, civil society will absorb the state, and the state will wither away. As this process unfolds, “citizens” would be transformed into merely “people” who are no longer subject to the sovereign authority of the state. They would become people who manage their affairs for themselves”.

fragmentários do mercado, ela só pode existir dentro do capitalismo enquanto *virtualidade*. De forma simplificada, a “*virtualidade*” trata da procura no presente das tendências dominantes que possam nos apontar as possibilidades do futuro.

Assim, parte da atividade de enfrentamento ao processo de alienação capitalista é identificar e estimular o processo de desenvolvimento da autogestão onde quer que a contradição surja. Como colocam:

Lefebvre deseja que lancemos a luta pela autogestão, a luta para mantermo-nos alertas, ativos e no comando de nossas próprias questões. Esta luta não possui fim. Ela é perpétua. A revolução é contínua. Lefebvre nos imagina em movimento em direção a um horizonte, na direção da autogestão, mas não devemos esperar chegar neste destino. Lefebvre não está propondo uma sociedade ideal que existe ao fim da história, portanto não é um utópico no sentido tradicional. Ele nos diz que o que devemos fazer é começar uma luta: uma luta contra a propriedade, alienação e o Estado e uma luta pela autogestão. Certamente, esta luta encontrará dificuldades. O capitalismo e o Estado criaram barreiras à autogestão no passado e continuarão a fazê-lo. Mas nós iremos insistir, com Lefebvre, que devemos pensar nesta luta não como uma luta essencialmente para destruir: sua principal função não é de confrontar ou golpear as barreiras que nos limitam. Ela é, na verdade, para desenvolvermos nossos próprios poderes. A luta deve ser para aumentar-mos nossa habilidade de cuidar de nossas próprias questões. Nós devemos entender a força e o deleite que a autogestão oferece (2014, p. 03-04, tradução própria)⁴⁰

Nessa linha de interpretação da agricultura urbana como parte da luta pelo “Direito à cidade” é importante demarcar que parte da potencialidade que se enxerga na mesma é advinda da disputa pelo espaço mercantilizado. É à medida que aqueles que lutam pelo espaço reconhecem sua capacidade de criar e recriar sua realidade cotidiana que o processo de alienação encontra seu limite.

Assim a agricultura urbana esta se consolidando como um novo campo de pesquisa, entre dois polos de interpretação opostos. De um lado a exaltação de seus benefícios ambientais e sociais, de outro, programas de capacitação que exalam responsabilidade individual e empreendedorismo. Entre isto, escalas tão diversas quanto quintais de domicilio a prédios

⁴⁰ “Lefebvre wants us to launch the struggle for autogestion, the struggle to remain aware, active, and in charge of our own affairs. This struggle has no end. It is perpetual. The revolution is continuous. Lefebvre imagines us moving towards a horizon, in the direction of autogestion, but we should not expect to arrive at that destination. Lefebvre is not proposing an ideal society that exists at the end of history and so he is not a utopian in the traditional sense. He is saying that what we must do is to launch a struggle: a struggle against property, alienation, and the state and a struggle for autogestion. Certainly, this struggle will encounter difficulties. Capitalism and the state have thrown up barriers to autogestion in the past and will continue to do so. But we would insist, with Lefebvre, that we should think of this struggle not primarily as a struggle to destroy: its main activity is not to confront and smash the barriers that constrain us. It is, rather, to develop our own powers. To struggle must be to augment our own ability to manage our affairs for ourselves. We must realise the strength and delight that autogestion offers”.

elaborados para a AU dentro dos moldes da chamada “agricultura 4.0⁴¹”. Algumas tentativas de fazer sentido das próprias contradições nas quais a AU está se desenvolvendo já existem. A abordagem de McClintock (2014) procura apontar como mais do que uma disputa entre discursos o *processo* de desenvolvimento da AU pode ser simultaneamente radical, reformista e neoliberal dependendo de para qual caso, local e escala se presta mais atenção:

Claramente precisamos de uma abordagem mais sofisticada para entender de onde vêm a agricultura urbana e como medir seu impacto. Se a contestação e a luta em relação ao espaço urbana ocorre em última instância através das práticas diárias (Loftus 2012) – práticas que surgem como resultado de relações históricas e geográficas específicas – análises de múltiplas escalas, tanto espaciais quanto temporais deveriam revelar que a agricultura urbana, em suas muitas formas, não é radical *ou* neoliberal, mas pode exemplificar *tanto* uma forma neoliberal existente de fato *quanto* um contramovimento radical que surge da tensão dialética. Além, eu argumento que a agricultura urbana *deve ser os dois*; de fato, os processos contraditórios do capitalismo tanto *criam oportunidades para* agricultura urbana quanto *colocam obstáculos para* sua expansão. Identificar estas contradições requer análises das várias formas e funções da agricultura urbana em suas múltiplas escalas (2014, p. 02, tradução própria)⁴²

Vejamos então em que termos McClintock define as expressões neoliberais e radicais da AU. A radicalidade da proposta da agricultura urbana reside nos seguintes pontos: primeiro, expressões radicais da AU não se centram somente em seus benefícios (espaços verdes, dimensão terapêutica, alimentação de qualidade), mas são também movimentadas pelos questionamentos da ausência. Por que é necessário plantar alimentos de qualidade? Temos acesso através do mercado à alimentação de qualidade? Os jardins comunitários são expressões da necessidade neste sentido e não é à toa que crescem durante períodos de crise. Porém, para atingir uma dimensão de radicalidade é necessário o questionamento desta necessidade. Assim, essas expressões buscam mais do que resolver um problema, mas sim compreender por que tal problema existe. Por isto que uma das características comuns aos projetos radicais é a busca e consciência pela redefinição da relação produção-consumo. Questiona-se a necessidade do intermédio do mercado para o acesso a uma das necessidades mais básicas. Neste ponto diversas

⁴¹ O termo “agricultura 4.0” refere-se às mudanças que ainda estão ocorrendo na produção alimentar desde o início do século XXI. É a introdução das Tecnologias da Informação, da robotização, das ferramentas de geoprocessamento e da Ciência de Dados entre outras tecnologias na produção agrícola.

⁴² “Clearly, we need a more sophisticated approach to understanding urban agriculture where it comes from, and how to address its impact. If contestation and struggle over urban space is ultimately carried out through everyday practices (Loftus 2012)—practices that arise as a result of specific historical and geographical relationships—analysis of multiple scales, both spatial and temporal, should reveal that urban agriculture, in its many forms, is not radical *or* neoliberal, but may exemplify *both* a form of actually existing neoliberalism *and* a simultaneous radical countermovement arising in dialectical tension. Further, I contend that urban agriculture *has to be* both; indeed, contradictory processes of capitalism both *create opportunities for* urban agriculture and *impose obstacles to* its expansion. Identifying these contradictions requires analysis of urban agriculture’s various forms and functions at multiple scales”.

expressões destes questionamentos são possíveis, indo da tomada de consciência pessoal à consciência comunitária:

Um dos principais objetivos da agricultura urbana, como nos AFNs⁴³ de forma mais ampla, tem sido o de reconectar produção com consumo enquanto reincorpora aos dois a dimensão das relações sociais. Isto pode ter a forma de uma jardineira caseira que cria galinhas para se “reconectar” com sua comida, um processo de “desalienação” que reestabelece diretamente o metabolismo social das relações biofísicas de seu ambiente através do trabalho manual e que reúne o produtor com os frutos de seu trabalho (McClintock 2010). Pode também se manifestar como um “jardim pago [“hired garden”, entre aspas no original] onde um fazendeiro planta no canteiro de um de seus consumidores de CSA⁴⁴ (Naylor 2012). Ou pode ser umguerrilla gardener⁴⁵ que planta tomates nos canteiros de ruas para tentar engajar o transeunte na produção de alimentos em lugares inesperados (Crane *et al.* 2012) (MCCLINTOCK, 2014, p. 06)⁴⁶

O fortalecimento do sentimento de comunidade e solidariedade é outro elemento da radicalidade. Jardins e plantações podem estabelecer espaços urbanos de socialização em áreas que costumam sofrer com a ausência de espaços públicos de qualidade. Seja com comercialização ou distribuição da produção e dos excedentes, o cultivo de alimentos comumente desperta novas relações sociais entre quem produz e quem consome, o que nos casos de uma AU radical se traduzem em um sentimento de proximidade coletiva e de repartição das atividades relacionadas ao espaço de cultivo como manutenção, poda e cuidados de irrigação. Além disso, diversos jardins comunitários se tornam espaços de educação e politização com eventos como palestras e cursos não somente sobre alimentação como também de outros assuntos.

Em terceiro, expressões radicais de AU nos levam a repensar a relação com o espaço público e com o uso da terra na cidade. A agricultura urbana é uma atividade que necessita de espaço físico mesmo que mínimo. E se apropria do espaço para a produção de um direito básico

⁴³ Alternative Food Networks (Redes alternativas de comida) são redes de suporte às/aos produtoras. Normalmente procuram diminuir a distância entre produção e consumo e fornecer um meio de comercialização direta, além de eliminar a figura do “atravessador” (pessoa que não produz, mas compra e revende a produção alheia).

⁴⁴ CSA é uma sigla para Community Supported Agriculture (Agricultura sustentada pela comunidade), um modelo de rede produtor/consumidor, assim como as AFNs, onde os consumidores participam dos momentos de colheita e plantio e se preocupam em garantir a renda das/os agricultoras/es independentemente das intempéries do tempo.

⁴⁵ Guerilla gardener são pessoas que procuram produzir plantas alimentícias em locais públicos, como ruas, canteiros e acostamentos e privados (sem autorização). Para conhecer melhor, Hardman e Larkham (2014).

⁴⁶ “One of the central goals of urban agriculture, like AFNs⁴⁶ more broadly, has been to reconnect production and consumption while re-embedding both with meaningful social relations. This may take the form of a home gardener who raises chickens to “reconnect” with her food, a “de-alienation” process that reestablishes direct social metabolism of the biophysical environment through manual labor and that reunites the producer with the fruit of this labor (McClintock 2010). It may manifest as a “hired garden” where a farmer grows for a CSA in the customer’s front yard (Naylor 2012). Or it may be a guerrilla gardener⁴⁶ who plant tomatoes on a sidewalk median in order to engage passersby in food production in unlikely, interstitial spaces (Crane *et al.* 2012)”. ”.

que é a alimentação. Por que o espaço da cidade não é utilizado para a produção de alimentos? A ocupação do espaço público para a produção de alimentos o faz perder seu caráter abstrato de “público” para o cumprimento da função social daquele espaço. As ações de ocupação do espaço para a produção de alimentos são uma forma de suprir as necessidades sociais que não são acessíveis para certas populações através do mercado.

Em resumo, para McClintock a dimensão radical da AU é aquela que se constitui como uma crítica ao sistema agroalimentar vigente através da prática social cotidiana. São práticas de questionamento da situação social e da tentativa de fornecer alternativas àquelas/es que se encontram impossibilitadas de vivenciar seu direito elementar à alimentação. E que, ao fazê-lo se torna um campo de disputa por novas alternativas à situação dada com clamores de Direito à cidade e de justiça alimentar. Neste sentido que:

Agricultura urbana tem servido como um ponto de mobilização para críticas estruturais radicais e para a reclamação dos [bens] comuns. Para muitos, agricultura urbana agora é mais do que simplesmente jardinagem. É um ato político, uma rejeição subversiva do sistema agro-industrial de alimentação. Muitos agricultores urbanos estão demandando mudanças no sistema alimentar baseando-se na noção de direitos e em um crescente foco em “prerrogativas, reformas estruturais nos regimes do mercado e de propriedade, e, apoiando-se na noção de classes, demandas redistributivas para terra, água e recursos, algo capturado na noção de soberania alimentar” (HoltGiménez and Shattuck 2011, p. 114) (MCCLINTOCK, 2014, p. 07, tradução própria)⁴⁷

Antes de prosseguirmos devo fazer uma diferenciação importante para McClintock. O autor emprega o termo *neoliberalization* (neoliberalização) ao invés de *neoliberalism* (neoliberalismo). Enquanto o neoliberalismo refere-se à ideologia dos benefícios do livre mercado frente ao Estado e a necessária desregulamentação (roll-back), o processo de neoliberalização trata também da tentativa de gerir os efeitos da fase anterior com capacitação, responsabilidade individual e atuação civil. Assim, o processo de neoliberalização não é composto somente pela tomada pelo mercado de esferas de ação que antes eram reservadas ao Estado como também pela sociedade civil que procura mitigar os efeitos do mesmo processo. E que ao fazê-lo por vezes fortalecem o processo neoliberalizante.

McClintock (2014) ao definir o que seria a análise de uma AU como neoliberalizante aponta as maneiras em que ela alimentaria o processo de neoliberalização das cidades.

⁴⁷ “Urban agriculture has served as a rallying point for radical structural critiques and the reclamation of the commons. For many, urban agriculture is now about more than simply gardening. It is a political act, a subversive rejection of the industrial agri-food system. Many urban agriculturalists are demanding rights-based changes to the food system and an increased focus on “entitlements, structural reforms to markets and property regimes, and class-based, redistributive demands for land, water and resources, as captured in the notion of food sovereignty” (HoltGiménez and Shattuck 2011, p. 114)”.

Primeiramente, após o processo de “roll-out” as lacunas nas políticas de seguridade social começam a ser preenchidas (ao menos parcialmente) pelo terceiro setor. Justamente neste período que a AU começa a despertar a atenção de organismos internacionais e ganha suas características atuais (como veremos melhor no terceiro capítulo). O deslocamento ocorre então da seguridade social para a responsabilidade individual e o modelo de “projetos sociais” se multiplica de maneira que “(...) alguns projetos de agricultura urbana empregam um discurso neoliberal de empreendedorismo e auto-ajuda que coloca a responsabilidade nos indivíduos e em suas comunidades” (MCCLINTOCK, 2014, p. 08)⁴⁸. Neste cenário tais projetos são parte elementar do desenvolvimento da neoliberalização ao direcionar o trabalho voluntário para medidas que diminuam o custo de vida, possibilitando assim uma extração maior de mais-valia (*ibidem*, 2014, p. 09). Outro limitante poderoso que surge com os “organized garden projects” é sua dependência de fundos, vindos de diversas fontes. Como McClintock escreve:

Organizações de agricultura urbana frequentemente competem pelos mesmos modestos subsídios e, no fim, acabam brigando pelas migalhas. Além disso, essas migalhas com frequência definem as ações das organizações, limitando a escala e o escopo do que elas são capazes de alcançar. A colcha de retalhos de organizações sem fins lucrativos – com frequência chamada de “complexo industrial das sem fins lucrativos [“the non profit industrial complex”, no original. Com aspas do autor] - com a missão de conduzir de uma política de alimentação cidadã devem, em última instância, costurar seus programas para conseguir obter recursos que são destinados a tipos particulares de projetos. Se o “sabor do mês” dos financiadores acontece de ser jardins escolares, então os jardins escolares são postos no centro das atividades e discursos destas organizações. Tais mudanças materiais e de discurso, em contrapartida, definem o movimento em si (2014, p. 10, tradução própria, aspas do autor)⁴⁹

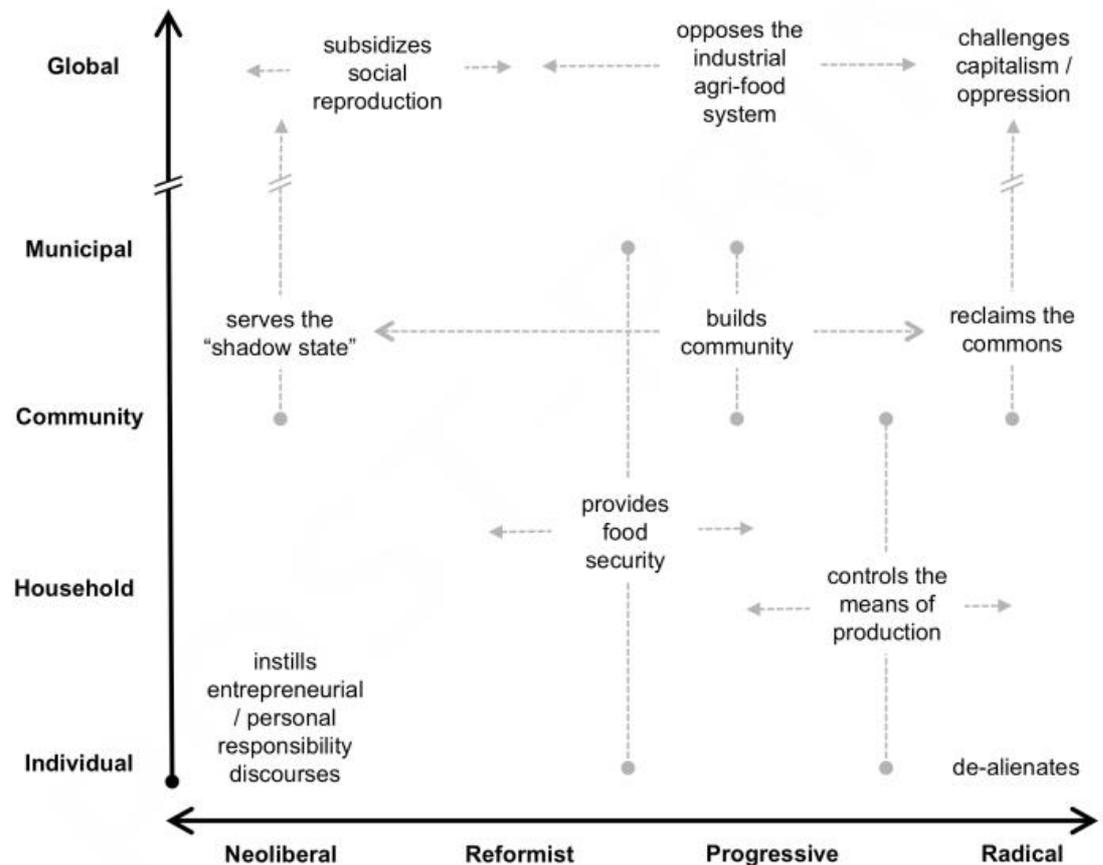
O último ponto que o autor destaca no processo de neoliberalização da AU é um fenômeno ainda não tão trabalhado, mas no qual ele mesmo se debruça melhor em outro artigo (2018), a gentrificação ou ecogentrificação. Um roteiro que não foi incomum nos EUA e Europa é o da valorização imobiliária de áreas “ecológicas” (*ibidem*, 2014, p. 10). O que acabou também por ser incorporado no planejamento urbano de diversas cidades, mas que fazem estes jardins perderem seu caráter comunitário e às vezes até mesmo sua função de cultivo de alimentos para tornarem-se jardins paisagísticos.

⁴⁸ “ (...) some urban agriculture projects employ a neoliberal discourse of entrepreneurialism and self-help that shifts responsibility onto the shoulder of individuals and their communities”.

⁴⁹ “Urban agriculture organizations frequently compete for the same modest grants and end up fighting for proverbial crumbs. Moreover, these crumbs often define the missions of the organizations, limiting the scale and scope of what they are able to accomplish. The patchwork of non-profit organizations—often referred to by activists as “the non-profit industrial complex”—tasked with stewarding food citizenship must ultimately tailor their programs to tap grant monies dedicated to a particular type of project. If the funding “flavour of the month” happens to be school gardens, then school gardens move to the center of these organizations’ activities and discourses. Such material and discursive shifts, in turn, define the movement itself”.

Como então fazer sentido de um fenômeno que parece possuir conteúdos e formas contraditórias? O autor propõe uma chave de interpretação da AU por um eixo que vai de sua expressão neoliberal até a radical através de suas diversas escalas, como no gráfico a seguir:

Tabela 01 – Espectros da Agricultura Urbana



Fonte: MCCLINTOCK, 2014, p. 14⁵⁰

Mais do que procurar um modelo de tipologias para definir a agricultura urbana a intenção deste gráfico é destacar como as características destas classificações frequentemente se sobrepõem. Por isso, a grande questão sobre a dimensão neoliberalizante da AU é como ela se encaixa na totalidade da economia. Neste sentido que o autor nos alerta contra a essencialização de qualquer uma das interpretações expostas:

Uma perspectiva de uma “agricultura urbana como radical” pura ignora seu papel na reestruturação urbana neoliberal. [...] Porém, debater se a agricultura urbana é neoliberal ou radical invoca um falso dualismo de forças para conseguir responder uma pergunta tão simplificada. Similarmente, tentar colocar a agricultura urbana ou

⁵⁰ “Shadow state” refere-se as organizações que mesmo não diretamente envolvidas no processo de neoliberalização da sociedade acabam auxiliando-o.

outras AFNs em uma linha graduada de neoliberal à radical (Holt-Giménez and Wang 2011, Alkon and Mares 2012) implica no risco de essencializar suas múltiplas funções, racionalidades e significados. As diversas formas de agricultura urbana, eu argumento, podem ser radicais e neoliberal simultaneamente (*ibidem*, 2014, p. 10-11, tradução própria)⁵¹

Por isso que a pergunta mais central do pensamento do autor é: como podemos então fazer sentido desta multiplicidade de sentidos? Criticando certos trabalhos que procuram destacar os elementos de uma ou de outra concepção sobre a AU de forma a inviabilizar seu contrário, ele afirma que temos de aceitar que tais concepções existem materialmente e simultaneamente para podermos avançar neste debate. Neste sentido, o foco deve ser diferente de procurar uma “essência” ou de definir como algo bom ou ruim, mas sim de se concentrar “(...) no *como* e no *onde* a agricultura urbana aparece – em última instância, isso oferece um melhor entendimento das várias funções e formas da agricultura urbana e das tendências contraditórias internas ao seu crescimento” (*ibidem*, 2014, p. 11, tradução própria)⁵². Esta abordagem ainda demonstra-se inicial, mas extremamente promissora. O tratamento da agricultura urbana enquanto *processo histórico* possibilita a entrada da dimensão temporal algo que, como já vimos, costuma ser menosprezado ou ignorado.

Procurando construir em cima desta proposta acredito que o pensamento de Lefebvre possa contribuir para entendermos a AU para além da noção de “Direito à cidade”. Mais precisamente, argumento que a descrição do processo de *industrialização-urbanização* e da formação da *cidade-mercadoria* pode nos ser extremamente útil. Entre as diversas questões que Lefebvre abordou durante sua vida, a questão do poder na/da “cidade” se tornou um elemento central da sua análise. Para o autor, a “cidade” nasce em função da *centralidade*, termo que condensa um conjunto de características. A centralidade é uma das características mais longevas da “cidade”, ao lado da concentração. Enquanto ela *concentra* pessoas, construções, energia ou de forma mais simples, trabalho concreto, ela também *centraliza* informações, poder e decisões. Enquanto cada vilarejo sabe pouco de seus iguais, a cidade sabe de cada um ao seu redor. São suas fontes de alimento e de recursos, sejam matérias primas ou impostos. Até que, como aponta Lefebvre, uma delas se torna *capital*, a cidade cuja centralidade é posta não

⁵¹ “A purely “urban agriculture as radical” perspective overlooks urban agriculture’s role in neoliberal urban restructuring. [...] But to debate whether urban agriculture is neoliberal or radical invokes a false dualism that forces us to answer a question that is too simple. Similarly plotting urban agriculture or other AFNs along a neoliberal to radical gradient (Holt-Giménez and Wang 2011, Alkon and Mares 2012) risks essentializing their multiple functions, rationalities, and meanings. Urban agriculture’s various forms, I contend, can be radical and neoliberal at once”.

⁵² “(...) on *how* and *where* urban agriculture arises—ultimately offers a better understanding of urban agriculture’s various functions and forms and the contradictory tendencies internal to its growth”.

somente em relação ao campo como também às outras cidades. *Concentração* e *centralização* são as características mais persistentes da cidade e da Cidade na obra lefebvrea.

Entretanto, a “cidade” não pode ser definida somente por isso. Estas características não são eternas e as cidades podem passar por processos contrários (desconcentração e descentralização) sem deixarem de sê-las. Como categoria relacional (característica do método dialético) elas devem ser concebidas em relação às outras cidades, ao campo e ao Estado. Forma, função, estrutura e processo são as categorias usadas pela dialética materialista. E, na leitura de Lefebvre, o processo de desenvolvimento das cidades até hoje não pode ser explicado somente pela industrialização ou somente pela urbanização. A industrialização é colocada, em um primeiro momento, como indutora da urbanização. A industrialização destaca-se como um processo histórico que toma a cidade e a sociedade de ataque. A partir de seu surgimento nada mais é o mesmo.

Em um primeiro momento, a indústria aparece enquanto *negação* da vida urbana progressa. Segundo o autor, neste momento a industrialização avança e submete a ordem sócio-espacial vigente, “o social urbano é negado pelo econômico industrial” (2008, p. 28). Enquanto *negação* dialética a vida urbana anterior não desaparece, mas é subsumida à nova ordem. No segundo período o processo se alastra e generaliza-se. A realidade urbana se coloca como cisão com a criação da noção de *habitat*. O *habitat*, ou lugar de moradia é a separação entre o local de moradia e o local de trabalho. Esta cisão reorganiza o espaço e o próprio ritmo da vida cotidiana (2013). Aqui também é o momento da perda da *centralidade*, a compartimentação da cidade (a criação do bairro burguês, do bairro operário, do bairro industrial) ameaça o todo. Assim, “[d]escobre-se que a sociedade inteira corre o risco de se decompor se lhe faltarem a cidade e a centralidade: desapareceu um dispositivo essencial para a organização planejada da produção e do consumo” (*idem*, 2008, p. 28). A reformulação do espaço urbano, que destrói a centralidade antiga, medieval, alterando a estrutura da divisão do trabalho sem uma planificação encontra seu limite. Aqui podemos dizer que a urbanização surge como *mediação*. Como parte da restauração da centralidade, a urbanização se impõe como uma maneira do Estado, enquanto principal artífice do espaço urbano, organizar os interesses diversos, seja entre frações de classe ou entre as diversas classes.

O terceiro período ao que Lefebvre se refere trata do retorno da centralidade. Seu retorno abre um novo momento do processo da industrialização-urbanização. Como ele mesmo escreve, “[é] assim que nasce ou renasce a reflexão urbanística. Esta sucede a um urbanismo sem reflexão” (2008, p. 28), o retorno da centralidade é consequência do desenvolvimento da *racionalidade* própria ao processo (2008, p. 29). A racionalidade da produção e da organização

faz ressurgir a centralidade perdida, ressuscitada por sua função. A característica central desta nova racionalidade é a *razão analítica* (2008, p. 29), a procura por refinar os termos até uma especialização, ou seja, um domínio e controle sobre a elaboração de uma área da vida social. Assim temos o surgimento da figura do urbanista e do planejador urbano e a generalização dos espaços monofuncionais. Os termos, depois de refinados, são submetidos à *finalidade*. Entretanto, este acaba sendo uma tautologia, em suas palavras:

Donde sai essa finalidade? Quem a formula? Como e por quê? Está aqui a falha e a queda desse racionalismo operatório. Seus adeptos pretendem tirar a finalidade do encadeamento das operações. Ora, isso não existe. A finalidade, isto é, o conjunto e a orientação do conjunto, se decide. Dizer que ela provém das próprias operações é fechar-se em um círculo vicioso: com a decupagem analítica dando a si mesma por sua própria finalidade, por seu próprio sentido. A finalidade é objeto de decisão. É uma estratégia, justificada (mais ou menos) por uma ideologia. O racionalismo que pretende tirar de suas próprias análises a sua finalidade perseguida por essas análises é, ele mesmo, uma ideologia (2008, p. 29)

Apesar de todas as classes vivenciarem o espaço o controle e a direção (ou seja, a *finalidade do espaço*) da construção do espaço não são exercidos de forma igualitária. O espaço demonstra a disparidade entre desejos, projeções e a vida cotidiana.

A industrialização submete a cidade a sua própria temporalidade, cada vez mais corrida a cada momento que a capacidade de extrair mais-valia⁵³ aumenta. É exposta na vida cotidiana através da redução no tempo e no espaço (temporal e espacialmente reduzida)

A redução a que aludo é a derivada da *alienação*. A cada momento do processo de industrialização-urbanização o controle que a classe trabalhadora possui de seu tempo e espaço diminui. As cargas horárias maiores, as horas extras tanto no trabalho quanto no caminho e, no caso das mulheres, trabalhos não remunerados, mas necessários são exemplos da diminuição no tempo ao qual o/a trabalhador/a consegue utilizar com independência. Na dimensão espacial, apesar das capacidades técnicas (trens, metrô, ônibus etc...) permitirem o deslocamento maior, o engajamento diminui. Os espaços no qual conseguimos exercer a dimensão da criação (no sentido de *obra*, como em Lefebvre) decaem em quantidade e em tamanho. Sendo o mercado que, por um lado, oferece um espaço encarecido e menor, e do outro o Estado que também encarece e impossibilita a utilização do “espaço público” para diversas atividades.

Entretanto, em um ponto a industrialização deixa de ser indutora do processo e passa a ser induzida pela urbanização. Somente possível por compartilharem uma mesma

⁵³ Mais-valia é um conceito marxista que se refere à diferença entre o valor produzido e valor recebido pelo trabalhador no processo de trabalho capitalista. Tal diferença é apropriada pelos burgueses em função da posse dos meios de produção.

racionalidade, que imprime no tempo e no espaço as mesmas prioridades: maximização, planificação e ordem. Como a maior parte dos manuais de macroeconomia (exemplo, LOPES & VASCONCELLOS, 2011, p. 01) vai nos informar, o princípio da racionalidade econômica (os indivíduos e empresas frente a opções selecionam aquela que mais lhe trará lucro) é a base da atual economia capitalista. A consequência lógica desta racionalidade é a maximização, a melhor escolha é aquela que permite extrair o máximo dos seus recursos. A partir do momento em que a maximização leva à concorrência, a planificação começa a surgir como já relatado. A planificação assume a função de organizar o espaço e a população para tornar a maximização possível, uma condição necessária. Por isto a planificação torna-se uma atividade do Estado e o urbanista aparece cada vez mais como funcionário do estado responsável por descobrir e revelar a melhor maneira de organizar o espaço. O Estado como mediação assume sua função de duas formas: *inter e intra* classe. O Estado como relatado no Manifesto Comunista (2010), o “comitê organizador da burguesia” aparece ao lado do Estado d’O dezoito de Brumário (2011), com as frações de classe que ameaçam se autodestruir. O Estado não impede somente uma classe de atacar a outra, mas também protege a burguesia de consumir-se. E a marca da planificação no espaço é facilmente sentida por quem o ocupa, forçando ao movimento pendular de sua casa ao trabalho e vice-versa. Dos bairros residenciais, das áreas fabris, do centro comercial até os espaços de locomoção (linhas de trem, ruas e estradas) todos os espaços são feitos para cumprir uma função e fazê-lo da maneira mais eficiente.

Essas são as características na dimensão da *racionalidade* (e assim, dimensão ideológica) dos processos de transformação do espaço identificados por Lefebvre: a *homogeneização*, a *fragmentação* e a *hierarquização*. De forma análoga, temos aqui a concepção da cidade como organismo. Primeiro algo dividido pelo todo (a maximização), depois a alusão as funções diferenciadas de cada órgão (planificação) e por ultimo a ideia de que algumas partes são mais importantes que outras (ordem).

O ponto alto da urbanização é transformar o próprio espaço em uma mercadoria. É importante ressaltar aqui que o conceito de cidade-mercadoria não é uma metáfora, mas sim o preciso momento onde o espaço submetido às relações capitalistas é primeiro *valor de troca* e somente depois, se possível, se concretiza enquanto *valor de uso*. O espaço como qualquer outro objeto passível de se transformar em mercadoria é primeiramente tomado como *valor de uso*. Para os camponeses ou indígenas o espaço é sua fonte de vida e de lazer. Não à toa, Lefebvre recorda a passagem do valor de uso para o valor de troca significa, em parte, a destruição do modelo camponês de utilização do espaço:

Característica essencial e primordial de uma comunidade camponesa [a posse coletiva da terra]; as outras características decorrem daí ou aí se relacionam: a posse e o uso coletivos exigem de fato uma administração, uma organização, uma fiscalização, uma disciplina (2011, p. 118)

Isto não significa que um espaço possa ser visto somente como *valor de troca*, afinal o *valor de uso*⁵⁴ é condição necessária para uma mercadoria existir. Lefebvre escreve enquanto discute os grandes centros históricos das cidades:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do *centro comercial* dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo). (p. 20, 2008, itálico do próprio autor)

Resumindo, em uma cidade-mercadoria (onde o *valor de uso* é submetido ao cumprimento do *valor de troca*) a AU só pode ser, como coloca McClintock, simultaneamente radical e neoliberalizante, por que ela deve responder aos dois valores. Mais radical à medida que promove o *valor de uso* como propósito maior do espaço (público ou privado) e mais neoliberalizante quando procura a extração de *valor de troca*.

Neste sentido que mesmo com elementos neoliberais não podemos presumir uma adesão ao neoliberalismo por parte das diversas iniciativas de AU. Como colocado por McClintock:

Enquanto tal mesmo se iniciativas de agricultura urbana dê ênfase a conexão individual com a produção, preparação e consumo da comida e com questões de saúde (Pudup 2008), produzir subjetividades neoliberais não é necessariamente um fim de jogo. Projetos organizados ao redor de atividades de agricultura urbana que talvez possam ser classificados como neoliberais, mas talvez também possam servir como pontos de mobilização para ativistas. Enquanto projetos organizados em torno de jardins possam empregar um discurso de “escolhas saudáveis” e de “reconexão com a natureza”, muitos deles fazem isso para ter acesso a financiamentos, utilizando-se de linguagens particulares para requisitar fundos para suas propostas. O que pode parecer como a produção de subjetividades neoliberais pode ser na realidade um caso de “jogar o jogo” de forma a garantir os recursos necessários para criar lugares onde uma perspectiva crítica pode de fato ser acolhida, um “espaço politizado” onde os participantes são capazes de “desenvolver novas suspeições e dúvidas sobre grandes estruturas corporativas, e talvez novos sentimentos de pertencimento sobre programas

⁵⁴ Lembrando que o espaço não é uma mercadoria, mas é transformado em uma dentro das relações capitalistas. Assim, muitas sociedades somente enxergam ou enxergavam o espaço como *valor de uso*.

alimentícios elaborados pelo governo” (Hayes-Conroy 2011, p. 83) (2014, p. 16, tradução própria)⁵⁵

Esta concepção é extremamente importante para compreendermos certos elementos que envolvem a AU atualmente. Os conteúdos movimentados são mais complexos que uma adesão automática ao projeto neoliberal. Como McClintock recorda, é preciso ter cuidado para não correremos o risco de inviabilizarmos expressões radicais pelo medo do processo neoliberalizante, em suas palavras, ““urban agriculture as neoliberal” critiques elide urban agriculture’s radical antecedents and its revolutionary possibilities; in taking the latter approach, we risk throwing out the proverbial baby with bathwater sullied by a neoliberal bogeyman” (2014, p. 10). Porém, este trabalho focará em uma expressão da AU específica, que não somente seria posta no espectro de uma variação neoliberalizante como pode ser uma das fontes mais importantes desta forma de encarar a AU. Como veremos no terceiro capítulo, as atuações e discursos das organizações internacionais investigadas aqui estão muito próximo das concepções neoliberalizantes.

Antes disto iremos ver no segundo capítulo dentro de que contexto que a concepção de uma AU por parte das OIs é elaborada. Argumento que seria um erro tentarmos entender os programas de AU elaborados por estes organismos sem compreender o debate e, principalmente, a Teoria da Modernização Ecológica.

⁵⁵ “As such, even if urban agriculture initiatives emphasize individual connection to food production, preparation, consumption, and health (Pudup 2008), producing neoliberal subjectivities is not necessarily the endgame. Projects organized around urban agricultural activities that may be categorized as neoliberal may also actually serve as important rallying grounds for activists. While organized garden projects may employ the discourse of “healthy choices” and “reconnecting with nature”, many of them do so simply to access funding, utilizing the language of a particular request for proposals. What may appear as the production of neoliberal subjectivity may really just be a case of “playing the game” in order to marshal the material resources necessary to create a place where critical perspectives can indeed be fostered, “a politicizing space” where participants are able to “develop new suspicions and misgivings towards broader, corporate structures, and perhaps even new sentiments of entitlement towards government-run food programs””.

2 OS DEBATES ECOLÓGICOS NA AGENDA INTERNACIONAL: O SURGIMENTO DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” E DA TEORIA DA MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA

Argumento neste capítulo que somente poderemos compreender o que significa a AU dentro das discussões mais amplas na sociologia ambiental e na ecologia política. Por isso procedo ao exame dos avanços nos debates desde a década de 1970, a partir da publicação d’ *“Os limites do crescimento”* (MEADOWS, 1972) considerado um dos marcos iniciais da inclusão da temática ambiental na agenda internacional. O surgimento dos conceitos de “crescimento zero”, “desenvolvimento sustentável”, “responsabilidade social”, “crise ambiental” entre outros serão rapidamente analisados. Argumento então que a Teoria da Modernização Ecológica nos apresenta a formulação mais bem acabada de uma *teoria social* construída a partir dos interesses econômicos e políticos em uma tentativa de resposta à “crise ambiental”. Não à toa, veremos que existe uma proximidade entre a TME e teorias sociológicas contemporâneas (OLIVIERI, 2009, p. 57) como a “sociedade de risco” de Ulrich Beck (2011) e da “modernidade reflexiva” de Anthony Giddens (2012).

Apesar de ser uma teoria sem autor, sua racionalidade básica permeia as ações das organizações internacionais na área do “desenvolvimento sustentável”. Trata-se da produção de uma noção de “desenvolvimento sustentável” enquanto *mediação* entre crise ambiental e capitalismo. Como uma teorização acerca dos problemas ambientais gerados através do avanço da economia capitalista, ela nos diz ao mesmo tempo como, supostamente, solucioná-los. Explorarei assim a TME como uma *teoria de resolução de problemas* (COX, 1981), uma teoria que procura isolar algo a ser separado de seu contexto histórico. Ou seja, uma teoria que está interessada em propor uma solução que seja a menos trabalhosa possível e, assim, altera o menos possível outras estruturas.

Antes de prosseguir ao exame mais detalhado de nossos dois exemplos, se tornou inevitável estabelecer que bases teóricas são compartilhadas por essas organizações, de forma a trazer sentido às suas ações. Por isso, começo o capítulo com o exame da racionalidade que está por trás destes projetos. A partir do estabelecimento da TME como uma inspiração, uma delimitação de princípios que as produções intelectuais destas organizações seguiram, continuo com o exame mais detalhado de cada uma delas.

2.1 As discussões ecológicas nas organizações internacionais e a construção do paradigma crescimento-sustentabilidade

O que apresento neste capítulo é como a crítica sobre os limites ecológicos para a produção econômica é recebida pela comunidade internacional. E como ela se transforma até chegarmos à atualidade representada pela Teoria da Modernização Ecológica. Na crença ideológica da possibilidade de alcançarmos crescimento econômico com preservação ambiental. Para tanto que me apoio na exposição deste debate através de dois textos históricos que suscitaram mudanças nas discussões sobre o tema: “Os limites do crescimento” de 1972 e o relatório “Nosso futuro comum” de 1987.

2.2 “Os limites do crescimento”

O relatório “Os limites do crescimento” (MEADOWS *et al* 1972), foi resultado do trabalho de um grupo de intelectuais que ficaram conhecidos pelo nome de “Clube de Roma”. O “clube” foi uma iniciativa do Dr. Aurelio Peccei, intelectual e industrial italiano, que instigou um grupo de trinta pessoas entre acadêmicos (de diversas especialidades), empresários e servidores públicos (nacionais e internacionais) de dez nações diferentes. Reunidos em Roma, o grupo reunia-se para o estudo do presente e do futuro da humanidade ainda em 1968 (MEADOWS, 1972, p. 09). O projeto deslanchou a partir de 1970 com a participação do professor Jay Forrester do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e de seu modelo de análise chamado de *System Dynamics*⁵⁶. Seus trabalhos focaram o que chamaram de “problemática mundial”, um conjunto de problemas que não afligiam somente uma ou outra nação, mas ameaçavam a humanidade como um todo. Especialmente a “pobreza no meio da fartura; a degradação do meio ambiente; a perda de confiança nas instituições; crescimento urbano desenfreado; falta de emprego; alienação da juventude; a rejeição dos valores tradicionais e as crises econômicas” (*ibdem*, p. 10, tradução própria). Para tal, o grupo identificou um conjunto de variáveis que “determinariam e, portanto, limitam o crescimento neste planeta” (*ibdem*, p. 11, tradução própria). São elas, “produção agrícola”, “recursos naturais”, “produção industrial”, “poluição” e “população” e elas seguiriam um padrão de crescimento exponencial. Ou seja, em determinado tempo (digamos, por exemplo, 30 anos) elas

⁵⁶ Essa primeira fase do projeto foi financiada com recursos da *Volkswagen Foundation* (MEADOWS, 1972, p. 11).

dobrariam de tamanho, o que representa um crescimento tendencial muito maior do que no crescimento linear. O peso disso, como ressalta o livro, é que não importa qual realmente é o limite que a Terra possa suportar de qualquer uma dessas variáveis, inevitavelmente este limite chegará (*Ibidem*, p. 51). Seguirei com o resumo da análise de cada uma das variáveis a frente. Antes disso, vejamos a natureza *qualitativa* do problema, uma vez que a dimensão *quantitativa* (crescimento linear x exponencial) já foi exposta.

O trabalho nos fala em dimensões *físicas* e dimensões *sociais* que são necessárias para o crescimento (*ibidem*, 1972, p. 45). A dimensão física refere-se aos elementos necessários para a atividade industrial e o crescimento econômico e que são passíveis de serem mensurados, ao menos em princípio. São elementos como alimentos, matérias primas, combustíveis, água e terras aráveis. Eles são, em última instância, os determinantes do crescimento (*ibidem*, 1972, p.45). A dimensão social trata das condições necessárias para que o crescimento consiga prover as necessidades humanas. Mesmo aceitando a premissa de que a economia mundial possa crescer indefinidamente (apesar das limitações físicas), ainda assim, o crescimento mundial dependeria dos fatores sociais como “[...] paz e estabilidade social, educação e emprego e o contínuo avanço tecnológico” (*ibidem*, 1972, p. 46, tradução própria). Como o texto nos diz (*ibidem*, 1972 p. 46), a categoria social traz um conjunto de problemas que não podem ser resolvidos pelo Relatório. Esses são problemas de ordem *qualitativa*, como a impossibilidade de levar em consideração possíveis mudanças sociais, como participação social, em relação às categorias físicas que são possíveis de serem medidas. Apesar disso, elas são importantes de serem reconhecidas e nomeadas, já que, em suas palavras, “[c]omida, recursos e um meio ambiente saudável são necessárias, mas não são condições suficientes para o crescimento. Mesmo que sejam abundantes, o crescimento pode ser parado por causa de problemas sociais” (*ibidem*, 1972, p. 46, tradução própria). Todas as variáveis são lidas através destas duas dimensões, além da questão da insustentabilidade do crescimento exponencial.

Segundos os dados levantados pelo trabalho do Clube (lembramos que são dados de 1972) em torno de um terço da população mundial (cerca de 50-60% das populações dos países mais pobres) se encontrariam em situação de má nutrição (*ibidem*, p. 47)⁵⁷. A situação é ainda pior quando se analisa a ingestão de proteínas frente às calorias, quanto mais pobre um país é menos proteína per capita se consome, enquanto a ingestão de calorias não possui uma diferença tão drástica (*ibidem*, p. 47). Além disso, por mais que a produção mundial estivesse

⁵⁷ A intenção aqui não é tentar atualizar estes dados, mas fornecer uma descrição do contexto no qual o documento foi gerado.

aumentando⁵⁸, não se notava uma diferença significativa quanto ao consumo per capita dos países não industrializados. Na análise do Clube, o principal recurso da produção de alimentos é a terra⁵⁹. Segundo estudos da época, haveria no máximo 3.2 bilhões de hectares de terra possíveis para serem usadas, da qual aproximadamente metade se encontraria cultivada. A outra metade, entretanto, necessitaria de um grande aporte de capital e tecnologia como limpeza da área, irrigação ou fertilizantes, até estar em condições de ser usado para a produção de alimentos (*ibidem*, p. 48), o que colocaria uma pressão na demanda por terra. Segundo os cálculos feitos, o encontro entre a demanda de terra (finita) com a necessidade de terra (com o crescimento da população, perda de terras para a poluição e terras sendo usadas para outros fins) se daria em torno do ano 2000. Por mais que a tecnologia possa aumentar a produção por hectare, um aumento na produtividade tem como efeito no modelo matemático somente um ganho de algum período de tempo postergando o momento de crise para o futuro. A lição mais importante segundo as/os autores é que mesmo com aumentos de produtividade o consumo e os custos só aumentam ao longo do tempo até um inevitável colapso da economia graças aos custos crescentes, gerando uma relação de custo/benefício insustentável no longo prazo⁶⁰.

Apesar de incluírem todos os recursos em alguma medida, a maior preocupação do Clube se dá com os recursos não renováveis. Isso se dá não somente a sua natureza restrita quando comparados aos recursos renováveis (as tecnologias para aproveitá-los são normalmente mais custosas e demandam mais pesquisas, como reciclagem e prospecção de novos materiais), mas principalmente por que a demanda desses recursos crescem à medida que os países se industrializam. Novamente, no cerne do argumento está a desestabilização da economia graças a relação custo/benefício, já que as reservas somente decrescem enquanto a demanda aumenta.

Lembrando novamente que o estudo data de 1972, segundo ele mesmo a preocupação das sociedades “[...] para com os efeitos de suas atividades no meio ambiente é apenas recente. Tentativas de cientistas de medir esses efeitos são ainda mais recentes e ainda bem incompletas” (*ibidem*, p. 69). Se isto é em parte verdade até hoje, mais relevante ainda era este ponto. Segundo

⁵⁸ A chamada Revolução Verde foi o nome dado ao processo de modernização da agricultura na segunda metade do século XX. A expansão da mecanização do campo e a introdução de agroquímicos para o aumento da produção são os principais elementos que compunham os chamados “pacotes” da Revolução Verde.

⁵⁹ Este se refere ao elemento mais necessário para a produção de alimentos na opinião do Clube. Entretanto, eles mesmos fazem a ressalva de que não é o único. “In this section we have discussed only one possible limit to food production – arable land. There are other possible limits, but space does not permit us to discuss them in detail here. The most obvious one, second in importance only to land, is the availability of fresh water. There is an upper limit to the fresh water runoff from the land areas of the Earth each year, and there is also an exponentially increasing demand for water.” (*ibidem*, p. 53).

⁶⁰ Essa relação de custo/benefício, *trade-offs* no original, está na base de todo o pensamento do livro e veremos mais detalhadamente à frente.

o Clube, apesar disto, quatro pontos podem ser extraídos da análise feita com os dados disponíveis: 1) os poucos tipos de poluição que efetivamente puderam ser medidos ao longo do tempo apresentam crescimento exponencial; 2) não possuímos conhecimento para descobrir os limites superiores que as curvas de poluição podem atingir; 3) a presença de *natural delays*⁶¹ nos processos ecológicos aumenta a probabilidade de subestimarmos as medidas de controle necessárias, e, portanto de alcançar inadvertidamente os limites superiores; 4) muitos poluentes são distribuídos globalmente; seus efeitos podem ser sentidos muitas gerações depois (*ibidem*, p. 69, tradução própria). Para a análise, o texto começa pelo gasto de energia, já que “[e]m verdade, um dos melhores indicadores da riqueza de uma população humana é a quantidade de energia consumida por pessoa” (*ibidem*, p. 71, tradução própria). Assumindo assim o gasto energético como um sinal de desenvolvimento e riqueza, seguem com uma análise aprofundada do substrato de poluição necessário para a produção de energia. Ligados à produção de energia, especialmente considerando que naquele momento 97% era de origem de combustíveis fósseis, temos a emissão de CO₂ e a necessidade de despejo de produtos radioativos entre outros. Aqui começa a ficar mais evidente uma das faltas mais graves do relatório, a desatenção quanto aos níveis de poder entre os Estados. Postos como iguais, o texto releva com frequência o fato de que os países produtores de matéria prima não são sempre os mesmos que a consomem. A dinâmica da produção de combustíveis fósseis é ignorada, enquanto os efeitos prejudiciais ao meio ambiente são distribuídos desigualmente (algo que ficaria mais difícil de ignorar depois da crise do petróleo em 1973). Esta análise criou alguns pontos de tensão para a relação entre Estados “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Esta posição se torna evidente na próxima citação:

No tempo presente somente as nações desenvolvidas do planeta estão seriamente preocupadas com a poluição. É uma característica infortuna de muitos tipos de poluição, contudo, que eventualmente se tornam amplamente distribuídas ao redor do planeta (*ibidem*, p. 84, tradução própria)⁶²

Essa posição tem um efeito extremamente pernicioso, deixa de lado quem se beneficia deste tipo de exploração ao mesmo tempo em que cria uma argumentação a favor da intervenção dos países “desenvolvidos” nas políticas internas dos países “subdesenvolvidos”. Vemos que o

⁶¹ Natural delay é a diferença entre o tempo de destruição de algum ecossistema e o tempo dos efeitos desta destruição ser sentida em outros ecossistemas.

⁶² “At the present time only the developed nations of the world are seriously concerned about pollution. It is an unfortunate characteristic of many types of pollution, however, that eventually they become widely distributed around the world”.

argumento se baseia em uma visão econômica onde o problema maior é a existência dos *trade-offs*, mesmo quando lidamos com a questão da desigualdade entre Estados:

É possível que desenvolvimentos tecnológicos permitam uma expansão das indústrias com poluição decrescente, mas com altos custos. [...] Qualquer país pode postergar o pagamento de tais custos para aumentar sua taxa de crescimento de seu capital no presente, mas somente mediante o aumento da degradação ambiental futura, que só poderá ser revertida com um grande custo (*ibidem*, p. 86, tradução própria)⁶³

Neste ponto de vista, os países “subdesenvolvidos” teriam mais interesse em destruir seu ambiente para poder crescer do que os países “desenvolvidos” que já tinham alcançado um crescimento econômico e um padrão de vida que já tinha se estabilizado⁶⁴. Visão só possível ignorando-se a manutenção do padrão de vida existente e a origem dos recursos e energia consumidos pelos países “desenvolvidos”. E por ultimo, temos o fato de que não podemos mensurar ou saber o impacto da poluição na longevidade e saúde humana, ou de seu custo para as sociedades que terão de arcar com seus efeitos.

Continuando a linha de pensamento apresentada, a produção industrial aponta para um dilema que suscitou muito debate depois da publicação do documento que podemos resumir da seguinte forma: o mundo pode aguentar o desenvolvimento dos países pobres? Considerando que o texto parte da premissa que “[...]a medida que o resto do mundo desenvolve-se economicamente, devem seguir o padrão de consumo dos EUA – uma curva acentuada crescente como resultado do crescimento da renda per capita, seguido de uma estabilização” (*ibidem*, p. 109, tradução própria), a grande dúvida é o que acontece se esses países se desenvolverem e criarem um padrão de consumo elevado? Baseado no principio da natureza finita dos processos físicos, o modelo aponta que encontraríamos o colapso econômico e ambiental em algum ponto entre os anos 2000 e 2100. A produção industrial age não somente no sentido do gasto de recursos naturais como também de maior poluição (própria e pela expansão na demanda dos recursos), um maior gasto de terras e necessidade de mais capital e investimento a cada ano. Sua dinâmica impacta as outras variáveis de forma irreversível, puxando os limites de tolerância para baixo. Ainda nos coloca um desafio graças a sua relação com a produção de alimentos, como o Clube escreve:

⁶³ “It may be that technological developments will allow the expansion of industry with decreasing pollution, but only at a high cost. [...] Any country can postpone the payment of such costs to increase the present growth rate of its capital plant, but only at the expense of future environmental degradation, which may be reversible only at very high cost”.

⁶⁴ A questão do padrão de vida é normalmente medida através de médias per capita, como quantidade de energia consumida ou mesmo quantidade de aço consumida. Essa questão despertou ao longo das décadas de 1980 e 1990 muitas discussões sobre o significado do “desenvolvimento”, como veremos melhor à frente.

Quantas pessoas podem ser alimentadas nesta Terra? Não há, obviamente, uma resposta simples para essa questão. A resposta depende das escolhas que a sociedade faça frente a diversas alternativas. Há um trade-off direto entre produzir mais comida e produzir outros bens e serviços necessários ou desejados pela humanidade. A demanda por esses outros bens e serviços está aumentando a medida que a população também e, portanto, o trade-off se torna cada vez mais evidente e mais difícil de resolver (*ibidem*, p. 53, tradução própria)⁶⁵

Ou seja, à medida que o principal elemento para a produção de alimentos (terra) é usado para outros fins (assim como também o capital), a humanidade encontra-se frente ao dilema, produzir bens ou alimentos? Adiantando a crítica que será exposta mais à frente, este documento apresenta uma versão extremamente superficial da questão propriamente *política*, nas dimensões nacionais ou internacionais. Como veremos com Cox (1981), como já é parte das grandes tradições das Relações internacionais ou RIs (realismo e liberalismo), o foco nos Estados como entidades dotadas de vontade cria uma versão reificada da política internacional. Esta crítica é extremamente válida quando observamos esta última citação do Clube de Roma. A quem se referem quando dizem que “depende das escolhas que a sociedade fizer”? Quem tem agência para decidir, os países “desenvolvidos” ou os “subdesenvolvidos”? Suas sociedades internas ou a figura da sociedade internacional? Sobre a pretensão de uma exposição da realidade pura, sem interferência de valores morais ou ideológicos, o Clube nos apresenta uma perspectiva sem observador. O efeito disto é visível, não sabemos quem deve modificar suas ações (nações ou indivíduos) ou como devemos lidar *politicamente* com a diferença de desenvolvimento. Com o pretexto de beneficiar a todas as nações, o documento omite quem arca com o ônus. Por agora retornemos a nossa última variável.

A “população” assim como a produção industrial atua de forma a expandir todas as outras variáveis. Com o aumento da população aumenta também o consumo de recursos (renováveis e não renováveis), a necessidade de terra (não somente para a produção, de alimentos e mercadorias como também para a moradia), a poluição e a própria produção. Além disso, o crescimento populacional guarda uma relação grande com a renda per capita. Países com maiores rendas per capita apresentam uma taxa de planejamento familiar e controle de nascimento maior do que rendas menores. Segundo o relatório, a causa disso é em função da possibilidade de planejar a família aliada ao “custo” que uma criança representa para a família. À medida que um país se industrializa ele desenvolve “leis contra o trabalho infantil, educação

⁶⁵ “How many people can be fed on this earth? There is, of course, no simple answer to this question. The answer depends on the choices society makes among various available alternatives. There is a direct trade-off between producing more food and producing other goods and services needed or desired by mankind. The demand for these other goods and services is also increasing as population grows, and therefore the trade-off becomes continuously more apparent and more difficult to resolve”.

obrigatória e seguridade social” (*ibidem*, p. 116, tradução própria), o que aumenta o custo que a criança representa. Em sociedades não industrializadas uma criança significa mais cedo uma mão de obra que requer pouca atenção a sua educação e até mesmo à sua saúde. Como veremos no “equilíbrio global”, o crescimento populacional é alçado à causa do futuro colapso mundial, tendo somente o capital (produção industrial) como igual:

O modelo comportamental básico do sistema mundial é de crescimento exponencial de população e capital seguido pelo colapso. Como mostramos nas rodadas executadas no modelo aqui apresentadas, esse modelo comportamental ocorre se não ocorrem mudanças no sistema presente ou mesmo se ocorrem mudanças tecnológicas, independentemente da quantidade de mudanças (*ibidem*, p. 142, tradução própria)⁶⁶

O tratamento dado à questão do crescimento populacional é um dos pontos mais polêmicos de “os limites do crescimento”. Esta questão se apresenta como uma reedição da teoria malthusiana. Como Fernando Mires nos aponta:

O Relatório não somente se fazia eco a um pânico generalizado, mas também outorgava credenciais científicas a uma série de lugares-comuns que se alojavam na chamada opinião pública. Por exemplo, uma das razões principais que, a juízo do Relatório, explicaria o esgotamento dos recursos naturais do planeta residiria no aumento da população mundial. Em tal sentido, o Relatório não apenas possui um caráter catastrofista, como também é ideologicamente malthusiano. Hoje, ainda que a maioria dos cientistas que criticam os estilos dominantes do desenvolvimento econômico estivesse de acordo em assinalar que o crescimento da população é um problema muito grave, especialmente nos países do Terceiro Mundo, estariam muito longe de lhe atribuir o caráter de causa central (2012, p. 17)

Como disse antes, na base do pensamento do Clube está a ideia de *trade-offs*, que podemos traduzir como custos-benefícios. Todas as variáveis selecionadas apresentam *trade-offs* crescentes no modelo. Crescimentos lineares possuem uma necessidade fixa para crescer, enquanto crescimentos exponenciais necessitam a cada passagem de tempo uma quantidade maior do que quer que seja para crescer. Por isso, cada crise que uma das variáveis apresentar será necessária uma quantidade maior para sair dela. Por exemplo, uma crise gerada pela falta de áreas aráveis pode ser resolvida com o incremento de tecnologia (tratores, pesticidas, etc.). Entretanto, como o crescimento da produção é exponencial (em função da necessidade crescente de alimentos demandados pelo aumento da população mundial) em algum momento futuro a produção encontrará um novo limite. Para sair da nova crise as saídas seriam duas: ou consegue-se mais área arável ou mais tecnologia. O problema é que serão necessários aportes

⁶⁶ “The basic behavior mode of the world system is exponential growth of population and capital, followed by collapse. As we have shown in the model runs presented here, this behavior mode occurs if we assume no change in the present system or if we assume any number of technological changes”.

de tecnologia ainda maiores do que na primeira crise, já que será uma tecnologia mais cara (tanto para desenvolver quanto para implementar). Assim, a cada crise se torna mais difícil de sair: [...] E a cada crise sucessiva custará mais para superá-la. Cada ganho de produtividade de uma terra será mais dispendioso do que o último. Nós podemos chamar esse fenômeno de lei dos custos crescentes (*ibidem*, p. 52-53, tradução própria)⁶⁷. Além disso, todas as variáveis sofrem com a distância entre o percebido como necessário e a vida cotidiana, agora ou depois, como o texto coloca: “Todos os caminhos possíveis envolvem trade-offs. Os trade-offs são particularmente difíceis nesse caso porque envolvem escolher entre benefícios imediatos ou futuros” (*ibidem*, p. 68, tradução própria).

2.2.1 Tecnologia

Na esteira do neomalthusianismo exibido pelo Relatório não poderia faltar um comentário específico sobre a questão da tecnologia. Afinal, o próprio malthusianismo caiu em desuso graças ao peso que a tecnologia teve na virada do século XIX para o século XX. Malthus postulou em seu livro “*An essay on the principle of population*” (1983) que o crescimento aritmético apresentado pelo aumento da população na Inglaterra encontraria seu limite frente à disponibilidade de terras para a produção de alimentos. O que Malthus não conseguiu prever foi justamente o papel e a importância que a tecnologia teria. Em um processo de modernização, a produtividade das terras aumentou drasticamente com a introdução da mecanização e depois com a utilização de químicos na agricultura. Esta mudança é o surgimento de um novo paradigma de crescimento, como Veiga relata:

Desde o surgimento da agricultura, há 12 mil anos, até os primórdios da revolução científica, ainda no século XVI, não houve muitos surtos de crescimento com aumento da produtividade, isto é, de crescimento “intensivo”. Bem mais recorrente era que o aumento da produção dos agrupamentos humanos só acompanhasse de perto o aumento da população, sem que houvesse, portanto, aumento de produtividade. O que é chamado pelos historiadores de crescimento “extensivo” (2015, p. 11)

Assim, o Relatório não poderia se eximir de tratar desta questão. O texto trata a tecnologia a partir de três pontos: primeiro, a tecnologia é reconhecida como fundamental para o crescimento. O mundo estava vindo de outro grande crescimento “intensivo” graças ao processo de popularização do pacote de modernização da agricultura promovida pela

⁶⁷ “And each successive crisis point will cost more to overcome. Each doubling of yield from the land will be more expensive than the last one. We might call this phenomenon the law of increasing costs”.

Revolução Verde, e isto não foge ao Clube de Roma. Entretanto, mesmo com este ganho de produtividade, a modernização da agricultura ainda apresenta um *trade-off*. A cada pacote de modernização o custo de implementar estas tecnologias aumenta. Por isso, para este grupo de intelectuais o argumento da tecnologia se apresenta como uma “crença” mais do que um argumento científico, que não consegue fornecer uma resposta ao problema principal do crescimento:

As esperanças dos otimistas tecnológicos colocam no centro a habilidade da tecnologia de remover ou estender os limites do crescimento de população e capital. Nós demonstramos que em um world model a aplicação de tecnologia para problemas de diminuição de recursos ou poluição ou falta de alimentos não possui impacto no problema essencial, que é o do crescimento exponencial em um sistema complexo e finito (*ibidem*, p. 145, tradução própria)⁶⁸

O que nos leva ao segundo ponto, baseando-se novamente na modelagem de sistemas matemáticos os cenários promovidos nos cálculos demonstravam um segundo comportamento, a procrastinação do desastre:

Quando introduzimos desenvolvimentos tecnológicos que conseguem sucesso em levantar algum limite para o crescimento ou evitar em alguma medida o colapso, o sistema simplesmente modifica os limites e temporariamente os supera para cair novamente. [...] Mesmo nossas tentativas de utilizar parâmetros mais otimistas nas estimativas sobre os benefícios da tecnologia no modelo não previne o declínio da população e da indústria, e, de fato, em nenhum caso isso posterga o colapso para além do ano 2100 (*ibidem*, p. 143-145, tradução própria)⁶⁹

Terceiro, apesar de as novas tecnologias representarem avanços científicos da sociedade, elas também apresentam novas ameaças como maior poluição ou capacidade destrutiva. Por isto, as questões tecnológicas não podem ser analisadas através da crença de que elas são *essencialmente* boas. Elas devem ser analisadas caso a caso e a sociedade deve compreender o que está sendo posto. Para orientar este processo o Clube traz uma proposta através de um conjunto de “questões” que devem ser respondidas para uma tecnologia ser vista como positiva:

Nós temos esperança de que a sociedade irá receber cada novo avanço tecnológico procurando responder a três questões antes de uma tecnologia ser amplamente adotada. As questões são:

⁶⁸ “The hopes of the technological optimists center on the ability of technology to remove or extend the limits to growth of population and capital. We have shown that in the world model the application of technology to apparent problems of resource depletion or pollution or food shortage has no impact in the essential problem, which is exponential growth in a finite and complex system”.

⁶⁹ “When we introduce technological developments that successfully lift some restraint to growth or avoid some collapse, the system simply grows to another limit, temporarily surpasses it, and falls back [...] Our attempts to use even the most optimistic estimates of the benefits of technology in the model did not prevent the ultimate decline of population and industry, and in fact did not in any case postpone the collapse beyond the year 2100”.

1. Quais serão os efeitos colaterais, tanto físicos quanto sociais, se esse avanço for introduzido em larga escala?
2. Quais mudanças sociais serão necessárias antes que esse avanço possa ser implementado corretamente, e quanto tempo levará para que essas mudanças sejam alcançadas?
3. Se esse avanço for bem sucedido e remover algum limite natural para o crescimento, qual será o próximo limite que o sistema encontrará? A sociedade prefere a pressão do novo limite ou daquele que o avanço foi criado para remover? (ibidem, p. 154-155, tradução própria)⁷⁰

Entretanto, novamente a simplicidade do pensamento político do Clube. Quem decide e se beneficia ou é prejudicado não aparece como uma questão relevante.

2.2.2 O “equilíbrio global”

Posto que a tecnologia só possa levantar os limites e prolongar o tempo até o colapso, retornamos ao dilema de Malthus, como resolver um crescimento aritmético de algo em um mundo finito? A premissa básica do Relatório, portanto, é de que não importa quando, em algum momento da história o crescimento encontrará um limite intransponível. O desafio que o Relatório coloca é, qual será a escolha enquanto “sociedade” que faremos. Teríamos duas escolhas possíveis. Por um lado, podemos continuar o processo de crescimento atual até encontrarmos os limites naturais através da experiência. Neste cenário, o colapso é inevitável por mais que os sinais apareçam antes do mesmo. Digamos que a primeira opção é pelo colapso, conscientemente ou não, já que a opção por fazer nada é também implicada na destruição. Através da “crença” na tecnologia, procuraríamos novas tecnologias capazes de prolongar nosso processo de crescimento indo de tecnologia em tecnologia até o desastre.

A segunda opção é pelo limite autoimposto. Uma decisão ativa por procurar parar o crescimento. Esta decisão retorna o ponto que vimos mais cedo. Quem toma esta decisão e quem paga por ela? Na visão do Clube, podemos inferir que esta questão é secundária, uma vez que a crise ambiental ganha uma precedência hierárquica nas preocupações mundiais (primeiro precisamos existir). Essa hierarquia é construída com base na construção das possibilidades. O documento relata o problema (crise ambiental inevitável) e ao mesmo tempo fornece opções.

⁷⁰ “We would hope that society will receive each new technological advance by establishing the answers to three questions before the technology is widely adopted. The questions are: 1. What will be the side-effects, both physical and social, if this development is introduced on a large scale? 2. What social changes will be necessary before this development can be implemented properly, and how long will it take to achieve them? 3. If the development is fully successful and removes some natural limit to growth, what limit will the growing system meet next? Will society prefer its pressures to the ones this development is designed to remove?”

Como nenhuma outra é possível, a única solução é interromper o crescimento e esperar que este processo sustente a existência da humanidade. Como colocam:

Muitas pessoas irão achar que as mudanças que introducimos no modelo para evitar o comportamento de crescimento-colapso não só são impossíveis como também desagradáveis, perigosas e até mesmo desastrosas. Tais políticas como a redução da taxa de natalidade e a transferência do capital da produção de bens, por quaisquer meios que elas possam ser implementadas, parecem não naturais e inimagináveis porque, na vida da maior parte das pessoas, elas nunca foram tentadas ou mesmo seriamente consideradas. Na verdade, não faria nenhum sentido discutir essas mudanças no funcionamento da sociedade moderna se acreditássemos que o padrão presente de crescimento irrestrito possa ser sustentável no futuro. Contudo, todas as evidências disponíveis sugerem três alternativas – crescimento irrestrito, uma limitação autoimposta ao crescimento ou uma limitação ao crescimento imposta pela natureza – e somente as duas últimas são realmente possíveis (ibdem, p.167-169, tradução própria)⁷¹

Mesmo que seja desagradável, não importa, é a única solução possível para atingir o objetivo que procuram:

Nós estamos procurando por um modelo que represente um world system que seja: 1. Sustentável sem um colapso inevitável e repentino e, 2. capaz de satisfazer as necessidades materiais básicas de toda sua população (ibdem, p. 158, tradução própria)⁷²

Que por sua vez sustenta o que chamam de “equilíbrio global”, como exposto:

Logo, a definição mais básica de um estado de equilíbrio global é que a população e o capital são essencialmente estáveis, com as forças tendendo ao crescimento ou decréscimo deles de uma maneira cuidadosamente controlada (ibdem, p.171, tradução própria)⁷³

Assim, a proposta final do livro é de um crescimento zero que como vimos não expõe quem decide, mas claramente quem sofre são as populações dos países subdesenvolvidos cujos padrões de vida deveriam se estagnar.

⁷¹ “Many people will think that the changes we have introduced into the model to avoid the growth-and-collapse behavior mode are not only impossible, but unpleasant, dangerous, even disastrous in themselves. Such policies as reducing the birth rate and diverting capital from production of material goods, by whatever means they might be implemented, seem unnatural and unimaginable, because they have not, in most people’s experience, been tried, or even seriously suggested. Indeed, there would be little point even in discussing such fundamental changes in the functioning of modern society if we felt that the present pattern of unrestricted growth were sustainable into the future. All the evidence available to us, however, suggests that of three alternatives – unrestricted growth, a self-imposed limitation to growth, or a nature-imposed limitation to growth – only the last two are actually possible”.

⁷² “We are searching for a model output that represents a world system that is: 1. sustainable without sudden and uncontrollable collapse; and 2. capable of satisfying the basic material requirements of all of its people”.

⁷³ “Thus the most basic definition of the state of global equilibrium is that population and capital are essentially stable, with the forces tending to increase or decrease them in a carefully controlled balance”.

2.3 “Nosso futuro comum”

O relatório *Our Common Future (Nosso futuro comum)*, também conhecido como “relatório Brundtland” em homenagem a *chairman* da *World Commission on Environment and Development* (WCED) Gro Brundtland, foi um documento resultado dos trabalhos da comissão. A WCED foi instituída em 1983 através da resolução 38/161 da Assembleia Geral da ONU para avaliar a situação global do meio ambiente e de seu futuro. Composta por representantes de 22 Estados⁷⁴, a comissão tinha três objetivos principais: 1) reexaminar os assuntos críticos no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento para formular novas propostas de ações inovadoras para lidar com estes assuntos; 2) fortalecer a cooperação internacional nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento e influenciar a formulação de políticas e eventos na direção necessária e; 3) aumentar o nível de compreensão e compromisso de indivíduos, organizações voluntárias, negócios, instituições e governos nas temáticas (extraído do segundo anexo do documento, 1987).

Este relatório tornou-se um dos maiores pontos de inflexão nas discussões ambientais. Ele é o primeiro documento da ONU a fazer referência tanto ao termo “desenvolvimento sustentável” quanto à agricultura urbana (ao menos segundo Mougeot *apud* ALMEIDA, 2016, p. 58). O documento possui 12 capítulos⁷⁵ divididos em três partes. Aqui me concentrarei nos capítulos 1 (*Um futuro ameaçado*), 2 (*Em direção ao desenvolvimento sustentável*), 5 (*Segurança alimentar*), 8 (*Indústria: Produzindo mais com menos*) e 9 (*O desafio urbano*). A estrutura dos textos segue um mesmo padrão normalmente, na introdução dos capítulos são expostos os termos da “ameaça”, “problema” ou “crise” da qual o capítulo trata. Em sequência são oferecidos cenários e propostas de mudança que sirvam como “solução” para a busca por novos caminhos para a conciliação entre as questões ambientais e econômicas. Por exemplo, o capítulo 6 (*Espécies e ecossistemas: Recursos para o desenvolvimento*) começa com um subcapítulo chamado “[o] problema: Características e extensão”. Passa por outro subcapítulo (número V) apelidado “[n]ova abordagem: Antecipar e prevenir” e termina no número VIII, “[a] necessidade de ação”. E esta estrutura se repete na maioria dos capítulos. Por isso seguirei com a apresentação nos tópicos “riscos e crises” e “soluções”.

⁷⁴ A WCED foi formada por Gro Brundtland (Noruega) na presidência, Mansour Khalid (Sudão) na vice-presidência e por representantes dos seguintes países: Itália, Arábia Saudita, México, Zimbabuê, Costa do Marfim, República Federativa da Alemanha, Hungria, China, Colômbia, Índia, Brasil, Japão, Guiana, Estados Unidos, Argélia, Indonésia, Nigéria, União Soviética, Iugoslávia e Canadá (único Estado com dois representantes).

⁷⁵ A estrutura do relatório é de parágrafos por capítulo, sem paginação. Assim, irei me referenciar pelo parágrafo no início da citação textual e pelo número do capítulo ao final.

2.3.1 Riscos e crises

O relatório começa com a exposição dos problemas gerais relacionados com o meio ambiente e sua poluição. Porém, ressalta que a pobreza não é somente um elemento que surge da poluição e do desgaste do meio ambiente (apesar de poder advir destes), mas também possui um caráter de produção:

8. Estresse ambiental tem sido frequentemente visto como o resultado da crescente demanda por recursos escassos e a poluição pelos níveis de vida superiores. Mas pobreza em si polui o meio ambiente, criando um tipo diferente de estresse ambiental. Aqueles que são pobres e famintos com frequência destroem o seu meio ambiente imediato para sobreviver: eles vão cortar florestas, seu gado irá comer em grama em excesso, eles irão usar terra demais, em um número crescente deles irá engrossar cidades já congestionadas. O efeito cumulativo dessas mudanças é tão profundo que faz da pobreza em si um grande flagelo (1987, n.p., Cap. 01, tradução própria)⁷⁶

Aqui já podemos ver um retorno a uma abordagem neomalthusiana no tocante a culpabilização dos “pobres” e “famintos” pela destruição do meio ambiente. Entretanto, ao contrário da teoria malthusiana original e de “Os limites do crescimento”, o problema não é estacionário. Na teoria de Malthus o aumento da população é um problema que só pode ser resolvido através de sua diminuição, antes que acabe com a comida de todos. Nos “limites do crescimento” o problema só pode ser resolvido pela interrupção do crescimento econômico. Já em “Nosso futuro comum”, a solução pode ser alcançada através de outras formas como o “desenvolvimento” aliado com a educação das populações para o cuidado com o meio ambiente. Em sequência, prossegue apontando o processo de crescimento e consumo dos países desenvolvidos como o outro lado da destruição ambiental. Esta introdução dá o tom que o documento seguirá. A destruição, e a sucessiva crise, ambiental é um fato e suas origens são de responsabilidade de todas as nações.

Para o relatório é necessário à produção de um novo entendimento sobre a questão ambiental. Tomando como premissa que a tecnologia constitui a base do progresso humano, ele ressalta como ela por si mesmo não foi é o bastante. O novo entendimento necessário para a resolução dos problemas sobre o meio ambiente envolve quatro pontos: 1) o reconhecimento

⁷⁶ “8. Environmental stress has often been seen as the result of the growing demand on scarce resources and the pollution generated by the rising living standards of the relatively affluent. But poverty itself pollutes the environment, creating environmental stress in a different way. Those who are poor and hungry will often destroy their immediate environment in order to survive: They will cut down forests; their livestock will overgraze grasslands; they will overuse marginal land; and in growing numbers they will crowd into congested cities. The cumulative effect of these changes is so far-reaching as to make poverty itself a major global scourge”

de que os problemas ambientais estão conectados, como a deflorestação e o desgaste dos solos. A questão ambiental apoia-se em processos que se alimentam uns aos outros; 2) o estresse ambiental está ligado a padrões de desenvolvimento econômico específicos. Sistemas econômicos que não levem em conta critérios ambientais não somente colocam o planeta e as outras economias em risco como também se arriscam a retroceder economicamente. Os desastres ambientais como enchentes, os desgastes de solo, a baixa qualidade do ar geram custos econômicos em áreas como infraestrutura e saúde. Assim, o planejamento ambiental não somente protege o meio ambiente como deve promover o desenvolvimento; 3) os problemas ambientais e econômicos são conectados aos problemas sociais e políticos como a questão das mulheres, a populações fragilizadas e a distribuição de poder entre os Estados e; 4) a questão ambiental é uma questão global. Os efeitos das práticas de um Estado pode ser sentido por outros, mesmo que indiretamente. Por isso a necessidade da cooperação internacional. Somente a conexão e cooperação podem alimentar a resolução dos problemas que afligem o globo, entretanto, é uma cooperação entre desiguais. Comentando o Relatório, Rafael Duarte Villa aponta que:

Esse tipo de interdependência pode ser entendido no sentido definido por Keohane e Nye (1988), isto é, como efeitos e custos recíprocos que derivam da interação dos atores, mesmo quando estes não são equivalentes, o que, nesse caso, gera a chamada interdependência complexa ou assimétrica (2005, p. 166)

O conceito de interdependência assimétrica é uma boa definição para a noção de cooperação apresentada em “Nosso futuro comum”. Os dilemas postos pela crise ambiental dizem respeito a todo globo, porém, de formas diferentes. Ao contrário d’“Os limites do crescimento”, o Relatório já abandonou a ideia de crescimento zero. Aos países avançados compete à recuperação de seu meio ambiente, o desenvolvimento de tecnologias limpas, a abertura econômica, a abstinência de práticas protecionistas como subsídios entre outros. Aos países em desenvolvimento é necessário que se comprometam a explorar seus recursos de forma “equilibrada” procurando não impedir o ciclo de regeneração e promover não somente o crescimento econômico como também a distribuição de renda.

Sobre este ponto, a necessidade de promover a distribuição de renda, devemos comentar. Mais do que uma preocupação moral ou de justiça social, a distribuição de renda tem o objetivo de “sensibilizar” e educar. Como já vimos, o Relatório apresenta as populações mais pobres como parte do problema, a medida que destroem o meio ambiente por necessidade de sobreviver. A contrapartida deste pensamento é que populações de classe média, enriquecidas, apresentam maior sensibilidade em relação aos problemas ambientais já que possuem mais a

perder. Um argumento já clássico, como Weber aponta em *Ensaio de sociologia* (1974), onde diz que os pobres apresentariam maior propensão à guerra uma vez que só possuem a vida para perder, vida esta que já não é tão confortável ou agradável, ao contrário das pessoas abastadas que possuem negócios ou carreiras para manter⁷⁷.

Este argumento possui diversas ramificações: primeiro, ao contrário de "Os limites do crescimento", não só é possível como é *necessário* o crescimento e desenvolvimento econômico dos países mais pobres, como colocado:

49. [...] Longe de requerer a cessação do crescimento econômico, reconhecemos que os problemas da pobreza e do subdesenvolvimento não podem ser resolvidos a menos que tenhamos uma nova era de crescimento na qual os países em desenvolvimento desempenharam um grande papel e terão grandes benefícios (1987, n.p., cap. 01, tradução própria)⁷⁸

Segundo, a destruição ambiental causada pela pobreza não é uma escolha, mas sim uma reação à carestia dos indivíduos frente a sua situação econômica. Assim, a lei e a norma possui um alcance limitado para impedir este tipo de destruição. Não importa que tipo de norma seja construído ou imposto, a necessidade vai imperar. Entretanto, a legislação pode ter efeitos através da regulação do mercado. As empresas são regidas pelo lucro e racionalidade econômica, portanto, multas e outras sanções podem ter mais efeito que leis que proíbam indivíduos de perseguir a sobrevivência. Conseguir introduzir populações marginais nas relações de mercado torna-se dessa maneira um imperativo. As relações de mercado favorecem as normas e regulações que o Estado pode desenvolver. Portanto, o mercado não é somente reconhecido, mas sim legitimado e valorizado. Essa característica coloca um problema sério para lidar com povos originários e camponeses, como também exprime uma visão da relação sociedade-natureza distanciada. A sociedade necessitaria de certo distanciamento da natureza, novamente expondo a superioridade do desenvolvimento tecnológico que possibilitaria o reequilíbrio com a natureza, seguindo assim a mesma linha do conservacionismo, ou seja, um pensamento de que o ideal é uma natureza intocada pelo ser humano.

⁷⁷ Aqui não posso me furtar de destacar que as comparações de Weber apresentam uma confusão muito simples entre dimensões quantitativas e qualitativas. Mais do que uma comparação entre quantas coisas alguém tem a perder, a vida possui um caráter qualitativo que a distingue, a necessidade de alguém ter vida para poder aproveitar qualquer outra característica ou posse.

⁷⁸ "49. [...] Far from requiring the cessation of economic growth, it recognizes that the problems of poverty and underdevelopment cannot be solved unless we have a new era of growth in which developing countries play a large role and reap large benefits".

2.3.2 Soluções ou “desenvolvimento sustentável”

O Relatório Brundtland representa em muitos sentidos um ponto de inflexão na política ecológica global. Um dos mais relevantes é o surgimento de uma ideia explícita de “desenvolvimento sustentável” e um processo de disseminação do mesmo. Como Eli da Veiga escreve:

Desenvolvimento sustentável é a ambição de que a humanidade venha a atender às suas necessidades atuais sem comprometer a possibilidade de que as futuras gerações também possam fazê-lo. Essa é a definição mais legítima, mais conhecida e aceita, além de ter sua origem devidamente certificada. Foi com esse enunciado que a ideia começou a ser assimilada pela comunidade internacional, depois que a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu em 11 de dezembro de 1987, que a partir de então o desenvolvimento sustentável deveria se tornar princípio orientador central de governos e instituições privadas, organizações e empresas (2015, p. 09)

Procurando localizar a gênese da terminologia, Veiga nos lembra de que devemos entendê-lo através de seus termos constitutivos. “Desenvolvimento” e “sustentabilidade” possuem uma vida própria. A noção de desenvolvimento possui sua origem na economia, sendo frequentemente confundido e/ou tratado como sinônimo de crescimento econômico. Apesar de este ser seu significado inicial, o termo passa por transformações drásticas ao longo dos anos. Segundo o autor, a mudança necessária para a transformação de “desenvolvimento” para algo além de crescimento econômico na ONU passa pela mudança das medidas usadas. Como relatado em seu livro “Para entender o desenvolvimento sustentável”, durante as décadas de 60-80, o “desenvolvimento” de uma nação era medida através da renda per capita. Percebendo esta limitação, Mahbub ul Haq (diretor do Programa para o Desenvolvimento – PNUD/ONU) trabalhou no sentido de desenvolver um novo índice que poderia “medir” o desenvolvimento para além da economia (2015, p. 13-15). Seu trabalho resultou na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar de se opor as pretensões de que o IDH pudesse efetivamente “medir” o desenvolvimento, Amartya Sen participou do PNUD juntamente com ul Haq e são responsáveis por uma nova concepção de “desenvolvimento”:

[...] só há desenvolvimento [para os dois autores] quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. São quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2015, p. 15)

Enquanto isso, o caminho da “sustentabilidade” passa pelas discussões ecológicas onde o termo originalmente significa a habilidade de uma espécie de se perpetuar ao longo do

tempo. Um dos conceitos da área biológica que ficou mais conhecido fora da mesma nesta época foi o conceito de praga. Uma praga se refere a uma espécie cujo crescimento ocorre de forma acelerada e que ao crescer depreda seu habitat de forma que ao fazê-lo, o destrói. Não foi incomum ouvir ao longo da década de 1970 em diante que a humanidade tinha se tornado uma praga ao planeta Terra. Neste contexto, o termo “sustentabilidade” evoca um retorno a condições de crescimento que possam tornar a existência humana compatível com a existência do planeta.

O problema é que como “Os limites do crescimento” já tinha colocado os critérios para as possíveis soluções para a crise ambiental se apoiavam muito mais em “crenças” do que estudos válidos. Como exemplo, a seguinte citação:

27. A humanidade possui a capacidade de fazer com que o desenvolvimento se torne sustentável de forma a assegurar que ele provenha as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de conseguirem assegurar suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável implica sim em limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estado presente da tecnologia e da organização social nos recursos ambientais e pela habilidade da biosfera de absorver os efeitos da ação humana. Mas tecnologia e organização social podem ser administradas e aperfeiçoadas para criar o caminho de uma nova era de crescimento econômico. A Comissão acredita que a pobreza generalizada já não seja mais inevitável. Pobreza não é somente um mal em si mesma, como também o desenvolvimento sustentável requer que as necessidades de todos sejam providas e que as oportunidades de satisfazer as aspirações por uma vida melhor sejam estendidas a todos. Um mundo onde a pobreza é endêmica será sempre inclinado a catástrofes ambientais entre outras. (1987, n.p., overview, tradução própria)⁷⁹

Se analisarmos separadamente esta citação temos: 1) a afirmação de que a humanidade pode atingir o crescimento juntamente com a preservação do meio ambiente para as próximas gerações; 2) uma renúncia à concepção do relatório “Os limites do crescimento” na questão da existência de limites físicos e materiais para o crescimento econômico desde que fosse conduzido com; 3) novas formas de organização social e novas tecnologias e; 4) a pobreza como um indutor de desastres ambientais. Todos esses elementos estão presentes em diversas passagens do documento, algumas já vimos mais cedo. O interessante desta citação em particular é que ela não somente aponta o problema e a solução, mas também deixa claro que o

⁷⁹ “27. Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits - not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities. But technology and social organization can be both managed and improved to make way for a new era of economic growth. The Commission believes that widespread poverty is no longer inevitable. Poverty is not only an evil in itself, but sustainable development requires meeting the basic needs of all and extending to all the opportunity to fulfil their aspirations for a better life. A world in which poverty is endemic will always be prone to ecological and other catastrophes”.

subsidio para as conclusões são exatamente, “beliefs”. Ao contrário d’”Os limites do crescimento”, fortemente embasado pelas pesquisas de ponta existentes em sua época, o Relatório Brundtland não faz menção a pesquisas acadêmicas. Considerando como um consenso os problemas expostos ao invés de representar o que de mais avançado se tinha na ciência, ele representa o que de mais avançado foi possível na política institucional internacional. E mais, como se passaram 20 anos entre o lançamento de “os limites do crescimento” para o “Nosso futuro comum”, o primeiro pode ser posto como um ponto de inflexão que modificou o caminho que ele mesmo analisava. Como colocado por Maarten, “[o] relatório [Brundtland] foi efetivo em proliferar uma imagem de que os vinte anos que passaram desde 1972 são para serem entendidos como um período de progressivo aprendizado e de uma iluminada cruzada institucional” (1995, p. 12, tradução própria).

O que é interessante também é analisarmos os efeitos das propostas colocadas no Relatório, não somente em relação ao seu fim (a solução da crise ambiental), mas também como algo em sí. Vejamos por exemplo esta citação:

96. A capacidade de fazer as difíceis escolhas envolvidas no processo de alcançar o desenvolvimento sustentável vai depender do suporte e envolvimento de um público informado, de ONGs, da comunidade científica e da indústria. Seus direitos, papéis e participação no planejamento de desenvolvimento, na tomada de decisão e na implementação de projetos deverá ser expandida. (1987, n.p., overview, tradução própria)⁸⁰

Os efeitos práticos das ações e discursos dessas organizações por vezes são maiores do que suas ações pontuais possam demonstrar. Um dos efeitos da procura pelo “desenvolvimento sustentável” são as próprias formas de tentar alcançá-lo. É um fato, por exemplo, que em torno da busca surgiram diversas redes e fóruns de colaboração entre Estados, empresas e organizações da sociedade civil. Afinal,

48. O conceito de desenvolvimento sustentável nos fornece um sistema de referência para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento – o termo “desenvolvimento” está sendo usado aqui em sentido amplo. Essa palavra é comumente usada para se referir aos processos de mudanças econômicas e sociais no Terceiro Mundo. Mas a integração do ambiente com o desenvolvimento é requerido em todos países, ricos e pobres. A busca pelo desenvolvimento sustentável requer

⁸⁰ “96. Making the difficult choices involved in achieving sustainable development will depend on the widespread support and involvement of an informed public and of NGOs, the scientific community, and industry. Their rights, roles and participation in development planning, decision-making, and project implementation should be expanded”.

mudanças nas políticas nacionais e internacionais de todas as nações (1987, n.p., cap. 02, tradução própria, aspas do autor)⁸¹

2.4 A Teoria da Modernização Ecológica

Como vimos, muitas críticas foram feitas especialmente desde a década de 1960 às noções de crescimento contínuo da economia capitalista. Críticas à esquerda e à direita do espectro político começaram a inserir mais fortemente uma concepção de meio ambiente em suas propostas. Grande parte dos trabalhos na ecologia política identifica no já referido documento “*Os limites do crescimento*” (MEADOWS, 1972) o começo dos debates internacionais sobre a questão ambiental (MIREN, 2012; SILVA, 2011; BRÜSEKE *in* CAVALCANTI, 1994). Trabalho este que apontava para uma insustentabilidade da produção econômica capitalista, o que foi uma surpresa em muitos sentidos, como coloca Carlos Tomé Silva, mesmo que o trabalho:

[T]enha sido financiado e tenha recebido apoio de industriais e banqueiros, enfatizou que a produção industrial e a exploração dos recursos naturais precisavam ser revistas e até estagnadas. O ponto principal da proposta foi a defesa do crescimento zero, o que impossibilitava o desenvolvimento dos países mais pobres (2011, p. 02)

Muitas foram as críticas feitas: a injustiça frente a noção de crescimento zero que condenaria os países subdesenvolvidos à pobreza (BRÜSEKE *in* CAVALCANTI, 1994, p. 30) ou ao caráter neomalthusiano das formulações propostas (O’CONNOR, 2001, p. 02) foram somente algumas. Apesar de ter sido rechaçado enquanto programa, o trabalho suscitou debates intensos nos âmbitos internacionais e é considerado um dos marcos destes debates. O próximo marco já possuía outra ambição, ao invés do crescimento zero o crescimento sustentável. O documento intitulado “*Nosso futuro comum*” de 1987 avançava na direção do “desenvolvimento sustentável”. O termo surgido no documento expressava a necessidade (e possibilidade) de encarar a questão ambiental nos termos econômicos, ao menos do ponto de vista dos Estados. Qualquer medida de proteção ambiental teria de lidar com a perspectiva de aliar o crescimento econômico com a preservação ambiental ou correr o risco de perecer tal como “*Os limites do crescimento*”.

⁸¹ “48. The concept of sustainable development provides a framework for the integration of environment policies and development strategies - the term 'development' being used here in its broadest sense. The word is often taken to refer to the processes of economic and social change in the Third World. But the integration of environment and development is required in all countries, rich and poor. The pursuit of sustainable development requires changes in the domestic and international policies of every nation”.

Neste ponto, tenho que dar um passo para trás. Bom, para trás talvez não seja correto, mas sim para o lado. Compreender a produção bibliográfica de referência para este trabalho é, primariamente compreender de onde ela parte e o que a inspira. Para tanto, o estudo da Teoria da Modernização Ecológica é essencial.

A Teoria da Modernização Ecológica possui uma história de algumas décadas. Como um discurso e prática incentivados fortemente pelas organizações internacionais interpreto ela através do prisma elaborado por Robert Cox (1981) quando de sua análise das teorias Relações Internacionais. Segundo Cox, as teorias elaboradas no campo das RI seguiriam, normalmente, um de dois modelos lógicos: as *teorias críticas* ou as *teorias de resolução de problemas* (tradução minha). As teorias críticas seriam aquelas cuja proposta é a de compreender fenômenos sociais através da história, como *processos* históricos que se desdobram no tempo com continuidades e rupturas. Ao contrário, as teorias de solução de problema lidariam com fenômenos sociais através de seu isolamento do contexto geográfico, histórico e social particular. Geram assim proposições supostamente aplicáveis internacionalmente e sem maiores preocupações localizadas.

2.4.1 Os princípios da TME

Segundo Milanez (2009, p. 77), ela apresenta quatro pressupostos teóricos: a inovação ecológica; a prevenção; a participação pública e; a noção de soluções ambientais-econômicas. Olhando através do prisma da *teoria de solução de problemas* veremos que seus pressupostos, mais do que estabelecer o estado do mundo, estabelecem o que deve ser feito para se chegar onde se deseja.

Apesar da TME não possuir um corpo teórico rigidamente definido, a inovação tecnológica talvez seja o único elemento unívoco deste corpo teórico. Ela se refere dentro da TME ao estabelecimento de que a solução para os problemas sociais e econômicos derivados da “crise ambiental” está na produção e adoção de inovações tecnológicas, seja nos equipamentos e maquinários ou em novas formas de organização da atividade econômica. O desenvolvimento tecnológico seria o responsável por restaurar o meio ambiente.

A prevenção, por sua vez, se refere à lógica de que os custos de reconstruir um sistema ecológico serão maiores do que a prevenção. Sendo assim, o desenvolvimento tecnológico é direcionado à criação de sistemas produtivos que minimizem ou mesmo evitem a destruição ambiental. A questão da eficiência produtiva é posta como parte da solução, à medida que ela

diminuisse o gasto de matérias primas e permita o máximo de aproveitamento. Por último, pressagia as medidas de recuperação como o replantio ou os bancos de carbono já que dentro desta lógica os custos de não se recuperar agora serão maiores no futuro.

A sociedade civil através de sua organização seria responsável pelo controle das más práticas do mercado (com pressão da opinião pública, boicotes, etc...) e do Estado; o Estado garantiria a discussão pública, os direitos e liberdades individuais e a regulamentação do mercado; que por sua vez seria responsável por fornecer os serviços econômicos para as outras duas esferas e garantir a continuidade do “desenvolvimento sustentável”.

Todas estas características possuem como pressuposto ontológico a “superação” da dicotomia entre os interesses do mercado e os interesses sociais. Segundo a TME, a relação Estado-mercado-sociedade civil não seria marcada pela disputa de interesses contrários, mas na verdade, a relação que se estabeleceria em função da “crise ecológica” seria de cooperação. Para isso o debate público seria vital.

Portanto, a “participação pública” é o elemento analítico societário básico para o “funcionamento” da TME. Uma vez que os interesses do mercado não sejam contrários aos da sociedade civil a cooperação é possível. E assim o debate público se estabeleceria, para possibilitar a cooperação e a determinação dos objetivos comuns. A criação de espaços de interlocução e dialogo entre as três esferas.

Como garantir, e mais, como ajudar o mercado a promover a Modernização Ecológica. A sociedade civil deve aceitar o processo de mercantilização, que será uma conclusão do processo de avanço da ME e se profissionalizar cada vez mais para fazer jus às novas tecnologias; o Estado deverá facilitar o processo, respeitando e regularizando o avanço do mercado, coibindo empresas que pratiquem más condutas, investindo nos serviços públicos e auxiliando as empresas no acesso aos meios necessários. As Políticas Públicas acabam por fornecer a resposta para a pergunta que começa este parágrafo.

No tocante as questões ambientais, as Políticas Públicas Ambientais (PPAs) se tornam o instrumento por excelência. Elas cumprem as funcionalidades de propor medidas de transformações impulsionadas pelo Estado, supostamente de acordo com a sociedade civil e os mercados; comumente elaboradas com a participação sociedade civil (através das Organizações Não-Governamentais, ONGs) e frequentemente geridas pelas mesmas, justificando assim as PPAs pelo caráter de competência técnica que as mesmas possuem em contraposição ao caráter político (nos termos da distinção típica do neoliberalismo entre tecnicismo x política) e; a participação do mercado nas PPAs permite a ascensão de discursos de “responsabilidade ambiental e/ou social” (TOMIELLO & GUIVANT, 2010). Um dos principais efeitos da

articulação que produz as PPA é que elas justificam e legitimam as três esferas e a cooperação entre elas como necessárias para a solução do problema da “crise ambiental”. Como Maarten Hajer coloca, “[f]ormulação de políticas públicas não é somente uma maneira de achar soluções aceitáveis para problemas preconcebidos. Também é a maneira dominante com a qual as sociedades modernas regulam conflitos sociais latentes” (1995, p. 2, tradução própria)

2.4.2 As concepções sociais mobilizadas pela TME

Robert Cox foi um cientista político, com uma longa experiência como funcionário internacional na Organização do Trabalho Internacional (OIT), que ganhou fama com seu trabalho na área das Relações Internacionais. Especialmente por seu clássico artigo “*Social forces, States and World orders*” de 1981 onde o professor faz uma crítica contundente a disciplina como um todo. Dentro das RIs existem duas grandes tradições teóricas que dominaram a disciplina desde seu começo, o realismo e o liberalismo. Em uma crítica bem elaborada, o autor procura ressaltar o caráter positivista da disciplina como vinha se construindo. Como a maior parte dos manuais em RIs vão mostrar (JACKSON & SORENSEN, 2007), a organização da disciplina segue o que seriam os grandes debates entre as duas correntes, em sua versões originais e atualizadas (neorrealista e neoliberal) até ao final da década de 70, quando diversas novas abordagens ganham espaço (construtivistas, críticas, entre outras). O autor mais do que tecer críticas às teorias clássicas procura demonstrar como elas dividem um processo lógico-cognitivo comum, antes de propor outra abordagem. As duas abordagens se propõem como descritivas da realidade, onde há um embate entre elas para demonstrar um número maior de evidências a favor de um paradigma ou outro. Desta forma a questão da perspectiva fica omitida destas teorias, resultando em formas de elaborar problemas que descambam em produtos como “Os limites do crescimento”, onde a questão do poder desaparece frente aos cálculos matemáticos. Como coloca Cox:

Teorias são sempre *para* alguém e *para* algum propósito. Todas as teorias possuem perspectiva. Perspectivas são derivadas de uma posição no tempo e espaço, mais especificamente tempo e espaço político e social. [...] Claro que, teorias sofisticadas nunca são meramente a expressão de uma perspectiva. Quanto mais sofisticada uma teoria é, mais ela reflete sobre e transcende a própria perspectiva; mas a perspectiva inicial sempre está contida dentro da teoria e é relevante para sua explicação. Isto é, apropriadamente, não existe algo como uma teoria por si mesma, divorciada de um ponto de vista no tempo e no espaço. Quando alguma teoria se apresenta assim é

importante examiná-la como ideologia e chegar à sua perspectiva escondida (1981, p. 128, tradução própria)⁸²

Baseado na dupla perspectiva/propósito, ele nos aponta que desde seu começo uma teoria pode servir para dois propósitos: primeiro, uma teoria pode ser elaborada para ajudar a resolver os problemas que ela aponta dentro da perspectiva da qual se originou (1981, p. 128). O segundo se apresenta de uma forma mais complexa, ela procura reconhecer sua própria perspectiva para poder dialogar com outras, e assim, se abrir para uma perspectiva diferente, mais completa do que a original (1981, p. 128). Todas as duas opções possuem perspectiva e propósito, entretanto, um dos tipos ao negar a perspectiva apaga também a existência de um propósito diferente do que é explicitado. Em sua nomenclatura, essas opções dariam origem a dois tipos de teoria diferentes: as “teorias de resolução de problemas” e as “teorias críticas”.

As “teorias de resolução de problemas”, como o nome já indica, focam em problemas particulares e como oferecer uma solução a eles *dentro* da ordem instaurada. Ela se aproxima da realidade tomando a ordem presente como estável. Ou seja, o presente é retirado de uma concepção maior, onde o processo histórico é transformado em uma questão menor frente à importância do “problema” de que trata. Como uma teoria analítica procura chegar ao máximo de especialização, delimitando o que concerne e o que não, como posto pelo professor:

A força da abordagem de resolução de problemas está em sua capacidade de fixar limites e parâmetros para uma área problemática e em reduzir a explicação de um problema em particular a um conjunto limitado de variáveis, as quais são passíveis de um exame relativamente próximo e preciso. A pressuposição *ceteris paribus*, na qual esse tipo de teorização é baseado, faz com que seja possível chegar a afirmações de leis e regularidades às quais parecem possuir validade generalizada, mas que implica, obviamente, nos parâmetros institucionais e relacionais assumidos pela abordagem de resolução de problemas (1981, p. 129, tradução própria, itálicos do autor)⁸³

Como um exemplo disso, podemos citar “Os limites do crescimento”. O texto apresenta um trabalho de vulto quando à coleta de dados, entretanto, a análise procura nos convencer de que

⁸² “Theory is always *for* someone and *for* some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space. [...] Of course, sophisticated theory is never just the expression of a perspective. The more sophisticated a theory is, the more it reflects upon and transcends its own perspective; but the initial perspective is always contained within a theory and is relevant to its explication. There is, accordingly, no such thing as theory in itself, divorced from a standpoint in time and space. When any theory so represents itself, it is more important to examine it as ideology, and to lay bare its concealed perspective”.

⁸³ “The strength of the problem-solving approach lies in its ability to fix limits or parameters to a problem area and to reduce the statement of a particular problem to a limited number of variables which are amenable to relatively close and precise examination. The *ceteris paribus* assumption, upon which such theorising is based, makes it possible to arrive at statements of laws or regularities which appear to have general validity but which imply, of course, the institutional and relational parameters assumed in the problem-solving approach”.

a solução apresentada é a única possível. Quando olhamos o último capítulo (*The state of global equilibrium*) a argumentação é montada através da exposição do que muda a cada variável que modificam. Sendo, como exposto, necessário que a “população” e a “produção industrial” cheguem a zero. Essas são as mudanças necessárias para “resolver o problema”, e como é a única opção possível não importa o quanto difícil ou desagradável possa ser, ela é necessária e, portanto, justa. Inclusive, não fazer nada é equivalente a condenar todo o planeta, “[n]ós podemos afirmar com alguma confiança que, com a premissa de que nenhuma grande mudança ocorrerá no presente sistema, que o crescimento da população e da indústria certamente não irá parar no próximo” (MEADOWS, p. 126, tradução própria).

Enquanto isso, as “teorias críticas” têm como sua principal característica a de não tomar a ordem existente como fixa. Sua preocupação é por demonstrar o como a ordem chegou a existir e apreender o processo social que a produziu. Enquanto a “teoria de resolução” parte de uma questão específica e a partir disto continua se especializando, a “teoria crítica” parte para a tentativa de compreender o processo histórico que dá origem:

Teoria crítica é teoria histórica na medida em que ela se preocupa não somente com o passado, mas também com a continuidade do processo histórico de mudança. Teorias de resolução de problemas são não-históricas ou ahistóricas, já que, na verdade, postula um presente contínuo (a permanência de instituições e relações de poder que constituem seus parâmetros) (1981, p. 129, tradução própria)⁸⁴

Enquanto isso a perspectiva destas organizações é de se posicionar através do universal, como a seguir:

107. Primeiramente e antes de todo o mais essa Comissão esteve preocupada com pessoas – de todos os países e caminhos de vida. E é a estas pessoas que o nosso relatório se endereça. As mudanças na conduta humana pelas quais clamamos dependem de uma vasta campanha de educação, debate e participação pública. Essa campanha deve começar agora se o progresso humano sustentável é para ser alcançado (1987, n.p., overview, tradução própria)⁸⁵

Assim, como podemos perceber, a TME parte de uma análise sociológica e econômica onde: 1) ela é formulada em relação ao problema da “crise ecológica”, seja como uma interpretação do porque estão ocorrendo mudanças em instituições e estruturas sociais (porque

⁸⁴ “Critical theory is theory of history in the sense of being concerned not just with the past but with a continuing process of historical change. Problem-solving theory is non-historical or ahistorical, since it, in effect, posits a continuing present (the permanence of the institutions and power relations which constitute its parameters)”.

⁸⁵ “107. First and foremost, this Commission has been concerned with people - of all countries and all walks of life. And it is to people that we address our report. The changes in human attitudes that we call for depend on a vast campaign of education, debate, and public participation. This campaign must start now if sustainable human progress is to be achieved”.

estão fornecendo mudanças para solucionar o “problema da crise”), ou como uma *doutrina de intervenção* na sociedade para fornecer uma solução à crise. Portanto, ou se está resolvendo através das mudanças ou a mudança é a forma de se resolver. Nos dois casos, mudamos os meios, mas o fim é o mesmo; 2) a TME trabalha com um modelo societário tripartite, onde Estado, mercado e sociedade civil são vistas como um composto. A relação Estado-mercado-sociedade civil é vista como legítima e aceita como esferas autônomas, com funcionamentos e propósitos ontologicamente diferentes; 3) um de seus principais instrumentos para a solução de problemas ecológicos é a política pública ambiental (em seu conjunto, PPA). Sendo o Estado o garantidor de seu funcionamento, a sociedade civil o âmbito de surgimento das demandas e o mercado como desenvolvedor de novas tecnologias que, ao auxiliá-lo, auxiliam também a sociedade como um todo (numa leitura ainda muito similar à “mão do mercado” smithiana; 4) as PPAs são portanto um fenômeno que envolveriam a sociedade de forma holística, como um todo. E isso poderia estabelecer duas formas, com os interesses sendo contrários entre os três, ou partes deles, ou com os interesses alinhados. A TME se apoia na ideia de que a relação entre desenvolvimento e preservação pode ser de cooperação e não inerentemente conflituosa. Como escreve Olivieri, a TME se coloca como:

Um desafio à ideia convencional de um trade-off de soma zero entre a prosperidade econômica e a preservação ambiental e, portanto, a emergência de um princípio norteador popularizado mais tarde com o nome de win-win (2009, p. 60)

Antes de continuar, vejamos melhor a expressão da “sociedade civil”. Conceito clássico da Ciência e da Teoria Política “desde Maquiavel passando por Hobbes, Locke, Rousseau” (ALVES, MARIA, BUARQUE, & COSTA, 2016), a “sociedade civil” assume diversas conotações ao longo do tempo. Hoje em dia, especialmente depois do que Liguori nomeia de “revolução conservadora ou neoliberal” (2006, p. 04), a nomenclatura volta a ganhar importância. Desta vez sendo absorvida em um modelo de divisão tripartite das esferas sociais (Sociedade civil, Estado e mercado). Acabou por se tornar um termo usado por forças políticas à esquerda e à direita do espectro político, frequentemente assumindo significados diversos e até opostos.

Segundo Bobbio o conceito de Estado na política seguiria três “modelos”, sendo os conceitos de “Sociedade Civil” correlatos a eles. O primeiro é a elaboração dos jusnaturalistas, (o “modelo Hobbes-Rousseau”). Seria “o Estado como negação radical” (1982[1967], p. 20), o Estado surgiria como o responsável por impedir a violência generalizada. Posto isso, a invenção do Estado é a condição *sine qua non* para a existência da civilização, representa um salto

qualitativo, um momento de ruptura na história. Depois do surgimento do Estado nada seria o mesmo, o Estado de natureza dá lugar ao estado civil. Segundo o autor italiano, “[a] ideia de um estágio pré-estatal da humanidade inspira-se não tanto na antítese sociedade/Estado quanto na antítese natureza/civilização” (1982 [1967], p. 27). No segundo, o “modelo Locke-Kant”, o Estado seria entendido como a “conservação-regulamentação” da sociedade natural. Ao invés do primeiro modelo, seria o desenvolvimento gradual da sociedade. O Estado já não é a condição para a civilização e sim o resultado desta evolução. Por último, o “modelo hegeliano” seria “o Estado como conservação e *superação*” (1982[1967], p. 20), do estado de natureza. É um “momento *novo*”, não meramente um aperfeiçoamento, mas sim algo qualitativamente diferente. Porém em comparação com o modelo Hobbes-Rousseau, o modelo hegeliano não nega o estado de natureza, ele o absorve.

Este conjunto de modelos forma o que Bobbio chamará mais tarde de “concepção positiva do Estado” em contraposição à “concepção negativa” de Marx (2017). Esta “concepção positiva” se refere ao conjunto de teorias políticas que vêem o Estado como necessidade ou como positivo para o desenvolvimento humano. Marx por sua vez exprime a concepção de que o Estado, ao invés de representar a universalidade, representa a particularidade dos interesses de uma classe. Sendo assim um instrumento de dominação.

Os modelos Hobbes-Rousseau e Locke-Kant dividiam uma concepção de “sociedade civil” como Estado. Segundo Bobbio, operavam com a dicotomia Estado de natureza/Estado. Hegel, por sua vez, elaborou uma conceituação de “sociedade civil” onde ela é entendida como a formação da esfera das necessidades econômicas onde operam interesses diversos. Como etapa histórica ela ficaria após a formação da Família e logo antes da formação do Estado. Caminho teleologicamente percorrido através do desenvolvimento do espírito humano, que sai de seus interesses pessoais (Família), passando por seus interesses de grupos (sociedade civil) e alcança seu ponto universal (o Estado como representante da universalidade). Ainda lidando com a definição de “sociedade civil” como esfera econômica, Marx a coloca como “(...) o verdadeiro centro, o teatro de toda história; e pode-se ver como é absurda a concepção da história até hoje corrente, que se limita às ações de líderes e de Estados e deixa de lado as relações reais” (MARX *apud* BOBBIO, 1982[1967], p. 31). Aceitando a interpretação de Bobbio (que possui muita validade) de que para Marx a “sociedade civil” é o conjunto das relações materiais e das “relações reais”, aparecem então dois efeitos: 1) como o autor italiano coloca, para Marx, a “sociedade civil” é parte integrante da estrutura e; 2) segundo Bobbio, a caracterização da mesma como estrutura criaria, com o Estado compreendido como superestrutural, uma dicotomia entre estrutura/superestrutura, uma relação lógica de oposição.

Enquanto isso, Gramsci constrói outra definição para a “sociedade civil”. Algumas de suas maiores contribuições são ligadas a diferenciação entre os tipos “Ocidentais” e “Orientais”. Para o intelectual sardo, em países como a Rússia de 1917 (chamados por ele de “Orientais”, mas que também poderia enquadrar o Brasil) “(...) o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” (GRAMSCI, 2004, p. 266). Enquanto isso, os países “Ocidentais” apresentariam “(...) entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (*idem*, p. 266). Esta “robusta estrutura” diferenciaria os dois tipos de Estado, também entendida como o conjunto de “aparelhos privados de hegemonia”.

O que são eles? Os “aparelhos privados de hegemonia” são organismos políticos como sindicatos, a Igreja, associações profissionais, meios de comunicação, revistas, jornais, entre outros. Como espaços públicos de conjunção de interesses, ou seja, como forma de organizar os interesses particulares em coletivos, estes aparelhos são responsáveis pela conexão entre indivíduos, grupos e Estado.

E o que é a hegemonia senão a capacidade de organizar os interesses do Estado (sociedade civil + sociedade política) em torno dos interesses da classe? Como coloca Gramsci:

[...] o ‘chefe de Estado’, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivista em sentido absoluto, é exatamente o ‘partido político’; ele, porém, ao contrário do que se verifica no direito constitucional tradicional, não reina nem governa juridicamente: tem “o poder de fato”, exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na ‘sociedade civil’ (2004, p. 225).

Como colocam alguns dos críticos de Bobbio, como Liguori (2006), a concepção de “sociedade civil” gramscianiana não é um conceito isolado, mas sim um elemento da relação dialética sociedade civil – sociedade política. Em suas palavras,

Um dos pontos centrais do marxismo de Gramsci é, de fato, este de não separar de modo hipostasiado alguns aspectos do real (economia, sociedade, Estado e cultura). Bobbio, cuja teoria política é fortemente dicotômica e procede por dualidades opostas, defende como central no pensamento de Gramsci a dicotomia Estado-sociedade civil, negando, assim, o que no autor dos Cadernos é o mais importante: a não separação, ou seja, a unidade dialética entre política e sociedade, entre economia e Estado. (2006, p. 08)

Para Gramsci a “sociedade civil” é indivisível da “sociedade política”. Tal dicotomia se apresenta como metodologicamente apropriada, mas organicamente impossível (*apud* LIGUORI, 2006, p. 08).

Na atualidade, sua complexidade é frequentemente relegada através de leituras compartimentadas que ignoram a relação entre os termos “sociedade civil” e Estado. Uma das concepções atuais é do modelo da “sociedade civil” como *terceiro setor*. Tais concepções acabam por desmembrar ainda mais a produção original, transformando a unidade própria da “sociedade civil” gramsciana em duas: a econômica, incluindo o *mercado* dentro de suas teorias como outra esfera autônoma e legítima e; o voluntarismo e a dimensão da organização de interesses dentro da categoria deformada de “sociedade civil”. A operação lógica necessária para este novo modelo é de trocar o paradigma dos interesses antagônicos pelos dos interesses comuns. Apesar de funcionarem com lógicas diferentes e autônomas, estas esferas poderiam, supostamente, encontrar caminhos de cooperação. Por último, esta “sociedade civil” ainda acaba por frequentemente se tornar uma esfera de interesses universais (como em movimentos ambientalistas e a suposta defesa do planeta). Como coloca Montaño, “o uso da noção de ‘sociedade civil’ como um ‘terceiro setor’ (...) deriva antes (...) das correntes que segmentam a realidade social em esferas/setores autônomos” (*apud* VIOLIN, 2006, p. 10)

O interessante de apontarmos aqui é que as formulações teóricas que apontam a “sociedade civil” como esfera independente coadunam com as “teorias de resolução de problemas” através do apagamento da relação entre “sociedade civil” e Estado. Um dos casos mais bem sucedidos e reconhecidos, em relação à alimentação possibilitada pelo programa, é normalmente analisado como uma forma (no sentido da lógica) de apontar caminhos para a elaboração de políticas públicas para a área. Entretanto, com frequência, se ignora a dinâmica particular do Estado com a sociedade cubana, criando assim soluções que não são passíveis de replicação. Assim funciona a “teoria de resolução de problemas”, ela procura abstrair questões de particularidade como espaço e tempo, de forma a criar um conjunto de considerações e recomendações que possam ser postas em prática não importa onde. E quando os efeitos propostos não são alcançados é visto como “fracasso”, mesmo com todos os efeitos “colaterais”.

2.4.3 A relação entre a TME e a AU

6. Mas os mesmos processos que produziram esses ganhos também geraram tendências que o planeta e sua população não podem aguentar. Essas têm sido divididas tradicionalmente em falhas de ‘desenvolvimento’ e falhas na administração do meio ambiente humano. No lado do desenvolvimento, em números absolutos há mais gente faminta no mundo que em qualquer outro momento, e os números continuam crescendo. Assim como os números daqueles que não sabem ler e escrever, os números dos sem água limpa ou moradias seguras, e também o número daqueles

que estão com pouca madeira a qual usam para cozinhar ou se aquecer. A diferença entre as nações ricas e pobres está se ampliando – não diminuindo – e há pouca probabilidade, dadas as tendências e os arranjos institucionais atuais, de que esse processo seja revertido (1987, n.p., overview, tradução própria)⁸⁶

Esta citação coloca um problema interessante, qual(is) a(s) falha(s) do desenvolvimento? Porque alguns ficaram de fora dos benefícios trazidos pela tecnologia e produção? Em seu texto de 1994, James Ferguson ao analisar um “projeto de desenvolvimento” (*Thaba-Tseka Project*) propõe uma leitura diferenciada da dicotomia sucesso ou fracasso. Ele relata como este projeto da *Canadian International Development Agency* (CIDA) para o “desenvolvimento da agricultura” local no Lesoto foi visto como um “fracasso”. Apesar de ser considerado um “fracasso” tanto pelos habitantes quanto pela própria CIDA (*ibidem*, p. 270-271), o que Ferguson ressalta é que o projeto apesar de falhar como projeto de desenvolvimento da agricultura tinha transformado parte da realidade local de forma indelével. O que poderíamos chamar de efeitos colaterais (*side-effects*) do programa demonstravam a importância do mesmo para alguém. Como Ferguson aponta,

O Projeto não transformou a forma de plantar ou de cuidar do gado, mas ele construiu uma rodovia que ligava Thaba-Tseka mais fortemente com a capital; não trouxe “descentralização” ou “participação popular”, mas foi instrumental ao estabelecer um novo distrito administrativo e dar à administração de Lesotho uma presença muito mais forte na área do que jamais teve (1994, p. 271, tradução própria)⁸⁷

Ou seja, mais do que sabermos se um projeto conseguiu fazer o que se propunha devemos saber o que ele realmente fez. Um “fracasso” de um projeto de desenvolvimento passa por uma questão de perspectiva, para quem ele foi um sucesso? E para o que? Como já vimos na introdução com o debate entre lógica formal e dialética, e novamente (em outros termos) com a discussão entre teorias de resolução de problemas e teorias críticas, a alusão à universalidade é um elemento essencial da lógica formal. A noção de “desenvolvimento” possui o peso da universalidade, de ser algo irrefutável. Quem seria contrário ao “desenvolvimento”?

⁸⁶ “6. But the same processes that have produced these gains have given rise to trends that the planet and its people cannot long bear. These have traditionally been divided into failures of 'development' and failures in the management of our human environment. On the development side, in terms of absolute numbers there are more hungry people in the world than ever before, and their numbers are increasing. So are the numbers who cannot read or write, the numbers without safe water or safe and sound homes, and the numbers short of woodfuel with which to cook and warm themselves. The gap between rich and poor nations is widening - not shrinking - and there is little prospect, given present trends and institutional arrangements, that this process will be reversed”.

⁸⁷ “The Project did not transform crop farming or livestock keeping, but it did build a road to link Thaba-Tseka more strongly with the capital; it did not bring about “decentralization” or “popular participation”, but it was instrumental in establishing a new district administration and giving the Government of Lesotho a much stronger presence in the área than it had ever had before”.

A sua ideia abstrata sem uma conexão com a realidade geográfica e temporal aponta para a criação de um “problema” sem um oponente, onde o oponente é uma ideia como o “atraso”. A dimensão do quanto políticas conduzidas através dessa lógica podem se desconectar da realidade (em seu sentido material, localizado no tempo e no espaço) pode ser apreendido de uma história narrada à Ferguson:

No Zimbabwe, em 1981, eu estava impressionado de encontrar oficiais de “desenvolvimento” agrícolas locais ansiosos para a chegada e os conselhos de um consultante altamente pago que iria explicar como a agricultura no Zimbabwe se transformaria. O que, eu perguntei, esse consultante sabia sobre a agricultura no Zimbabwe que eles, os oficiais de agricultura locais, não sabiam? Para minha surpresa, me disseram que o indivíduo em questão sabia virtualmente nada sobre o Zimbabwe e trabalhava mais na Índia. “Mas”, me asseguraram, “ele sabe sobre desenvolvimento”. É exatamente essa expertise, desconexa e sem amarras com nenhum contexto específico, que é tão facilmente generalizada e tão facilmente inserida em qualquer situação (1994, p. 275, tradução própria)⁸⁸

Obviamente os dados de um projeto, como o próprio autor alerta, precisam de cuidado e qualquer tentativa de extrapolar as conclusões de seu texto devem ser cuidadosas (1994, p. 274). Entretanto, o mais interessante para nós desse texto é uma análise que parece, pelo menos preliminarmente, se confirmar em nosso objeto (como veremos no capítulo 3). Um dos elementos que são “padronizados” em diversos “projetos de desenvolvimento” é que eles compartilham profissionais. Como o autor coloca, “[s]e intervenções de ‘desenvolvimento’ parecem muito similares de um país para outro, uma das razões disso é que elas são pensadas e implementadas por um número relativamente pequeno de experts conectados entre si” (1994, p. 274, tradução própria)⁸⁹. Outros efeitos desta circulação é a uniformização das técnicas, do vocabulário e até mesmo dos princípios.

Como veremos no próximo capítulo, essa circulação também se mostra presente e até mesmo incentivada em diversas iniciativas de agricultura urbana promovidas pelas OIs. Agora, os discursos sobre TME e AU trazem muitas similaridades que serão aprofundadas no trabalho. Por exemplo, os dois possuem grande participação das organizações internacionais na

⁸⁸ “In Zimbabwe, in 1981, I was struck to find local agricultural “development” officials eagerly awaiting the arrival and advice of a highly paid consultant who was to explain how agriculture in Zimbabwe was to be transformed. What, I asked, did this consultant know about Zimbabwe’s agriculture that they, the local agricultural officers, did not? To my surprise, I was told that the individual in question knew virtually nothing about Zimbabwe, and worked mostly in India. “But”, I was assured, “he *knows development*”. It is precisely this expertise, free-floating and untied to any specific context, that is so easily generalized, and so easily inserted into any given situation...”

⁸⁹ “[i]f ‘development’ interventions look very similar from one country to the next, one reason is that they are designed and implemented by a relatively small, interlocked network of experts”.

elaboração teórica e prática. Mas qual relação pode-se esperar entre esses dois discursos? Eles complementam-se, se contradizem, ou ainda, não possuem relação?

Procurando responder a última pergunta, compararei o discurso de AU criado pelas organizações internacionais com os quatro pressupostos da TME. Primeiramente o conceito (que também pode ser lido como crença e/ou ideologia da ME como em WEALE, 1992; e HAJER, 1997; *apud* OLIVIERI, 2009) de inovação tecnológica. Pelo discurso elaborado pelas OIs, podemos tomar a AU em si mesma como uma “tecnologia verde”, que promoveria: a regeneração de áreas devastadas do tecido urbano; maior acessibilidade das/os produtoras/es aos mercados locais, auxiliando assim o crescimento local e a diminuição das *food miles*⁹⁰ (CANCELA, 2014, p. 51), o que demonstraria maior eficiência na utilização do espaço; promoveria o bem-estar através de sua dimensão terapêutica (CHIANCA & MARLOIE, 2005) diminuindo os custos com saúde pública; o aproveitamento de áreas e espaços não utilizados na cidade; entre outros. Vários desses pontos se relacionam ainda com a questão da prevenção dentro da TME, seja como eficiência no aproveitamento do espaço urbano, seja como renovação ecológica do ambiente urbano.

Assim, graças aos pontos destacados, pode se perceber no discurso desenvolvido pelas OI sobre a AU uma procura por destacar seus elementos de diminuição da pobreza aliados aos de organização e regeneração do espaço urbano. Alinhando a AU como uma atividade com efeitos benéficos nas esferas ambientais e econômicas. Por último, a relação da AU com a participação pública se dá através das três esferas e, assim como a TME, apresenta nas Políticas Públicas um grande instrumento (ALMEIDA, 2016).

Através desta comparação podemos perceber que, a rigor, os discursos e práticas de TME e AU aqui discutidos não se negam. Podem, na verdade, se complementar. Não podemos, entretanto, cair na ilusão de um automatismo. A proximidade entre estes dois corpos teóricos é resultado de um processo de disseminação e articulação destas organizações e o como é o que veremos agora.

⁹⁰ Food miles é um termo que se refere de forma crítica à distância entre a produção e consumidores. É uma discussão que engloba desde produtores próximos aos consumidores e economia solidária para apoiar pequenos produtores locais até discussões sobre meios de transporte econômicos no gasto energético.

3 A AGRICULTURA URBANA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O principal objetivo deste capítulo é expor o funcionamento dos programas de AU de duas OIs de alcance mundial, o International Development Research Center e a Food and Agriculture Organization. Estes são casos paradigmáticos na constituição da AU como uma temática de pesquisa e de políticas públicas. Mostro como suas atuações demonstram uma “perspectiva compartilhada” na construção de uma agenda que procura agregar as três dimensões societárias (Estado, sociedade civil e mercado). E como as bases teóricas e práticas são alinhadas com a TME. Assim, a AU começa a ser “enquadrada” nos mesmos termos da TME, sendo a procura pela conciliação entre “desenvolvimento” e preservação ambiental uma parte importante do discurso que se formou ao redor da AU.

A escolha por essas organizações se deu através de quatro variáveis: 1) a existência de estudos dedicados à agricultura urbana como temática e política pública urbana; 2) suas produções e programas eram citados na bibliografia existente sobre AU, e em alguns casos são referenciais nos debates sobre o tema; 3) a facilidade de acesso às produções, disponibilizadas publicamente através da internet) e; 4) privilegiei as organizações de maior alcance, assim organizações regionais foram preteridas pelas organizações aqui expostas: IDRC e FAO.

3.1 O IDRC e o *Cities Feeding People*

O International Development Research Centre é uma organização governamental canadense fundada em 1970 que se ocupa de estudos e cooperação internacional para o desenvolvimento. No campo da agricultura urbana a organização possui uma posição privilegiada como um dos primeiros órgãos de pesquisa a sistematizar seus estudos na área e impulsionar programas de políticas públicas. O “*Cities Feeding People*” (CFP) até hoje é uma das maiores referências de programa de agricultura urbana, reconhecida por diversas agências internacionais como responsável pelo despertar do reconhecimento da AU e pela estrutura de incentivo e pesquisa atual da temática (WHYTE & DRESCHER, 2003).

O programa possuía três objetivos⁹¹:

4. Reforçar a capacidade das localidades de conduzir pesquisa e gerar dados para políticas municipais no nível domiciliar e comunitário e de alternativas tecnológicas

⁹¹ Os três objetivos expostos se referem à segunda fase do programa, de 2000 a 2004, não tendo sido encontrado a formulação da primeira fase acessível. Os dados do programa são oriundos do relatório externo elaborado por Anne Whyte e Axel Drescher de novembro de 2003, disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/45239/131717.pdf> Acesso em: 22 ago. 2019

5. Reforçar a capacidade regional para políticas comuns e alternativas tecnológicas através de capacitação e formação de redes 6. Influenciar governos, elaboradores de políticas públicas e agências internacionais para que incorporem a agricultura urbana em seus programas de desenvolvimento (WHYTE & DRESCHER, 2003, n.p., tradução própria)⁹²

Sendo três áreas de pesquisas: “sistemas de produção em espaços limitados para produtores de baixa renda”; “Tratamento e reciclagem de água residual”; “Políticas públicas e processos para agricultura urbana”, sendo selecionados projetos que envolvessem, normalmente, pelo menos duas destas três áreas. Os projetos eram direcionados então para ações em cinco diretrizes “(Program directions): “*Research approach*” (estimular a criação e sistematização de pesquisas e grupos de pesquisa multidisciplinares), “*Reach*” (a procura por maior envolvimento de agentes sociais nos projetos, como governos e ONGs), “*Gender*” (promoção de pesquisas com viés específico de gênero ou que incluíssem o gênero como variável importante), “*Networks*” (projeto de estabelecer uma rede de instituições no oeste africano em 2000-2001 e depois no leste e sul em 2004, similar a rede existente na América do Sul, a AGUILA) e, por último, o “*Closing the loop*” (incentivar a produção e publicação de parceiros e dos próprios membros do projeto).

O programa trabalhou com uma estratégia de regionalização, não somente atuando regionalmente, mas também impulsionando a formação de redes regionais. As regiões selecionadas foram: “*Latina-América e Caribe*” (LAC), “*África Subsariana*” (SSA), “*Oriente Médio e Nordeste Africano*” (MENA), Ásia e uma categoria “*Global*”. Na LAC, os investimentos foram gradativamente diminuídos na relação com o total. No período 1993-96, os investimentos na América Latina e Caribe representavam um total de 40% dos fundos do programa, reduzidos para 27% em 1997-99 e 11% na segunda fase de 2000-2004. Essa diminuição dos aportes na LAC ocorreu por motivos não claros de decisão da própria organização (WHYTE & DRESCHER, 2003). Apesar de representar um problema uma vez que diversas expectativas de continuidade e expansão dos projetos foram frustradas, o próprio “CFP” tentou minimizar os problemas através de estratégias como o envolvimento das equipes da LAC em processos de outras regiões como os “*Cursos de treinamento regionais*” organizados pelo escritório regional da LAC e depois replicados por eles na África. Além disso, um dos grupos que relatou a sensação de “abandono” (tradução própria) pelo IDRC na LAC foi

⁹² “4. To strengthen local research capacity and generate household and community level data for city level policy and technology options 5. To strengthen regional capacities for common policy and technology options through training and networking 6. To influence governments, policy-makers and international agencies to incorporate urban agriculture into their development programs.”

o de pesquisadores, o que se tentou equilibrar com a entrada do programa *Agropolis*, que veremos melhor à frente. Mesmo com esses percalços o programa conseguiu um efeito importante que foi o de suscitar o interesse e a organização de redes temáticas sobre AU na América Latina, com grande participação da RUAF e pela divisão dos objetivos com o IPES.

Enquanto na LAC os investimentos foram diminuindo, os recursos para a África Subsaariana (SSA) aumentaram drasticamente de 19% nos períodos 1996-99 para 65% no período 2000-04. O que é condizente com os objetivos amplos para a região, que incluíam o estabelecimento de um ponto regional focal da RUAF e a organização de uma nova rede similar a AGUILA para o oeste africano, a WANUA (West African Network on Urban Agriculture). Para tal, o programa contou com a colaboração de três ONGs diferentes em diferentes países, a MDP (*Municipal Development Partnership*) no Zimbabwe, a IAGU (*Institut Africain de Gestion Urbaine*) no Senegal e o IWMI (*International Water Management Institute*) em Gana. A escolha por esses países foi feita, em parte, para refletir as línguas oficiais, sendo o Zimbabwe e Gana representantes da África anglófona e o Senegal da francófona⁹³. Apesar de ser considerado bem sucedido pelo relatório, o trabalho na SSA apresentou diversos entraves. Além daqueles esperados de ações no continente africano como dificuldades de comunicação e transporte graças a gargalos infraestruturais, a questão das alianças institucionais também foi uma dificuldade. Como Whyter e Drescher apontam (2003) o programa sofreu com um dos problemas mais centrais de programas internacionais que é a adaptação local: “(...) eles enfrentam o desafio da adaptação às situações locais. O CFP está atento que esse desafio é maior que simplesmente a tradução de seus materiais em outras línguas e requer uma coleta sistemática de informações e uma capacidade de construir parcerias locais com as administrações nacionais e locais na África” (2003, n.p.)⁹⁴. Um dos pontos que dificultaram a replicação da AGUILA foi a diferença na institucionalização e estrutura dos governos. Na América Latina, o CFP teve êxito especialmente na esfera municipal que é uma das bases do programa já que os projetos financiados são, normalmente, de amplitude municipal. No caso da África Subsaariana as municipalidades são frequentemente frágeis com poucos recursos, pessoal e institucionalidade. E com uma relação de dependência muito maior com os governos

⁹³ Em relação às línguas utilizadas dois pontos interessantes aparecem. Primeiro, a dificuldade de articulação das redes Latino-americanas com as Africanas em função da língua foi um desafio não inteiramente respondido. Outro ponto é que o CFP apresentava uma lacuna grande em relação ao conteúdo em árabe, como apontado por Whyter e Drescher (2003) com um sutil itálico quando falam do Oriente Médio e Norte da África: “The translation of documents from Spanish to both English and *Arabic* would facilitate the learning process”.

⁹⁴ “(...) they face the challenge of adaptation to the local situation. CFP is well aware that this goes beyond translation of materials into other languages, and requires systematic information retrieval and partnership building with the African local and national governments”.

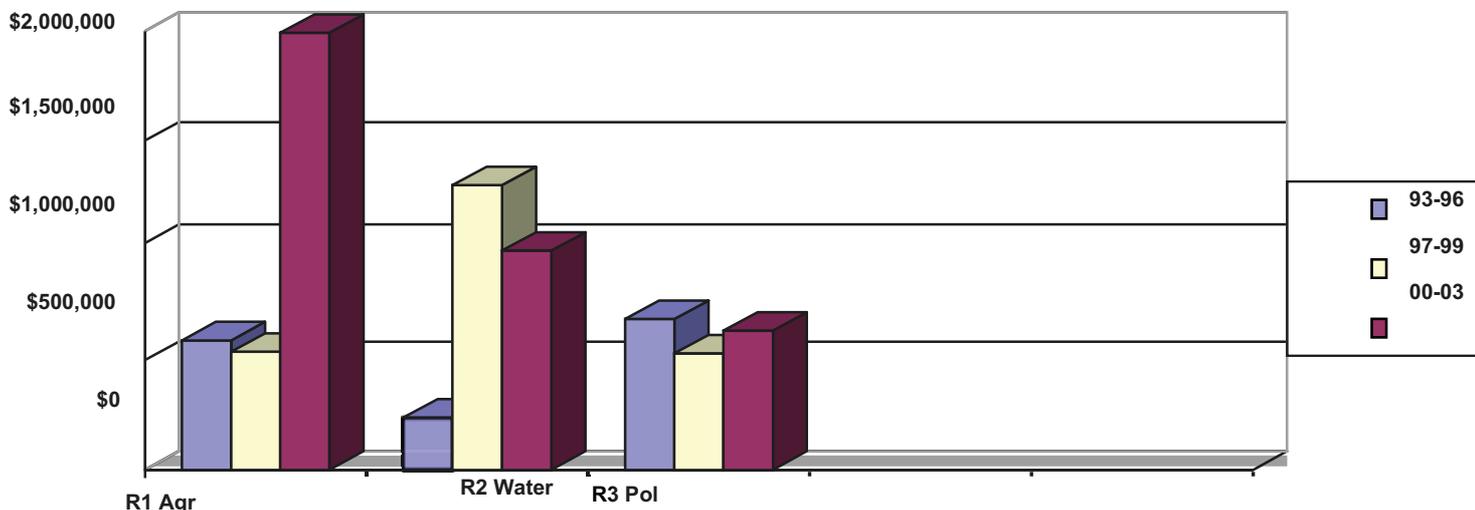
nacionais, o que dificultava a replicação do modelo latino-americano. Por isso, já em 1999 foi feita uma recomendação para o programa se concentrar na criação das redes e mudar o foco do planejamento especificamente municipal para um foco intermunicipal (a passagem de *city-specific projects* para *multiple-city projects* no original) que foi seguida em sua segunda fase (2000-04).

Apesar de ser uma das quatro regiões específicas do CFP, a região do Oriente Médio e Norte da África recebem investimentos somente a partir de 1997 com 15% e na segunda fase com 10% (2000-04). Ela tem características únicas, sendo pensada como uma rede muito mais local do que as outras que possuíam ambição de expansão internacional. O caráter dos projetos também apresenta uma peculiaridade, todos se relacionam com a reciclagem, descarte e utilização da água. Os principais objetivos eram: o estabelecimento de uma rede regional; a tradução e intercambio das experiências latino-americanas e asiáticas com o tratamento e reciclagem de água e; identificar uma instituição apropriada para se tornar um ponto focal da rede. Até o final do programa em 2004, a rede da MENA funcionava de forma efetiva, mas com pouco intercambio externo, ainda tendo muito há avançar.

Por último, a Ásia que já tinha recebido pouca atenção entre 1993-96 (4,5% dos investimentos) foi deixada com 1% na segunda fase com o CFP tendo tomado a decisão de não trabalhar na região (WHYTER & DRESCHER, 2003). O trabalho do programa na Ásia foi, em sua maior parte, a tentativa de promover a transferência do *know-how* asiático para as outras áreas, especialmente África. A decisão de não investir na Ásia ocorre no sentido de que há muito mais a aprender na Ásia do que incentivar. Não á toa Mougeot escreve no livro oriundo do CFP a seguinte frase, “Asia: onde o futuro da agricultura urbana é agora” (1994, n.p., tradução própria), mas voltarei no assunto no próximo capítulo. Para tal a RUAF atuou em parceria com a IWMI indiana e o IGSNRR (*Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research*) da Academia Nacional de Ciências da China.

O CFP investiu os fundos em dois tipos de pesquisa, as “diretas” e as de suporte. No primeiro, temos o financiamento de projetos já existentes em diversas cidades ao redor do planeta selecionadas através de três “áreas de pesquisa”: “Sistemas produtivos para espaços limitados”, “Tratamento e reciclagem de água residual” e “Influência em políticas públicas sobre agricultura urbana”, com a seguinte distribuição de recursos:

Tabela 2 – Distribuição de recursos do IDRC entre as três áreas de pesquisa do Cities Feeding People em 1993-2002:



Fonte: Whyter e Drescher, 2003, n.p.

Vejamos melhor cada uma das áreas. A primeira é sobre sistemas de produção em pequenos espaços. Nessa área além da própria questão da produção agrícola, a procura é por projeto que conseguissem estabelecer verdadeiros “sistemas” de produção, ou seja, integrar a produção de alimentos com os fluxos de comércio e energia. Olhemos um dos projetos mais de perto, o “Melhorando o ciclo rural-urbano de nutrientes através da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)” coordenado pelo IWMI na Gambia e no Senegal (WHYTER & DRESCHER, 2003). Este projeto era composto de dois subprojetos:

- Subprojeto 1: Análise dos fluxos urbano-rurais (biomassa, nutrientes) nos quais estão inclusos a quantificação de lixo gerado em cidades em diferentes zonas ecológicas
- Subprojeto 2: [análise da] Contribuição da agricultura urbana, periurbana e rural para o fornecimento de alimentos (por cidade, estação, mercadorias, etc.), o que inclui o delineamento da participação das áreas urbanas x periurbana x rural (2003, n.p., tradução própria)⁹⁵

⁹⁵ “Subproject 1: Analysis of rural - urban food flows (biomass, nutrients), which includes the quantification of waste generation in cities across different ecozones. Subproject 2: Contribution of urban, peri-urban and rural agriculture to urban food supply (per city, season, commodity, etc.), which includes the delineation of urban vs. peri-urban vs. rural areas”.

Esses projetos caracterizam um dos elementos essenciais dessa área de pesquisa, a procura por transformar o desperdício ou o problema de alguns em benefício para outros. A intenção nesse ponto é de fomentar a produção e utilização de técnicas de reciclagem de matéria orgânica (compostagem) para a produção de alimentos. Aqui podemos observar como o CFP estava alinhado com a nova geração do “desenvolvimento sustentável” e mais ainda da Teoria da Modernização Ecológica. Como vimos no primeiro capítulo um dos pontos que passa por uma mudança de paradigma depois do relatório Brundtland em 1992 (lembrando que o CFP é um programa de 1993) é a questão da dicotomia lucro x preservação. A partir do “desenvolvimento sustentável” a crença que é possível continuar o crescimento econômico sem prejudicar o meio-ambiente. Ou ainda, através da tecnologia, usar o crescimento para preservar o que constitui as chamadas situações de *win-win*. Essa é uma estratégia retórica que apaga a disputa política pela imagem da universalidade. Apesar disso, o lado positivo é que estimula parcerias que poderiam não ocorrer de outras formas. Como os próprios relatores apontam: “O projeto procura dar suporte a situações de *win-win* para municipalidades e fazendeiros ao combiner a redução de lixo com a reciclagem de nutrientes para uma produção intensiva ao longo de todo o ano em áreas urbanas e periurbanas” (WHYTER & DRESCHER, 2003, n.p., tradução própria)⁹⁶. Os problemas surgem quando as ações têm de ser limitadas a situações de *win-win*.

Por enquanto nos centremos no relato das dificuldades no desenvolvimento desses sistemas. A questão da utilização de técnicas de compostagem enfrentou duas grandes dificuldades. A primeira é da própria concepção e dinâmica da relação ecológica entre cidade e campo. Como Whyter e Drescher relembram (2003, n.p.), o campo recebe pouco ou nenhum nutriente de volta da cidade, sendo uma relação desequilibrada. As dificuldades envolvidas com a compostagem são aquelas de tratamento e reciclagem apropriada do lixo da cidade. Dificuldades como custos e principalmente transporte, mas também as que envolvem o contexto ampliado da atuação do Estado⁹⁷. Como exposto:

Durante o processo de pesquisa se tornou óbvio que as soluções para os problemas são muito mais complexas do que inicialmente foi pensado. A gerência do lixo é, com certeza, muito mais do que compostagem. Nesse contexto, o mais importante são as condições legais, institucionais e comunitárias que determinam se as estratégias de

⁹⁶ “The project aims to support decisions in win-win situations for municipalities and farmers in combining waste reduction and nutrient recycling for intensive year-round vegetable production in urban and peri-urban areas”.

⁹⁷ Lembremos novamente a tríade Estado-mercado-sociedade civil, que é operacionalizada para a montagem e análise das políticas públicas dentro da TME e além dela.

redução e reciclagem de lixo vão funcionar (WHYTER & DRESCHER, 2003, n.p., tradução própria)⁹⁸

As dificuldades envolvendo o mercado são também consideráveis segundo os relatores. O tratamento de despejo orgânico poderia ser impulsionado mediante sua utilização pelas/os agricultoras/es locais, o porém é que elas/es costumam usar agroquímicos convencionais quando tem recursos para isso. Assim, o desenvolvimento do mercado de composto foi considerado um dos principais pontos para o funcionamento deste tipo de projeto. Entretanto, o maior problema do programa (no caso como um todo) é a falta de capacidade de transformar as pesquisas em políticas públicas efetivas. A comunicação com a esfera estatal, e mesmo com a sociedade civil, se encontrava fracamente estabelecida depois que a estratégia de participação municipal não pôde ser replicada. No entanto, sintoma ou causa, os relatores apontam para a falta de cientistas sociais de qualquer tipo (desde sociólogos até geógrafos humanos). Ainda a dificuldade de relacionamento com o Estado (cujos agentes possuem uma estabilidade curta, sempre mudando) e com as/os agricultoras/es que têm pouco desejo de participar de novas pesquisas, já que estão acostumadas/os a ser fontes de informações para pesquisas que tem pouca ou nenhuma influência em suas vidas cotidianas.

O tratamento e reciclagem de águas residuais são considerados fundamentais para a existência da AU, especialmente na MENA que já possuem dificuldades naturais no acesso à água. O acesso à água é um problema generalizado, seja pela dificuldade porque existem poucos programas de tratamento seja pela baixa qualidade da água na cidade, frequentemente contaminado por metais e químicos prejudiciais à saúde. Entretanto, as dificuldades sociais e políticas para a reciclagem e tratamento não são de importância menor. A maior dificuldade encontrada neste eixo de pesquisa foi relacionada às questões de códigos sanitários. Os ministérios de saúde dos países onde se encontram os projetos são guiados pelas diretrizes de qualidade da água da OMS, o que não costuma refletir a realidade cotidiana das pessoas imersas na pobreza urbana. Assim, vários desses ministérios acabam relutantes de participar ou mesmo autorizar projetos de uso de águas residuais em processos de produção alimentícia. Devemos lembrar que esses projetos são conduzidos em situação de pobreza, de forma que se buscam tecnologias de baixo custo (que possam ser replicadas) e que procuram fomentar e possibilitar a AU mesmo em (e principalmente nesses casos) situações difíceis. Como a equipe de revisão

⁹⁸ “During the research process it became obvious that problem-solving solutions are far more complex than initially thought. Waste management is of course far more than just composting. In this context, most important are the legal, institutional and communal settings that determine whether waste reduction and recycling strategies will work”.

escreve, “água tratada em padrões abaixo dos padrões internacionais para uso na irrigação das plantações é melhor do que nenhuma água” (WHYTER & DRESCHER, 2003, n.p., tradução própria). Outra dificuldade envolvida com a água é de caráter sociocultural. A maior parte do MENA é de maioria muçulmana e influenciada por essa religião de forma que as coordenações dos projetos se viam frente às dúvidas das pessoas se era correta, pela religião, a utilização de água “impura” para a alimentação (*ibidem*, 2003). Isso levou a elaboração do livro *Water in Islam* (Água no Islã), uma pesquisa financiada e publicada pelo IDRC (em árabe e francês) e utilizado pelos coordenadores para estimular a aceitação das tecnologias de reciclagem de água. Outro resultado notável foi a “declaração de Hyderabad sobre o uso de água residual na agricultura” (2002) resultado de um encontro internacional organizado pelo CFP e pelo IWMI que contou com um grupo de 47 pessoas entre pesquisadores e oficiais da OMS.

Essa foi uma estratégia comum para o programa, a busca pela elaboração de declarações conjuntas entre pesquisadores e oficiais de governos e outras organizações como as declarações de Nyanga (2002), Harare (2003), Villa Maria del Triunfo (2002) e especialmente a de Quito (2000). Essas declarações foram consideradas altamente importantes pelos coordenadores, para a popularização do CFP, como notam os relatores:

Uma estratégia do CFP que é bem sucedida em adicionar “valor de impacto” aos seus projetos é a elaboração de “Declarações” ao final de seus eventos mais visíveis e com a participação de indivíduos influentes. Originalmente céticos sobre a utilidade destas enunciações, estes avaliadores descobriram que os líderes de projetos e os parceiros internacionais acham as declarações um meio importante de influenciar as políticas públicas. Por trás das Declarações em si há um longo processo construtivo de compartilhamento de experiências e mais e as Declarações são uma expressão de demandas e sonhos (WHYTER & DRESCHER, 2003, n.p., tradução própria, aspas do autor)⁹⁹

Esse processo ao qual a citação se refere são os “*Urban Agriculture policy briefs*” (*ibidem*, 2003, n.p.). Os *policy briefs* são uma forma de comunicação textual direcionada para “gestores” ou “tomadores de decisão” e são parte de uma estratégia comum para organizações que pesquisam e pretendem influenciar políticas públicas. Vejamos, por exemplo, o *Food security communications toolkit* da FAO (2011) no tocante aos *policy briefs*:

⁹⁹ “One strategy that CFP is successfully pursuing to add “impact value” to its projects is the enunciation of “Declarations” at the end of its more high profile meetings. Originally skeptical about the usefulness of these statements, the review team found that CFP’s project leaders and international partners find them to be important means of influencing policy. Behind the Declaration itself is a longer development process of sharing experiences and beyond the Declaration is the expression of new demands and dreams”.

Um police brief é um resumo de um assunto em particular, as possibilidades de políticas públicas para lidar com ele e algumas recomendações sobre a melhor opção. Policy briefs podem ter diversos formatos. Um formato típico é de uma única página A4 (210 x 297 mm) contendo em torno de 700 palavras. Possui um design atrativo e pode ter uma ou mais fotografias. Relatórios mais longos (com até 8 páginas ou 3000 palavras) e outros formatos são possíveis (FAO, 2011, p., tradução própria)¹⁰⁰

Eles podem ser de dois tipos segundo o *toolkit*, os “*advocacy briefs*” e os “*objectives briefs*”. Os primeiros são elaborados com um “*course of action*” específico em mente, ele advoga que alguém faça *algo específico* de forma a resolver algo visto como problema. Temos assim um problema, um agente responsável e *uma* solução. O segundo tipo são tentativas de expor soluções possíveis para um cenário, ou seja, um problema e diversas soluções. Os objetivos gerais de um *policy brief* são: 1) “fornecer um histórico para que o leitor possa entender o problema a partir do texto”; 2) “convencer o leitor que o problema deve ser encerrado urgentemente”; 3) “informar sobre alternativas (no caso de um *objective brief*)”; 4) “oferecer evidências a favor de uma alternativa (no caso de um *advocacy brief*)” e; 5) “estimular o leitor a tomar uma decisão” (*ibidem*, 2011, p. 144, tradução própria). Por último, as recomendações para a elaboração de um *policy brief* incluem “ser direto, focar em um problema ou tema específico e buscar diminuir os detalhes”; “ser fortemente embasado por evidências, não somente um ou dois experimentos nem experiências com pouco tempo e preferencialmente com informações de múltiplas fontes e organizações”; “foco nos resultados e não na metodologia, especialmente o que o redator descobriu e recomenda” e; “que se relacione com a *big picture*, por mais que sejam elaborados tendo como base casos localizados deve-se buscar as características generalizáveis” (*ibidem*, 2011, p. 144).

No contexto do CFP os policy briefs foram largamente utilizados na última área de pesquisa do programa, a de “Influência em políticas públicas sobre agricultura urbana”. Eles tanto eram resultados de um processo anterior de dialogo entre os envolvidos nos projetos com os funcionários do IDRC como também serviam de base para as reuniões com outros agentes que não estiverem diretamente envolvidos com AU até aquele momento, como escrevem Whyter e Drescher,

Os policy briefs são o resultado de um processo participativo com o envolvimento de stakeholders em diferentes níveis e, com isso, representam tanto o resultado quanto o

¹⁰⁰ “A policy brief is a concise summary of a particular issue, the policy options to deal with it, and some recommendations on the best option. Policy briefs can take different formats. A typical format is a single A4 sheet (210 x 297 mm), containing perhaps 700 words. It has an attractive design, and may have one or more photograph. Longer briefs (up to 8 pages, or 3,000 words) and other formats are also possible”.

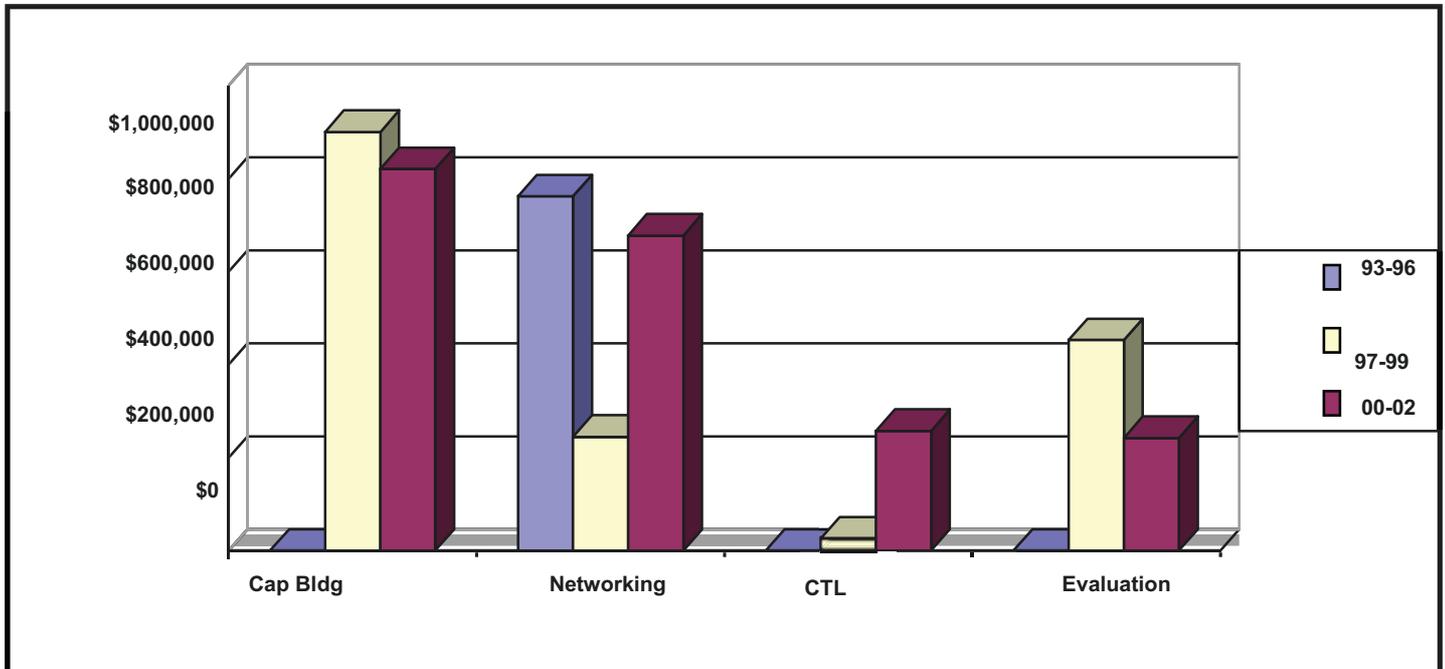
processo usado no CFP. (...) Os policy briefs não são para um público amplo, mas sim desenhados para elaboradores de políticas públicas municipais (2003, n.p.)¹⁰¹

Os *briefs* são parte de uma estratégia maior de “*capacity building*” complementada com outras intervenções na direção de advogar a favor da AU e de formar pessoal qualificado como os cursos de treinamento. O processo de elaboração dos *briefs* vai culminar com as reuniões e textos das já mencionadas *declarations*.

Estas são as três áreas de pesquisa com as quais o CFP esteve diretamente envolvido. Entretanto, há ainda uma segunda classe de atividades de pesquisa que são de apoio. As “*research support activities*” (atividades de pesquisa de apoio, tradução minha) foram compostas em quatro campos de interesse: *Capacity building* (construção de capacidade institucional), *Networking* (construção de redes), *Close the Loop* (fechando o ciclo) e *Evaluation* (avaliação). Essas atividades de pesquisa chegaram a representar 37% dos fundos gastos pelo CFP (36% na segunda fase), o que os relatores consideram ser um indício do pioneirismo do IDRC no campo da AU e que o papel de *advocacy* assumido pelo programa estava moldando os gastos do CFP (*ibidem*, 2003, n.p.). Entre as quatro áreas houve uma discrepância grande de investimentos, sendo as de *capacity building* e *networking* as que mais receberam fundos, como demonstrados no gráfico a seguir:

¹⁰¹ “The policy briefs are the output of a participatory process with stakeholder involvement on different levels, so they represent both the output and process of the CFP programme. (...)The policy briefs are not for a wide public but specifically designed for municipal policy makers”.

Tabela 3 – Distribuição de recursos para projetos de pesquisa de apoio no período de 1993-2002



Fonte: Whyter & Drescher, 2003, n.p.

A escolha do termo *capacity building* é bem interessante. Ele é um termo frequente entre organizações internacionais, especialmente as do sistema ONU, que se refere à prática de centrar processos de desenvolvimento na “capacitação” do Estado de “gerir” suas funções básicas (instituições ligadas à ordem, à polícia e à justiça). Ao mesmo tempo se trabalha a sociedade civil para o relacionamento com o Estado, como se comunicar e articular ações conjuntas. A ideia básica por trás de doutrinas de *capacity building* é que Estado, sociedade civil e mercado possuem interesses comuns e que devem trabalhar em sintonia para a resolução de problemas sociais. Envolve a transferência de conhecimento e *know-how* das agências e de países “desenvolvidos” para os “menos desenvolvidos”. É a tentativa de “construir” a institucionalidade do Estado para replicar o “sucesso” dos economicamente mais “desenvolvidos”. Segundo a UNDP (*United Nations Development Programme*), “[c]apacity development trata-se das transformações que empoderam indivíduos, líderes, organizações e sociedades. Se algo não leva a mudanças que são geradas, guiadas e sustentadas por aqueles que deveriam se beneficiar delas, então não podemos dizer que esse algo aumentou em *capacity*, mesmo que tenha servido a algum propósito de desenvolvimento válido” (2009, p.

05, tradução própria)¹⁰². Trata-se de propor auxílios técnico-econômicos que permitam ao país receptor desenvolver instrumentos de planejamento, acompanhamento e manutenção de políticas públicas. Para o CFP a dimensão de *capacity-building* é, talvez, o ponto mais central de sua atuação já que essa dimensão é pensada como transversal. Todos os projetos e programas são instados a produzir treinamento e assessoria aos “*stakeholders*”. Seus dois objetivos principais são o suporte à capacidade de pesquisa local com a geração de dados à nível domiciliar para elaboração de políticas e de tecnologias e; estimular a capacidade regional na elaboração de políticas comuns, através de treinamento e criação de redes.

Uma das maneiras encontradas pelo CFP para possibilitar a produção de conhecimento e suprir a falta de especialistas sobre agricultura urbana ao redor do mundo foi a iniciativa do prêmio *Agropolis*¹⁰³. Em 1998, o *Cities* estava procurando resolver certos gargalos na sua atuação, especialmente em relação à percepção de que precisavam apoiar a pesquisa acadêmica de jovens pesquisadores/as. Até aquele momento, o CFP encontrava dificuldades em quatro itens relacionados a isso, 1) “o custo relativamente alto para avaliar pedidos individuais de *grants*; 2) sistematizar o processo de recebimento e refino desses pedidos; 3) conseguir promover a criação de redes entre esses/as jovens pesquisadores/as e; 4) de forma geral, promover a articulação entre o treinamento e outras atividades concomitantes do CFP (pesquisas institucionais, disseminação de informação, utilização de resultados e avaliação)” (MOUGEOT, 2005, p. *xiii*, tradução própria). Assim, o *Agropolis* foi criado para aumentar a

¹⁰² “[c]apacity development is about transformations that empower individuals, leaders, organizations and societies. If something does not lead to change that is generated, guided and sustained by those whom it is meant to benefit, then it cannot be said to have enhanced capacity, even if it has served a valid development purpose”.

¹⁰³ Vale mencionar aqui a origem do nome, como relatado por Mougeot: “The word AGROPOLIS combines the Latin word ‘ager’ (field) with the Greek word ‘polis’ (city), to suggest a city of fields or agricultural city. The choice of this word for the naming of the IDRC small-grant facility for research in a new development reality was fittingly inspired by a daring Southern undertaking: Brazil’s National Integration Programme. Launched in the 1970s, this federal programme aimed to integrate the Brazilian Amazon region into the national space economy through exploiting its natural riches and developing an urban system with three orders of settlements: from simple village-like ‘agrovilas’ to more complex economic centres called ‘agropoles’ and ‘ruropoles’. The mid-range ‘agropolis’ order refers to mid-sized cities with a considerable measure of food self-reliance. The planned system has been building upon the historical pattern of settlement. It has evolved considerably since its introduction 30 years ago, but continues to organize human settlement in the Brazilian Amazon. There is a parallel to be drawn between Brazil’s bold enterprise on its resource frontier and IDRC’s daring initiative to populate a new area of scientific expertise with a young generation of researchers.” (2005 p. *xii*). Ponto interessante de notar, os resultados do Plano Nacional de Integração (PIN), foram bem contrários ao aludidos nesta citação. O PIN foi um projeto de colonização do Norte e Nordeste brasileiro conhecido pelos slogans “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terras”, que expressam a dimensão da preocupação estratégica de “ocupar” os chamados “vazios demográficos” no Norte.

Sua faceta mais popularizada é, provavelmente, a construção da rodovia Transamazônica, uma obra que deveria ligar o Norte brasileiro ao Nordeste e especialmente aos portos. Essa “obra faraônica” marcou a história através dos genocídios de indígenas cometidos para possibilita-la seja através do extermínio direto ou indireto. Ainda possuía um caráter de geração de empregos para os pobres nordestinos que implicou na mudança dos/as mesmos/as para o Norte. Desnecessário dizer, esta talvez não seja a melhor inspiração para nomear um programa de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

“efetividade” do programa nessas áreas, sendo seu principal objetivo o de “elevar a qualidade e impacto das experiências do Sul global na agricultura urbana através de pesquisas de pós-graduandas/os que sejam focadas em problemas, participativas, internacionalmente selecionadas e comunicadas, eficientemente administradas e estrategicamente disseminadas” (*ibidem*, 2005, p. *xiii*, tradução própria).

Essa atração de pesquisadores foi feita pela concessão de bolsas de pequeno valor (*small grants*) para a realização de pesquisas de campo de estudantes de doutorado e mestrado. O programa funcionou concomitantemente ao CFP em sua segunda fase, de 1999-2003. O *Agropolis* financiou “39 bolsas de pesquisa, divididas praticamente em igualdade entre mulheres e homens e entre projetos de mestrado, doutorado e pós-doutorado” (MOUGEOT, 2005, p. *xiv*, tradução própria). Foram pesquisadores/as de 21 países diferentes, sendo 26 os países investigados nas Américas do sul e central, do Oriente Médio, do Sudeste Asiático e da África. Uma pesquisa conduzida com a primeira leva dessas/es pesquisadoras/es (27 dos 39) chegou a constatação de que mais de 70% delas/es pretendiam continuar nesse campo de pesquisa depois da conclusão do curso. Mais de 90% planejavam retornar a seu local de origem depois da pesquisa, mesmo com o receio de que não encontrassem trabalho no campo da agricultura urbana (WHYTER & DRESCHER, 2003, n.p.).

O programa, apesar de ser considerado como bem sucedido pela avaliação sofreu algumas críticas fortes, como apontam Whyter e Drescher (2003, n.p.). O *Agropolis* foi pensado dentro do âmbito do SGUA (*Support Group on Urban Agriculture*) como uma “contribuição especial para o trabalho do SGUA” (*ibidem*, 2003, n.p., tradução própria). O SGUA foi extremamente importante no estabelecimento da AU como tema de políticas públicas. Como relata Almeida:

Smit (1996) e Mougeot (2006) destacam a criação do *Support Group for Urban Agriculture* (SGUA), em 1996, a partir do *Urban Agriculture Advisory Committee* (UAAC) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A “*Urban Agriculture Initiative*”, formulada pelo SGUA, trabalhou na realização de pesquisas, na identificação de necessidades de desenvolvimento relacionadas à agricultura urbana e na coordenação do esforço conjunto dos seus participantes, registrando a participação de mais de 40 organizações internacionais. No mesmo ano, o SGUA criou a *Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security* (RUA), que a princípio funcionou como uma rede internacional e posteriormente se institucionalizou. (2016, p. 59)

Nascido de uma iniciativa do PNUD, o SGUA tinha um caráter global como atestam as organizações que o compunham¹⁰⁴. A crítica feita ao *Agropolis* dava-se em função da distribuição internacional de suas bolsas de pesquisa. Como relatam Whyter e Drescher (2003, n.p.), a distribuição regional apontava uma disparidade imensa entre as áreas, sendo que no período até 2000 a Ásia tinha recebido somente dois prêmios contra 13 da África e 5 só no Canadá. Ao invés de melhorar esta disparidade ao longo do programa, aparentemente ela aumentou. O IDRC procurou aumentar a quantidade de estudantes oriundos da LAC, através da criação de um formulário de aplicação traduzido para o espanhol e promovendo o programa através das embaixadas canadenses e de redes como a AGUILA, o que resultou em 50% dos ganhadores de 2003 serem oriundos da LAC (*ibidem*, 2003, n.p.). A disparidade com a Ásia em especial reflete a decisão do CFP de não trabalhar nesta área. Entretanto, *Agropolis* não é somente um programa do IDRC e sim uma contribuição ao SGUA e, portanto, deveria ser global. Assim, o problema era “a sensação de alguns dos parceiros de SGUA era de que as prioridades do programa regional do IDRC não deveriam sobrepujar a estratégia global da coalizão dos doadores” (*ibidem*, 2003, n.p., tradução própria).

Outra das estratégias de *capacity building* do CFP foram os cursos de treinamento regionais. Foram oferecidos três cursos, o primeiro no Oeste Africano, o segundo na América Latina e o terceiro no Leste Africano. Considerado bem sucedidos pelo relatório, os cursos demonstraram uma capacidade crescente de integrar mais planejadores e operadores de políticas públicas junto com as/os pesquisadoras/es a cada edição. Uma estratégia que se mostrou positiva dentro dos cursos foi a seleção de participantes. O curso selecionava através de um par projeto-cidade, procurando ter a presença de um participante de um determinado projeto juntamente com uma autoridade municipal da cidade onde tal projeto se dava. Isso permitiu um diálogo de *stakeholders*, levando a abertura de canais de diálogo entre os projetos e as ONGs envolvidas e o poder público local. Os resultados destes cursos foram replicados de alguma forma em outros encontros como seminários que se utilizaram do material produzido neste âmbito. Ressalta-se ainda a criação de uma aliança entre as cidades de Valadares (Brasil),

¹⁰⁴ A autora nos deixa uma lista reduzida das organizações que participaram do SGUA, mas que demonstra seu caráter internacional: “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), UN-HABITAT, UNICEF, *World Health Organization* (WHO); Banco Mundial, *German Technical Cooperation Agency* (GTZ), *German Foundation for International Development* (DSE), *Department for International Development* (DFID), *Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement* (CIRAD) *Japan International Cooperation Agency* (JICA), *Swedish International Development Cooperation Agency* (SIDA), *Directorate-General for International Cooperation* (DGIS), *United States Agency for International Development* (USAID), *Interamerican Foundation* (IAF), *Consultative Group for International Agricultural Research* (CGIAR), *Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation* (CTA), *ETC International*, *Save the Children*, CARE, Oxfam, *Heifer Institute* (COAF, 1999; MOUGEOT, 2006; SMIT, 1996”. (ALMEIDA, 2016, p. 59).

Cienfuegos (Cuba) e Rosário (Argentina) para a promoção da agricultura urbana no planejamento urbano (*ibidem*, 2003, n.p.). Alguns pontos fracos foram apontados pela revisão, em especial três: 1) a falta de treinamento complementar no desenvolvimento de propostas de projetos e de *fundraising* (levantamento de fundos) em geral; 2) a necessidade de desenvolver novos módulos de treinamento sobre metodologias de pesquisa-ação e; 3) o ainda baixo nível de presença das questões de gênero visto na baixa presença de mulheres tanto como participantes do curso como moderadoras e com pouco tempo tendo sido destinado a discutir as questões de gênero, mesmo que o segundo curso tenha melhorado em relação ao primeiro (*idem*, 2003, n.p.)¹⁰⁵.

Por último, temos que tratar da dimensão do *capacity building* que está presente transversalmente em outras áreas de pesquisa ou projetos. O que Whyter e Drescher nos relatam de suas entrevistas com os líderes de projeto é de que dentro dos projetos a *capacity building* se deu em três formas: em primeiro lugar, na construção de times e grupos de pesquisa com foco na multidisciplinaridade. Em segundo, a inclusão da análise de gênero nas análises sociais. E em terceiro, o foco no intercâmbio de tecnologias e metodologias através da criação de redes (*ibidem*, 2003, n.p.). Esses três pontos foram estimulados em todos os projetos apoiados pelo CFP. Entretanto, como já vimos os esforços com frequência ficavam aquém do esperado. Como o exemplo dado logo acima da atenção insuficiente dada às questões de gênero ou o caráter multidisciplinar que apesar de estimulado na pesquisa conduzida pelos projetos era fraco, para dizer o mínimo, dentro do próprio CFP (lembramos que nenhum cientista social estava presente). Apesar destas insuficiências, esse estímulo ao *capacity building* dentro dos projetos foi especialmente importante na formação das equipes de pesquisadoras/es. Em alguns casos para as instituições como o IWMI que após sua participação no CFP tornou a agricultura urbana um elemento integral de seu próprio programa (*idem*, 2003, n.p.).

A dimensão de *networking* foi uma das mais importantes do programa como um todo, como refletido nos gastos. Mais principalmente porque alguns dos reflexos mais duradouros do CFP é seu papel na formação e manutenção de redes de intercâmbio e referência sobre agricultura urbana. O desenvolvimento do *Resource Center on Urban Agriculture and Forestry* (RUAF) foi o maior trabalho do IDRC para a organização de uma rede global sobre a temática. Pensado em 1996¹⁰⁶ (logo depois da criação do SGUA) e tornado realidade em 1999, a RUAF

¹⁰⁵ Infelizmente, o relatório data de 2003, com o último curso ocorrendo em 2004. Por isso, não consegui localizar informações sobre esse tópico em relação ao terceiro curso, não podendo dizer se a situação melhorou.

¹⁰⁶ De acordo com Mougeot (2006), Almeida (2016) e Whyte & Drescher (2003) o ponto de elaboração e criação da RUAF, logo depois da criação do SGUA. Entretanto, é digno de nota que segundo o site oficial da RUAF, o

aparece como um esforço conjunto de diversas organizações internacionais para promover “documentação, compartilhamento e discussões sobre pesquisas e experiências locais de agricultura urbana” (*ibidem*, 2003, n.p., tradução própria) através de uma “parceria global em agricultura urbana e sistemas alimentares sustentáveis” (*ibidem*, 2003, n.p., tradução própria). A RUAF foi administrada pelo CFP durante seus primeiros anos, tendo depois se institucionalizado com fundos do IDRC e da *Dutch Development Organization* (DGIS) (*ibidem* 2003, n.p.). Chamada de “braço de informação do SGUA” (MOUGEOT, 2006, p. 32), a RUAF é até hoje uma das maiores fontes de informação sobre AU do mundo, além de organizadora de cursos e da publicação de um periódico especializado, a *Urban Agriculture Magazine* com tradução em diversas línguas¹⁰⁷. A RUAF atua ao redor do mundo com parecerias estratégicas em sete “pontos focais” ao redor do globo. Para além da RUAF, a dimensão de *networking* regional foi importante para o CFP. Como a *West African City Network*, sediada em Dakar com o apoio da IAGU (que funciona como um dos “pontos focais” para a RUAF), conduzida como um projeto do CFP com os objetivos de: diagnosticar as atividades de AU no país; identificar os obstáculos para a utilização de água reaproveitada e posse da terra; elaboração de planos de ação municipais (WHYTE & DRESCHER, 2003, n.p., tradução própria). É importante frisar que estas redes tem como intenção a integração da AU nos planos de urbanização, ou seja, elas procuram agregar a presença das municipalidades (através de diversos agentes), pesquisadoras/es e agricultoras/es urbanos.

As análises de gênero são uma preocupação do IDRC, não somente em relação ao CFP, mas, já desde essa época, de todos os projetos financiados pela organização. Entretanto, a análise de gênero nem sempre foi bem integrada. Apesar de uma melhora no comparativo entre a primeira fase e a segunda fase do programa (*ibidem*, 2003, n.p.), especialmente no que se refere à produção e disponibilização de pesquisas que incorporam as questões de gênero, o programa ficava novamente aquém do desejado. Como já falado neste capítulo, a presença de mulheres e o tempo destinado para o treinamento específico sobre gênero dentro dos cursos regionais foram um problema. Além disso, a obrigação de incluir as análises de gênero dentro

ponto que se menciona é de 1994, com a realização de uma conferência internacional em Ottawa. Isto pode indicar alguma disputa pela história da organização, como também pode ser só uma estratégia narrativa, pela antiguidade ou pela identificação com o Canadá. Segue a citação extraída do site: “The RUAF network was initiated in response to the needs identified by a group of representatives from 28 international organisations, including UNDP, FAO, IDRC, GTZ and CIRAD, that met in Ottawa (Canada) in 1994 and recognised the need to address the increasing “urbanisation of poverty” and growing urban food insecurity related to urban-rural migration, lack of formal employment, rising food prices, growing dependence on food imports, increasing dominance of supermarkets and fast food chains, and challenges posed by climate change”.

¹⁰⁷ Nem todas as edições possuem traduções em todas estas línguas, mas as mais comuns são: Inglês, Espanhol, Francês, Árabe, Chinês, Português e Turco.

dos programas financiados pelo IDRC ocasionou um problema, muitas vezes a inclusão mostrava-se ao nível do discurso e do (supostamente) pretendido mais do que na realidade. Sobre isso é muito demonstrativo a escrita da relatoria:

A partir de nossas entrevistas com os líderes de projeto nós acreditamos que existe uma maior consciência entre eles da importância de estudar os diferentes papéis e atitudes de homens e mulheres através de uma análise social que leve em consideração um contexto social ampliado. Contudo, tememos que para muitos pesquisadores do CFP a análise de gênero ainda é vista como necessária somente porque o IDRC obriga que a dimensão de gênero esteja presente nos projetos que financia. A atenção quanto ao gênero é vista como realizada quando as beneficiárias são mulheres ou quando alguma mulher faz parte das equipes dos projetos. Há pouco entendimento de que mulheres pesquisadoras também precisam de treinamento nas questões de gênero – esse conhecimento não vem naturalmente com o fato de ser mulher. Mesmo entre aqueles pesquisadores que possuem uma compreensão mais profunda do que é uma análise de gênero dentro de uma pesquisa o desafio é como implementar análises de gênero nos projetos, geralmente sem que especialistas em gênero estejam disponíveis nas equipes (*ibidem*, 2003, n.p., tradução própria)¹⁰⁸

Essas deficiências apontadas são certamente preocupantes, ainda mais na medida em que as mulheres envolvidas nestes projetos frequentemente se encontram entre a opressão patriarcal e o avanço do capitalismo neoliberal. Uma feliz exceção deste quadro é apontada pela inclusão de análises de gênero mais refinadas entre os trabalhos de pesquisas apoiados pelo *Agropolis*. Alguns exemplos destas pesquisas são, “insegurança alimentar de domicílios urbanos pobres e comandados por mulheres com pouco acesso a recursos”, “perigos para mulheres gerados por práticas agrícolas não seguras”, “lutas de mulheres sem terra contra políticas de acesso a terra e crédito para agricultura urbana” e “diferenças entre percepções de mulheres e homens na administração de jardins comunitários” (*ibidem*, 2003, n.p., tradução própria).

A parte de “*evaluation*” nos apresenta uma dimensão interessante sobre o tamanho e as restrições às quais o CFP esteve submetido. Ao invés de se avaliar regionalmente, ou mesmo por áreas geográficas, as avaliações foram elaboradas em torno das áreas principais de pesquisa. As avaliações dos programas individuais foram feitas na base de uma “revisão por pares”, comandadas pelos líderes de projetos. Isto diminuiu os custos em torno das revisões externas, porém é uma atitude dúbia. Como se perguntam Whyte e Drescher (2003, n.p.) é passível de

¹⁰⁸ “From our interviews with project leaders, we believe that there is more awareness among them now of the importance of studying the different roles and attitudes of men and women within a broader context of social analysis. However, we fear that for many CFP researchers, gender analysis is still seen as necessary mainly because IDRC insists on the gender dimension being included in the projects it funds. Gender sensitivity is seen as achieved when the beneficiaries are women, or some of the project team is female. There is little understanding that women researchers also need gender training – it doesn’t necessarily come naturally with being a woman. Even for those researchers who do have a deeper understanding of gender analysis in research, the challenge is how to implement gender analysis in projects, often without specialized gender expertise available”.

dúvida se as avaliações feitas pelos mesmos são relevantes considerando que não foram treinados para isto.

Por último, ainda não falei de uma das bases da atuação do CFP (e, posteriormente, da RUAF e da FAO) que é a metodologia de *Multi-stakeholder Policy formulation and Action Planning* (MPAP). O MPAP trata de um modelo de “participação social” onde aqueles que atuam em determinado assunto são chamados à atuarem como “partes interessadas” na elaboração de políticas públicas (no caso, o termo e a metodologia são amplos, usados também em outros casos como, por exemplo, empresas). Considerado apropriado para o planejamento de programas de agricultura urbana em função da multiplicidade de “partes interessadas” na temática (DUBBELING & de ZEEUW, 1999, p. 05), seu objetivo é de reunir em um mesmo “processo” agentes diferenciados, facilitar a comunicação e articulação de ações entre eles e delinear ações público e privadas em conjunto. Na exposição da metodologia pela RUAF são cinco fases do processo. Na primeira identificam-se os “*stakeholders*” da localidade(s) selecionada(s) (comumente com a consulta pública), formação da equipe e montagem da comunicação. A análise da situação é a segunda fase. Esta fase é responsável pelo levantamento de dados existentes (fontes secundárias), dados geográficos e em relação aos espaços vazios e a investigação do sistema legislativo local. Procura-se contemplar a dimensão econômica, política e ambiental mesmo que de forma inicial. O terceiro ponto pode ser um dos mais complicados, já que se refere à formação de uma agenda urbana que inclua a agricultura dentro e ao redor da cidade. Na quarta fase, a chamada “operacionalização” que inclui o desenho das políticas públicas, a elaboração de projetos conjuntos, acordos sobre orçamentos, a reformulação de normas e lei (quando possível) e a criação de planos específicos e a inclusão da AU em programas institucionais. E a última é a fase da “implementação, monitoramento, adaptação/ inovação”. Segundo a RUAF, o MPAP oferece uma gama de benefícios quando comparada com outras metodologias:

- Contribui para uma governança mais participativa, para parcerias público-privadas e auxilia a diminuir a desconfiança entre os grupos civis e o governo;
- Permite uma melhor análise da situação e mais qualidade na tomada de decisão (através de um melhor entendimento de prioridades e das necessidades de diferentes stakeholders envolvidos e da melhor integração de diferentes fontes de conhecimento, informação e expertise);
- Melhora a probabilidade de sucesso e da sustentabilidade da implementação (através de uma melhor aceitação e de um sentimento de pertencimentoda política formulada, de melhores mecanismos e processos de coordenação e mobilização e partilha de escasos recursos humanos, técnicos e financeiros) (Hemmati, 2002);

- Dá suporte à melhorias nas capacidades de resolução de problemas de instituições participativas (Partners and Propper, 2004). (*ibidem*, s.data, p. 06, tradução própria)¹⁰⁹

Mesmo assim, ressaltam as possibilidades negativas possíveis como a necessidade de pessoal qualificado, a demora a sua aplicação e mesmo a possibilidade de criar desigualdade de poder entre os “*stakeholders*” se o processo não for conduzido de forma transparente (*ibidem*, s. data, p. 06). O MPAP é importante não somente em si mesmo, mas também porque ele está na base do conceito de *City Region Food System* que veremos logo a seguir.

3.2 A FAO e o Food for Cities

Dentro da FAO, a agricultura urbana já foi objeto de estudos de diversos grupos e departamentos desde que o COAG (Committee on Agriculture) reconheceu a importância da AU em sua 15ª sessão em janeiro de 1999. Desde então a organização orientou a criação de um grupo de trabalho interdisciplinar e em conjunto com outros órgãos da ONU. Atualmente, a temática é tratada mais detalhadamente por dois programas: o “Food for the Cities multidisciplinar initiative” ou “FCIT”, financiado com fundos do Ministério da Agricultura alemão, e o programa “*Growing greener cities*” (GGC). Estas iniciativas possuem enfoques diferenciados. Primeiro vejamos o “*Food for the Cities*”. Lançado em 2001, o programa tem como objetivo “addressing the challenges that urbanization brings to the urban *and* rural population, as well as the environment, by building more sustainable and resilient food systems” (<http://www.fao.org/fcit/fcit-home/en/>, acessado em 23/04/2019). Segundo o *policy-brief* disponível em seu site (FAO, sem data), a atuação da organização se dá no suporte de diversos tipos de programas e projetos em cidades. Suas principais contribuições se dão através de seu *Special Programme for Food Security* (SPFS), do *Technical Cooperation Programme*, *Emergency and Rehabilitation Programme*, *Unilateral Trust Funds*, *Government*

¹⁰⁹ “It contributes to more participatory governance, public private partnerships and helps bridge the gap/overcome distrust between citizen groups and the government; It allows for better situation analysis and quality decision making (through a better understanding of priority issues and the needs of different stakeholders involved and a better linking of different sources of knowledge, information and expertise); It improves the likelihood of success and sustainability of implementation (through enhanced acceptance and ownership of the policy formulated, improved mechanisms and processes for coordination, and mobilising and pooling of scarce human, technical and financial resources) (Hemmati, 2002); It supports improvement of the problem-solving capacities of the participating institutions (Partners and Propper, 2004)”.

Decentralized Cooperation Programme e o *Telefood*¹¹⁰. Apesar do nível de descentralização da atuação do programa, suas estratégias e objetivos são: 1) fornecer suporte para AUP através da facilitação do acesso à água de qualidade para a produção; 2) na melhora dos sistemas urbanos de oferta e distribuição de alimentos; 3) apoio à pequenas produções de gado e leite; 4) na promoção de florestas urbanas e peri-urbanas; 5) no fornecimento de ajuda de emergência para pessoas vítimas de migração forçada e outras comunidades em risco (FAO, sem data). Ainda segundo o mesmo panfleto, são três formas de levar suas experiências:

- Produção de material (como diretrizes, manuais e livros de orientação) para autoridades locais e quadros técnicos;
- Organização de eventos e workshops em nutrição, alimentação e provimento de alimentos em áreas urbanas e de agricultura e silvicultura urbanas e periurbanas;
- O monitoramento e elaboração de indicadores de performance, incluindo o HORTIVAR¹¹¹ (www.fao.org/hortivar). (*ibidem*, sem data, tradução própria)¹¹²

Aqui já dá para enxergar alguma continuidade entre o CFP e o FCIT. Ambos são programas de desenvolvimento que se apoiam na construção de redes de contato e compartilhamento de experiências e recomendações. A distribuição geográfica dos projetos apresenta um caráter bem obvio, sendo todos em países que o SPFS nomeia de *Low-Income Food-Deficit Countries* (LIFDC)¹¹³, ou seja, países onde a pobreza se traduz na dificuldade de se alimentar (seja pelos preços altos ou baixa produção para o mercado interno).

A iniciativa trabalha com o conceito de *city region food systems* (CRFS), um enfoque que engloba a AU e AUP, mas trabalha de forma expandida. O conceito inclui além da produção de alimentos, o processamento, marketing, distribuição e o consumo de uma determinada área, pensada com um núcleo urbano e arredores periurbanos e rurais. Visto de forma integrada, através da existência de fluxos de energia, pessoas e mercadorias (<http://www.fao.org/fcit/fcit-home/en/>, visto em 24/04/2019), o CRFS pretende destacar a importância de conceber a cidade como um ecossistema complexo, que existe em constante interação com áreas não urbanas.

¹¹⁰ O Telefood é um nome dado a uma estratégia de campanhas anuais para levantar recursos para projetos de enfrentamento à fome.

¹¹¹ O HORTIVAR é um projeto de criação de uma base de dados de horticulturas mundiais cujo site ainda funciona no endereço www.fao.org/hortivar.

¹¹² “the production of resource materials (e.g. guidelines, manuals, resource books) for local authorities and technical staff; the organization of expert consultations and workshops on urban food supply and nutrition and urban and peri-urban agriculture and forestry; the monitoring and evaluation of performance indicators, including HORTIVAR”.

¹¹³ Países de baixa renda com déficit de alimentos, em tradução literal.

O CRFS é um conceito que aparece impulsionado pela parceria entre a RUAF e a FAO. Ele é mais que um conceito, é uma tentativa de uniformizar a metodologia e o entendimento de pesquisas feitas na temática. Sendo relativamente recente, encontra-se em constante mudança e revisão. Segundo uma revisão de literatura (feita em conjunto entre a FAO, RUAF e a Laurier Wilfred University) o CRFS baseia-se em três pontos de origem diferentes. Primeiramente, o conceito de *foodshed*, termo que não me aventurarei a traduzir, mas cujo significado é de procurar um modelo que inclua o fluxo e circulação dos alimentos além de sua produção e consumo. É considerado básico para o CRFS à medida que propõe entender a produção-consumo-circulação de alimentos em uma região através das possibilidades das mesmas. Não é importante somente se as pessoas estão consumindo, mas também o que e como. Como colocam:

Apoiado nos trabalhos de Hedden em 1920 e Getz no início da década de 1990 (Hedden, 1929; Getz, 1991), Kloppenberg descreve um foodshed como “fluxos de produtos alimentícios que concorrem para uma localidade particular, seus fluxos são mediados pelas características geográficas naturais e sociais” (1996, p. 12). O conceito de fluxos materiais entre diferentes lugares é construído tanto pelo mundo físico como pelas pessoas e suas culturas é central para a abordagem do CRFS. Kloppenberg começa com uma simple pergunta de Getz, “De onde nossa comida está vindo e como está chegando a nós?” (BLAY-PALMER, RENTING & DUBBELING, 2015, p. 05, tradução própria)¹¹⁴

Em segundo, o conceito de *biorregião*. Uma *biorregião* é dada não somente por sua dimensão geográfica ou biológica, como também por suas dimensões sociais. Apesar de se basear nas dimensões biológicas como fauna, flora e topografia, o conceito nos diz que uma área só pode ser compreendida por aqueles que nela vivem. Mais do que isso, uma biorregião contém um caráter de “consciência” de como viver naquele espaço:

No fim da década de 1970, Berg e Damsann (1977) descreveram biorregião como “tanto o terreno geográfico quanto o terreno da consciência – como um lugar e como as ideias que foram desenvolvidas sobre como viver naquele lugar. Dentro de uma biorregião as condições que influenciam a vida são similares e, em contrapartida, elas influenciam a ocupação humana (1977: 399). (*ibidem*, 2015, p. 06, tradução própria)¹¹⁵

¹¹⁴ “Building on the work by Hedden from the 1920s and Getz in the early 1990s (Hedden, 1929; Getz, 1991), Kloppenberg describes a foodshed as “streams of foodstuffs running into a particular locality, their flow mediated by the features of both natural and social geography” (1996, p. 12). The concept of material flows between different places negotiated by both the physical world as well as by people and their cultures is central to the CRFS approach. Kloppenberg begins with Getz’s simple question of “Where is our food coming from and how is it getting to us?” (1991: 26)”.

¹¹⁵ “In the late 1970s Berg and Damsann (1977) described the bioregion as referring “both to geographical terrain and a terrain of consciousness – to a place and the ideas that have developed about how to live in that place. Within a bioregion the conditions that influence life are similar and these in turn have influenced human occupancy” (1977: 399)”.

Em terceiro, temos o conceito de *place-making*¹¹⁶ que se refere à capacidade das pessoas de *ocupar* o espaço. De forma geral, o *place-making* não é somente um processo de ocupação do espaço induzido (ou seja, planejado) como também descentralizado. E, portanto, à medida que o processo de ocupação é descentralizado, as abordagens de *place-making* dão maior ênfase aos múltiplos agentes e projetos, e à vida cotidiana. Quanto levado ao estudo de sistemas alimentares, o *place-making* é absorvido através da atenção dada a como se alimentam, mais do que como deveriam se alimentar. Segundo a revisão bibliográfica:

Marsden (2012, 2013) faz considerações específicas sobre isso, incluindo: redes de atores e seus mercados, as maneiras nas quais se constituem espaços de acumulação e poder, capital social e a capacidade associada de inovações institucionais, a força de apoio de outras políticas em todas as escalas para a construção de sistemas alimentares sustentáveis (inclusive o controle de resíduos e as oportunidades de desenvolver energia verde associadas a isso) e a capacidade de expandir isso (*ibidem*, 2015, p. 06, tradução própria)¹¹⁷

O *Project for Public Spaces* (PPS) é uma ONG que advoga pelo *place-making* desde 1975 que aponta como inspiração do conceito o trabalho de William H. Whyte e, principalmente, Jane Jacobs. Jacobs foi autora de “Morte e vida de grandes cidades” (1961, no original “*The death and life of great american cities*”) um livro considerado clássico nos estudos urbanos. As principais ideias que orientaram o *place-making* são: 1) a leitura das cidades como ecossistemas e como organismos vivos; 2) desenvolvimento misto, a ideia de que a cidade envolve diversas funções econômicas e não econômicas, formas diferenciadas, assim como pessoas de diferentes idades e ocupações que variem no tempo e na hora (que a cidade não possua áreas que só parecem “vivas” em certos momentos do dia, como os centros de negócio que se tornam desertos quando o trabalho acaba); 3) planejamento comunitário de base, quem entende a vida cotidiana de um espaço está mais habilitado a planejar e ocupar o espaço de uma forma positiva; 4) questões sobre a densidade populacional, Jacobs rompe através de sua obra com alguns dos preconceitos do planejamento urbano de sua época. Um dos mais significativos é com a interpretação de que os “vícios” e a “degradação social” era consequência da concentração de pessoas e da falta de “ordem” das ocupações urbanas. Para Jacobs, não só essa correlação era falsa como a densidade seria um dos pontos positivos que gerariam uma vida urbana dinâmica, baseando-se na diferença entre superpopulação e concentração urbana.

¹¹⁶ Contrução de espaços, em tradução literal.

¹¹⁷ “Marsden (2012, 2013) points to specific considerations in this regard including: networks of actors and their markets, the ways in which spaces of accumulation and associated power are constituted, social capital and associated capacity for institutional innovation, strength of supportive policies at all scales for sustainable food systems (including waste management and associated green energy opportunities), and the capacity for scaling up”.

Podemos dizer que, mais do que uma questão quantitativa a concentração de pessoas deveria ser entendida como uma questão qualitativa e; 5) a atenção para a economia local, a defesa de que um crescimento urbano sustentável a longo prazo é derivado de uma forte economia local, pelo acréscimo de novas atividades econômicas e não pela especialização e substituição das atividades mais antigas a medida que a cidade cresça.

Esses conceitos apresentam as bases para uma contextualização dos sistemas alimentares pelo CRFS, fluxos (*foodshed*), limitações naturais, conhecimentos sobre flora, fauna e técnicas apropriadas (*bioregião*) e a capacidade de atores locais ocuparem/criarem o espaço no qual vivenciam sua vida cotidiana e o melhorarem (*place-making*). Estes são os elementos necessários para a contextualização e elaboração de estudos de CRFS. As metodologias empregadas para isso são variadas, um misto de métodos qualitativos e quantitativos, com foco nos dados dos domicílios e municipais. De acordo com o *toolkit* (manual) disponibilizado pela RUAF (novamente em parceria com a FAO e a Wilfrid Laurier University), os objetivos desta ferramenta metodológica são:

[...] ajudar cidades a: (1) avaliar o atual estado e performance de um city region food system através de uma abordagem sistemática; (2) identificar as áreas prioritárias para ação com objetivos claros e meios de medir as mudanças; (3) ajudar com as estratégias de planejamento e ações para alcançar os objetivos desejados; (4) estabelecer diretrizes e monitoramento das mudanças resultantes de uma (futura) implementação de políticas e programas (CAREY & DUBBELING, 2018, n.p., tradução própria)¹¹⁸

A proposta do CRFS é alcançada através da elaboração de um quadro de referência de indicadores (*indicator framework*), passível de ser comparado entre cidades e países. Ele possui seis dimensões de sustentabilidade e sete elementos de análise como apresentados no quadro na próxima página. Como observável, as categorias procuram compreender o contexto da cadeia de produção-consumo, com foco no tornar acessível os alimentos na cidade. As “dimensões de sustentabilidade” demonstram o caráter de intervenção múltipla que a produção e consumo de alimentos possui. Além disso, reflete a abertura dos programas de AUP para parcerias com atores com outras preocupações o que é esperado quando se considera como a temática ainda é inicial e, portanto, ainda apresenta dificuldades para obter recursos.

Em diversos sentidos, a dinâmica do CRFS é mais completa e complexa que as adotadas no CFP. A opção por entender os fluxos como parte elementar para a existência da cidade é um verdadeiro avanço. Sua própria definição de agricultura urbana traz novidades

¹¹⁸ “[...] help cities to: (1) Assess the current status and performance of a city region food system following a whole-system approach; (2) Identify priority areas for action with clear desired outcomes and ways of measuring change; (3) Help with planning strategy and action to achieving the desired outcomes; (4) Establish baselines and monitor changes resulting from (future) policy and programme implementation”.

interessantes, como o entendimento de que a agricultura urbana não é um resquício do passado ou algo que é levado a cabo por migrantes rurais, mas sim uma atividade que faz parte da vida urbana (CAREY & DUBBELING, 2018). Entretanto, muitas são as limitações e dificuldades ao redor do CRFS. Na revisão bibliográfica ressaltam três limitações importantes. Primeiramente, as relacionadas aos dados. Em grande parte do mundo não existe (ou as fontes não são confiáveis) informações sobre a produção alimentícia nas cidades ou perto. Ainda, onde existem as informações podem ser de difícil acesso, além de dispersas no tempo e no espaço, o que dificultaria a elaboração de diagnósticos. E, com frequência, se não existem dados secundários pode ser consideravelmente custoso coletar e produzir dados.

Em segundo, ao mesmo tempo em que o CRFS expande o entendimento dos sistemas alimentares que estão atuando no espaço urbano ele cria uma dificuldade. Torna-se mais difícil traduzir esta complexidade em “questões de pesquisa e metodologias que possam ser postas em ação” (BLAY-PALMER, RENTING & DUBBELING, 2015, p. 12, tradução própria). Esta dificuldade aumenta quando se tem em mente que um dos propósitos do CRFS é a capacidade de comparar diversos sistemas alimentares urbanos em situações sociais e econômicas dispare. Como relatam:

A complexidade aumenta com a expansão do processamento de alimentos, portanto, por exemplo, é relativamente mais fácil acompanhar o trajeto desde a origem de cebolas do que de pães e ambos são mais fáceis de rastrear do que alimentos extremamente processados aonde os ingredientes podem vir de qualquer lugar do planeta. Por esta razão muitos estudos focam em alimentos não processados, como frutas frescas e vegetais ou alimentos pouco processados. Outros fatores de complicação incluem: o número de pontos de venda; a vontade de atores ao longo da cadeia de produção de alimentos de dividir informação sobre as fontes de seus produtos e preços entre outras informações que poderiam prejudicar sua competitividade; a multiplicidades de categorias de alguns produtos como orgânicos ou os com muitas variedades (como, por exemplo, o caso das maçãs); e a disponibilidade de produtos de acordo com a sazonalidade (*ibidem*, 2015, p. 12, tradução própria)¹¹⁹

Em terceiro, como esperado de um enfoque ainda recente as lacunas na bibliografia do tema são consideráveis e com muitos problemas que ainda não tiveram atenção o bastante. Lacunas como as advindas da dificuldade de estabelecer as fronteiras quando estamos falando de sistemas alimentares. E os efeitos destas fronteiras quando falamos de para quem essas políticas públicas serão elaboradas, como alertam, “[e]ssas decisões podem

¹¹⁹ “The complexity increases with the extent of food processing, so that it is for example relatively easier to track the sources of onions, than bread and these are both easier to track than highly processed foods where ingredients likely come from around the globe. For this reason, many studies focus on unprocessed food, such as fresh fruits and vegetables or lightly processed food. Other complicating factors include: the number of points of sale; the willingness of actors along the food chain to share information about their product sources, pricing and other information that could compromise their competitiveness; various categories of products such as organic or numerous varieties (for example, the case of apples); and, the availability of produce based on seasonality”.

privilegiar/desprivilegiar um conjunto de pessoas incluindo pessoas que vivem em lugares urbanos ou rurais, pessoas com renda baixa, mulheres, juventude e/ou indígenas e comunidades étnicas” (*ibidem*, 2015, p. 12, tradução própria)¹²⁰. Por último, as considerações práticas não são um desafio menor em matéria de escopo e escala e das possibilidades de executar esse tipo de pesquisa.

3.3 Growing Greener Cities

Enquanto isso, outro programa com outro enfoque é desenvolvido pelo *Plant Production and Protection Division* (AGP) outro grupo da FAO, responsável pela assistência a países que estejam interessados na transição para sistemas de plantação sustentáveis. Assim, o primeiro ponto de diferença com o “*Food for the Cities*” é que o seu escopo é mais restrito, trabalhando com a horticultura e com o conceito de “*Urban and Peri-urban Horticulture*” (UPH): “refere-se ao cultivo de um amplo conjunto de lavouras – incluindo frutas, vegetais, raízes, tubérculos e plantas ornamentais – dentro de cidades e municípios e nas suas áreas subjacentes” (2015). O foco do projeto é a inclusão e desenvolvimento da UPH no sentido da criação de cidades sustentáveis e resilientes em países com um processo de urbanização acelerada. Segundo o GGC:

O conceito de cidades verdes – desenhadas para a resiliência, autonomia, e sustentabilidade social, econômica e ambiental – é usualmente associada com o planejamento urbano em países mais desenvolvidos. Isso sugere eco-arquitetura cheia de tecnologia, ciclovias verdes e zero desperdício e indústrias de ciclo fechado. Contudo, o conceito possui uma aplicação especial e significativamente diferente em países em desenvolvimento e de baixa renda. Nesses, os elementos principais para cidades mais verdes podem guiar o desenvolvimento urbano para garantir a segurança alimentar, trabalho digno e renda, um meio ambiente mais limpo e uma boa governança para todos os cidadãos (<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/en/whyuph/index.html>, tradução própria)¹²¹

O programa possui uma abordagem que procura estimular cinco pontos. Primeiramente, a procura pelo compromisso e participação das instituições políticas. Por mais que a prática da UPH seja comum em grande parte das cidades e metrópoles ao redor do mundo,

¹²⁰ “These decisions can privilege/disadvantage a range of people including people living in urban or rural places, lower income groups, women, youth and/or indigenous and ethnic communities”.

¹²¹ “The concept of “green cities” - designed for resilience, self-reliance, and social, economic and environmental sustainability - is usually associated with urban planning in more developed countries. It suggests high-tech eco-architecture, bicycle greenways and zero-waste, “closed loop” industries. However, it has a special application, and significantly different social and economic dimensions, in low-income developing countries. There, the core principles of greener cities can guide urban development that ensures food security, decent work and income, a clean environment and good governance for all citizens”.

o baixo reconhecimento dela é prejudicial. Isso quando não é impeditivo com legislações e regulações que dificultam ou mesmo proíbem este tipo de atividade em áreas urbanas. Por isto o programa (como quase todo programa e projeto na área, devo dizer) procura apoiar o reconhecimento oficial e institucional da prática e a conscientização sobre a mesma. E oferece suporte e expertise para a inclusão da UPH em planos de desenvolvimento urbano, em políticas públicas de segurança alimentar ou estratégias de sustentabilidade urbana.

O segundo trata de dois pontos centrais para a existência e qualidade da UPH, o acesso de agricultoras/es urbanas/os à terra e água. Esta é uma questão central, especialmente quando a escala da produção aumenta. Assim, é importante a inclusão de áreas dedicadas à atividade de agricultura urbana dentro dos planos municipais de zoneamento. São importantes tanto do ponto de vista ambiental atuando como cinturões verdes (diminuindo a temperatura, promovendo reciclagem de nutrientes, etc...) como também por motivos legais (como impostos diferenciados) e para a proteção destas áreas da expansão imobiliária. A demarcação de áreas para a UPH ainda tem de levar em conta a distribuição de água apropriada para a atividade. E, para quando isto não é possível, o programa ainda estimula a inclusão de sistemas de coleta de água da chuva nos projetos apoiados.

Em terceiro, a procura pela qualidade dos produtos enquanto se protege o meio ambiente. A qualidade neste caso é referida através das expectativas de que certos parâmetros na produção sejam atendidos. Para isso o mais importante é o trabalho de “capacitação” de produtoras/es. O programa opera com a metodologia das “*Farmer field schools*” (FFS)¹²², prática da FAO desde o fim da década de 1980. Ao longo da década de 80 diversos novos problemas já tinham aparecido em função da generalização dos “pacotes” da Revolução Verde, principalmente surtos de pragas resistentes a pesticidas. Nesta conjuntura, agricultoras/es obtiveram sucesso com frequência contra os surtos graças aos conhecimentos locais e tradicionais. As FFS costumam ser constituídas por turmas com 20-25 fazendeiras/os com a participação de um facilitador treinado. Segundo Din e Morisson:

O Farmer Field School é um treinamento que dura uma estação para fazendeiros que envolvem atividades participativas, análises pró-ativas e de tomada de decisões. Os treinadores desempenham o papel de facilitadores mais do que de instrutores. O objetivo das escolas do campo é dar aos fazendeiros a oportunidade de aprender e alcançar maior controle sobre as condições que enfrentam todos os dias. Fazendeiros que participam de escolas do campo aprendem a reduzir o uso de pesticidas, melhorar o uso da água e da fertilidade do solo, aumentar seus ganhos e renda. Com esta base inicial, fazendeiros podem plantar outras variedades e diversificar com outras atividades relacionadas com seus agroecossistemas. O objetivo último das escolas do campo é melhorar o conhecimento e a capacidade de tomada de decisão dos

¹²² Informações adicionais disponíveis em <http://www.fao.org/agriculture/ippm/programme/en/>

fazendeiros para que possam construir sistemas agroalimentares sustentáveis e garantir a segurança alimentar de suas famílias e comunidades (2003, n.p., tradução própria)¹²³

Os FFS são utilizados para estimular a troca de conhecimentos entre as/os fazendeiras/os assim como abrir o leque de possibilidades para a administração das plantações com a junção do conhecimento convencional com o tradicional. Apesar da utilização do conhecimento convencional, é incentivada a transição para modelos menos dependentes da indústria química, tendo em mente que a UPH normalmente apresenta uma escala menor de produção, o que modifica muito os seus desafios. É especialmente estimulada a utilização de compostagem e de adubos orgânicos e a reciclagem de água para irrigação. É uma forma de identificar e disseminar o que a FAO chama de “boas práticas”¹²⁴.

A procura pela participação social e fortalecimento da sociedade civil é uma constante nos projetos analisados, mesmo que cada um em seus termos. Podemos dizer que a participação dos *stakeholders* é considerada uma boa prática para a gestão dos projetos sociais da FAO. Aqui o principal é a participação das/os produtoras/es e o papel da FAO é de estimular “a profissionalização de pequenos agricultores ao assegurar o acesso desses à treinamento, equipamentos, e insumos – especialmente sementes de qualidade e materiais de plantação – e ao microcrédito” (2015). Além disso, os projetos são estimulados a formar associações de produtores, com o auxílio da FAO para o contato entre produtoras/es e ONGs, pesquisadores, funcionários municipais e mesmo serviços privados.

O quinto ponto já trata da esfera do consumo e da distribuição. O consumo de frutas, vegetais e verduras fica normalmente abaixo do recomendável em boa parte do mundo. Muitas são as causas para isso como rendas familiares baixas, dificuldade de acesso a alimentos de qualidade e dificuldade para a distribuição de produtores de pequenas/os agricultoras/es. Tendo isto em mente, o GGC considera fundamental o trabalho de promoção do consumo deste tipo de alimentos, incentivando a variação de produtos, a formação de espaços para a

¹²³ “The farmer field school is a seasonlong training of farmers involving participatory activities, hands on analysis and decisionmaking. The field school trainer plays the role of a facilitator rather than an instructor. The objective of the field schools is to give farmers an opportunity to learn and achieve greater control over the conditions they face daily in their fields. Farmers who participate in field schools learn how to reduce their use of pesticides, improve water management and soil fertility, enhance their yields and increase incomes. From this initial base, farmers can move into other crops and diversify into other activities related to their agroecosystems. The ultimate aim of the field school is to improve farmers' knowledge and decision-making abilities so they can build up sustainable agricultural systems and enhance food security in their families and communities”.

¹²⁴ As “boas práticas” já são um conceito corrente em diversas ONGs e organizações da sociedade civil. Segundo a FAO, uma “boa prática” é “a successful experience that has been tested and replicated in different contexts and can therefore be recommended as a model. It deserves to be shared, so that a great number of people can adapt and adopt it” (<http://www.fao.org/capacity-development/resources/good-practices/en/>).

comercialização, desenvolvimento de acordos entre produtoras/es e restaurantes, entre outras medidas.

Tabela 04 – Elementos constituintes da abordagem de CRFS

Elementos constituintes de Food Systems	Dimensões de sustentabilidade urbana					
	Sustentabilidade e equidade social	Sustentabilidade econômica	Sustentabilidade ambiental	Integração Urbano-rural	Governança alimentar	Aumento da resiliência e diminuição de vulnerabilidades
Oferta e produção de alimentos						
Armazenamento, processamento e manufatura de alimentos						
Distribuição e mercado de alimentos						
Marketing, supermercados e revenda de alimentos						
Consumo de alimentos						
Gerenciamento do lixo orgânico						
Planejamento de políticas públicas de CRFS						

Fonte: baseado em CAREY & DUBBELING, n.p., 2018

Outra vertente deste trabalho é na esfera do marketing com campanhas de informação visando o público geral, a procura por métodos alternativos de venda direta e identificação e formação de mercados de nicho para alimentos e temperos orgânicos. Por último, procurando estimular o hábito de uma alimentação saudável nas crianças, o GGC estimula programas de criação de jardins em escolas.

Os locais de atuação do programa são (até onde está divulgado) na América Latina e África, em países considerados como LIFDC. O programa atua/atuou em 10 Estados diferentes, financiados em sua maior parte por países estrangeiros (com exceção da Colômbia, que é uma das fontes de seus projetos, e a Venezuela, que foi a única fonte de recursos na atuação em seu país) e todos europeus (com exceção dos latino-americanos já citados). As práticas variam bastante, sendo as mais comuns o incentivo a criação de *micro-gardens* (MGs), treinamentos diversos e assessorias a governos.

Micro-gardens são produções intensivas de vegetais, ervas, temperos e tubérculos entre outras variedades em pequenos espaços, normalmente privados como varandas, lajes e quintais. Podem proliferar facilmente já que demandam pouco espaço, segundo estudos da própria FAO (<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/FS/UPH-FS-6.pdf>) um MG de um metro quadrado pode produzir em torno de 200 tomates em um ano, 36 cabeças de alface a cada 60 dias, 10 repolhos a cada 90 dias ou 100 cebolas a cada 120 dias. Além disso, MGs podem utilizar containers de diversos tipos como baldes, caixas ou mesmo pneus para a produção. Necessitam de poucos insumos, consumindo pouca água e aliado à compostagem dispensa o uso de fertilizantes ou adubos químicos. Podem ser mantidos sem muito esforço e segundo a FAO são apropriados para “mulheres, homens, crianças, idosos e deficientes” (<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/FS/UPH-FS-6.pdf>). Os MGs são, portanto, uma estratégia muito valorizada por fornecer alimentos na escala dos domicílios e terem uma ótima relação custo-benefício do ponto de vista dos programas. Segundo um dos *policy-briefs* do GGC, famílias de baixa renda costumam “dominar” rapidamente as tecnologias de *micro-garden*. Para seu sucesso bastam:

[...] um centro de treinamento e demonstração, identificação de fontes locais de insumos como contêineres, sementes, substrato e fertilizantes. Criação de um escritório de suporte técnico local (por exemplo, uma secretaria municipal de horticultura), engajamento de fornecedores privados e parcerias com ONGs e associações de agricultores comunitários para contribuir com a sustentabilidade dos programas de micro-jardinagem (*ibidem*, n.p., tradução própria)¹²⁵

¹²⁵ “[...] a training and demonstration centre, and identify local sources of inputs, such as containers, seeds, substrates and fertilizer. Creation of a local technical “help desk” (for example, in a municipal horticulture

Considerados extremamente versáteis, os MGs são uma das ferramentas da FAO para locais em situações de crise como depois de desastres naturais ou guerras.

Vejamos um dos projetos mais divulgados pelo programa, os projetos da República Democrática do Congo (RDC). Em parceria com a FAO o Ministério de Desenvolvimento Rural lançou um programa de incentivo à UPH em cinco cidades (Kinshasa, a capital, Lubumbashi, Kisangani, Likasi e Mbanza-Ngungu) em 2000. Esse programa alcançou uma institucionalização considerável. Partindo do ministério, foi organizado um serviço nacional de suporte à horticultura urbana e periurbana (SENAHUP, na sigla em inglês) com coordenação baseada em Kinshasa. O SENAHUP desenvolveu uma rede de escritórios municipais para gerir os projetos que contaram com comitês municipais de consulta. Dos comitês participavam funcionários municipais assim como representantes de associações de fazendeiras/os e ONGs, com a presidência do prefeito da cidade. Além disso, contava-se com o apoio de um escritório nacional da FAO e com suporte técnico em UPH da sede em Roma.

Dentre as cidades o caso de Lubumbashi, a segunda maior cidade da RDC, é considerado uma experiência de grande sucesso do GGC e veremos o porquê agora. Um dos tipos mais importantes de produção-consumo que localizaram nas cidades atendidas foi o modelo de “*Market gardening*” (MKG). MKGs são áreas urbanas dedicadas à plantação e distribuição locais. São normalmente áreas não regularizadas, com diversos tipos de acordo para a posse (ou mesmo nenhum tipo de acordo, privado ou público). São submetidos à “sistemas ‘nebulosos’ de propriedade de terras com direitos de posse formais e tradicional se sobrepondo e com rápidas mudanças nos valores e usos da terra” (FAO, 2012, p. 21, tradução própria)¹²⁶. Por isso as/os agricultoras/es encontram-se em situação de instabilidade constante. Sem títulos de propriedade ou mesmo acordos, a ameaça de serem expulsas/os por questões legais, por desacordos internos ou por pressão imobiliária é grande. Não à toa que a maior parte destes mercados-jardins esteja localizada nas periferias e em áreas de baixo interesse. Não é incomum que se localizem em beiras de estradas, perto de lixões ou áreas industriais. Mesmo em países que a AU se encontre reconhecida pelo planejamento urbano nada é garantido, segundo a FAO situações onde “líderes” vendem ou repassam lotes enquanto as/os fazendeiras/os estão distantes não são incomuns (FAO, 2012, p. 21). Mesmo com todas as dificuldades é notável a importância que esses mercados assumem para a alimentação urbana. São a principal fonte de verduras em Accra (Gana), Dakar (Senegal), Bangui

office), engagement of private sector suppliers, and partnerships between NGOs and community gardeners’ associations contribute to the sustainability of micro-gardening programmes”.

¹²⁶ “(...) “fuzzy” systems of land ownership, with overlapping formal and traditional tenure rights, and rapidly changing land uses and values”.

(República Centro-Africana), Brazaville (República do Congo), Ibadan (Nigéria), Kinshasa e Yaoundé (Camarões) (*ibidem*, 2012, p. 19).

Ao longo deste capítulo procurei apresentar como a agricultura urbana surge e cresce como um tema e campo (de pesquisa e de intervenção) e como sua conceituação atual está estritamente ligada à atuação de organizações internacionais como a IDRC e a FAO. Vimos a construção de um paradigma de agricultura urbana que procura se firmar como uma possibilidade de diminuição das desigualdades sociais, principalmente no tocante à alimentação. Além disso, vimos o conjunto de metodologias utilizadas nos/para os programas de AU. Conceitos e métodos como o “*multi-stakeholder*”, o “*City Region Food Systems*”, “*Farmers Field Schools*” são algumas das práticas mais difundidas na organização de projetos de AU na atualidade. Entretanto, tais métodos não estão flutuando no espaço, mas sim atrelados a visões e posicionamentos sobre o que são e o que devem ser elementos como a relação sociedade-Estado, meio ambiente-economia entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2018, uma série de altas no preço do diesel desencadeou um processo de manifestações de caminhoneiros. O Brasil, então, assistiu uma greve de caminhoneiros que durou mais de uma semana e que fecharam diversas rodovias. Em dez dias de negociações com o governo, o então presidente Michel Temer utilizou-se do Exército e da Polícia para impedir os fechamentos de rodovias. Nesse tempo, grande parte da população do Rio de Janeiro ficou preocupada não com as importações, mas sim com sua alimentação. A cidade do Rio de Janeiro, capital de seu estado, é altamente dependente da produção de outras cidades. Em meros três dias a ameaça de desabastecimento no Rio provocou uma subida vertiginosa no preço dos alimentos:

Entre os produtos que sofreram alta, a batata foi o aquele que passou a ser comercializado com maior preço. Mas a batata doce, cenoura e morango, também registraram alta nos preços. Como exemplo, o valor do saco de 50 quilos de batata inglesa lisa, que custava em média R\$74 na semana passada, nesta quarta aumentou para R\$350. Uma variação de 373% (G1, 2018, disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/greve-de-caminhoneiros-veja-quais-setores-do-rj-foram-afetados.ghtml>> Acesso em: 23 set. 2019)

Ao mesmo tempo a Feira da Roça, Agroecologia e Cultura que ocorre todo domingo no bairro de Vargem Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro teve um de seus melhores dias. A Feira da Roça congrega principalmente agricultoras/es que plantam e vivem ao redor do bairro, especialmente no Maciço da Pedra Branca. Mesmo uma cidade que é vista como sem agricultura, quando se olha melhor percebe-se que isso é uma simplificação grotesca. Porém, esta imagem da cidade como oposto de natureza continua presente e generalizada no imaginário de diversas pessoas ao redor do mundo.

A agricultura urbana pode ser considerada uma prática razoavelmente recente. Entretanto, como vimos, não faltam pessoas que procuram dizer que ela existe há milênios. Procuram equivaler qualquer cidade na história à atual e com isso dar a qualquer agricultura feita dentro do que entendem como cidade o mesmo significado. Entretanto, vimos como isto é uma falácia. A AU atual só pode ser entendida como uma prática que existe a partir do processo de urbanização e a consequente expulsão da agricultura da cidade. Essa separação da cidade com o campo é a condição para a definição da AU como um oxímoro.

O fio condutor desta dissertação é que, apesar da multiplicidade de práticas de agricultura urbana, um discurso hegemônico se formou. E este discurso possui origem na atuação de diversas organizações internacionais que promoveram pesquisas e programas na

temática. Destas vimos duas que identifiquei como essenciais para a formulação deste discurso, o International Development Research Centre e a Food and Agriculture Organization. O programa “Cities Feeding People” (CFP) do IDRC é o primeiro de alcance mundial a promover a AU como uma mudança positiva para as cidades e para o combate à pobreza urbana. Por sua vez, os programas da FAO, o “Food for the Cities” e o “Growing Greener Cities” são o que há de mais recente na produção de um discurso de AU como uma tecnologia.

O CFP foi um programa pioneiro na elaboração de uma proposta de como produzir alimentos na cidade pode mobilizar diversos setores diferentes (alimentação, renda, saúde, reciclagem, etc...). Este é um elemento importantíssimo na construção deste discurso hegemônico, a universalidade. Como Brand e Muñoz (2007, p. 53) colocam, estas organizações procuram apresentar seus projetos através do prisma da universalidade e cooperação. Por sua vez, o “Food for the Cities” atua na construção de indicadores quantificáveis e que possam ser replicados para estudos ao redor do mundo. O “Growing Greener Cities” é um programa muito mais voltado para a construção de iniciativas em suas áreas de atuação.

Essas organizações funcionam enquanto mediadoras. Seu papel é de um ponto de referência que procuram mediar a relação entre a sociedade e o Estado enquanto o mercado é visto como o campo da oportunidade. Partindo do princípio de que situações de *win-win* são não somente possíveis, mas que elas são o próprio caminho para a sustentabilidade. Isto ocorre não somente com a tentativa de identificar “oportunidades” ou “capacitar” as pessoas, como também de criar suas próprias “oportunidades” através de editais e afins. Justamente por desenvolverem esse papel que existe certa expectativa de que irá executá-lo. Sobre uma visita de campo, Whyte e Drescher (2003, n.p.) relatam que os dois maiores problemas do CFP seriam a falta de recursos por um lado e pelo outro a falta de parcerias de outras agências e ministérios. O que os coordenadores locais dos projetos envolvidos com o CFP esperavam do IDRC é que ele fosse capaz de gerar “oportunidades” para coleta de recursos e que conseguisse envolver agentes governamentais. Ou seja, que ele fosse capaz de agir como mediador entre as ONGs locais (sociedade civil) com as “oportunidades” de financiamento (mercado) e com o Estado.

Para além de demonstrar a existência de *um* discurso hegemônico sobre a agricultura urbana, o que procurei demonstrar foi como este discurso foi criado e possui proximidade com a Teoria da Modernização Ecológica. E como a TME é em si um discurso que procura criar consensos em torno da possibilidade e caminho para o chamado “desenvolvimento sustentável”, que é uma tentativa de conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental utilizando a crença na tecnologia e no avanço tecnológico como meio para tanto. Neste sentido também a AU propagada pelas OIs não pode ser tratada como autônoma, mas

sim localizada dentro das crenças e racionalidades construídas em torno do “desenvolvimento sustentável”.

Maarten Hajer ao escrever seu livro sobre o estudo do discurso da modernização ecológica diz que existem ao menos duas formas de olhar a questão do discurso:

Na fala cotidiana um discurso é visto como sinônimo de diálogo ou, na melhor das hipóteses, é entendido como um “modo de falar”. Porém, de uma perspectiva das ciências sociais faz sentido que reconsideremos esse entendimento senso-comum sobre o discurso. Tentamos, analiticamente, fazer sentido das regularidades e variações no que está sendo dito (ou escrito) e tentamos entender os planos de fundo sociais e os efeitos sociais de modos de falar específicos. Primeiramente, analisando em que contexto uma afirmação é feita ou para quem a afirmação é direcionada. Discurso é então visto como internamente relacionado com as práticas nas quais ele é produzido. Alguém pode também apontar para o conteúdo do que está sendo dito. Um discurso é então visto como um conjunto de ideias, conceitos e categorizações (1995, p. 44, tradução própria)¹²⁷

Nestes sentidos, a procura por pela regularidade e repetição, para quem e para o que e quais os conceitos, ideias e categorias que são mobilizadas que planejei a investigação que foi feita. O que existe de comum entre o dito e feito destas organizações foi o ponto de encontro do trabalho. E neste sentido acredito poder afirmar que existe sim *um discurso de AU próprio das organizações*. Não “o” discurso como colocam Brand e Muñoz, mas *um*. Entretanto, o poder e capacidade destas OIs para direcionar o debate público e coordenar a formação de uma agenda em torno de si que não pode ser menosprezado.

E um discurso que deve ser posicionado dentro da lógica da resolução de problemas, ou seja, como algo que resolve uma perturbação. Deste ponto de vista a AU encontra-se reduzida para uma tecnologia verde o que limita ou procura limitar quais as formas que surgem e se desenvolvem. E enquanto a AU parece um discurso próprio é na verdade um discurso coligado. As quatro características da Teoria da Modernização Ecológica estão presentes na imagem construída pelas OIs para a agricultura urbana. Os quatro princípios da TME demonstram como o debate que é levantado por “Os limites do crescimento” continuam latentes. Novamente, são eles a *inovação*, a *prevenção*, a *participação pública* e a noção de *soluções ambientais-econômicas*. A inovação e as soluções ambientais-econômicas são as dimensões de crença, de que a tecnologia pode evitar o colapso através da “inventividade humana”. A participação

¹²⁷ “In everyday speech, discourse is seen as synonymous with discussion, or is at best understood as a 'mode of talking'. Yet from a social scientific point of view it makes sense to reconsider this common-sense understanding of discourse. Analytically we try to make sense of the regularities and variations in what is being said (or written) and try to understand the social backgrounds and the social effects of specific modes of talking. First by analysing in which context a statement is made or to whom statements are directed. Discourse is then seen as internally related to the social practices in which it is produced. One may also point to the content of what is said. A discourse is then seen as an ensemble of ideas, concepts, and categorizations.

pública expressa uma dimensão de consenso, ou uma tentativa de fazer proliferar a racionalidade do “pertencimento”. Por último, a prevenção demonstra mais do que uma preocupação com o meio ambiente, uma preocupação com a contenção de gastos. Lembremos as medidas como os bancos de carbono onde um empresa ou indivíduo pode doar dinheiro para que “cubram” a destruição causada por uma atividade econômica devastadora do meio ambiente. A procura por alinhar as iniciativas de agricultura urbana com os princípios da TME ocorre de muitas formas, como cursos de capacitação ou empreendedorismo, a criação de editais cujos requisitos não permitem que as/os indivíduos envolvidos façam outras atividades entre outras situações. Isso procura incentivar uma dimensão passiva da AU, como se estivessem sempre recuperando a devastação e a destruição do ambiente. Porém, na medida em que a AU é um *trabalho* (aqui no sentido em que Marx empregava, ou seja, como uma intermediação da humanidade com seu meio e entre si), a agricultura urbana possui a capacidade de reorganizar certas relações de existência entre humanidade e meio. Não somente pela recuperação de algo, mas pela construção de novas formas de sociabilidade na cidade, em uma dimensão ativa.

Vista como um campo de disputa a AU carrega o potencial de trazer à tona diversos questionamentos necessários para um bem-viver, na cidade ou no campo. Como produzimos e distribuimos os alimentos, quais as possibilidades de uso para o espaço urbano, entre outros. Entretanto, isto é um potencial. A dimensão radical da agricultura urbana só poderá florescer na medida em que se entender dentro de uma situação de mercadorização da cidade. Se entender assim é também se distanciar do conteúdo (técnico) proposto pelos organismos internacionais e se aproximar cada vez mais do conteúdo político. Por outro lado as forças políticas progressistas que se identificam com o conteúdo mais radical da AU devem se aproximar do debate para não o deixar nas mãos técnicas.

O objetivo desta dissertação não foi catalogar quais as formas de se fazer agricultura urbana. Antes de tudo o mais, o objetivo é demonstrar que a AU é/será um fenômeno de importância política crescente. Cada vez mais a agricultura urbana deixa de ser uma atividade *na* cidade para uma atividade *da* cidade, como Almeida aponta (2016, p. 185). Cada vez mais cidades incorporam a AU a seus planejamentos. Isto e os novos projetos que surgem, seja a multiplicação de jardins comunitários e hortas públicas aos novos prédios desenhados somente para produzir permitem identificar a AU como uma tendência que continua crescendo. E podemos esperar que ainda cresça mais. Assim, cada vez nos distanciamos mais de interpretações da AU como um oxímoro. E esta superação ocorre não somente pelos motivos que Tinker (*in* MOUGEOT, 1994) atribui, ou seja, não somente pelo entendimento renovado e

estimulado das práticas. Na verdade, a agricultura urbana deixa de ser um oxímoro porque ela cada vez mais *faz parte* da cidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. A. O. DE. *Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2016. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016
- ALVES, J., MARIA, R., BUARQUE, B.; COSTA, L. *Estado e sociedade civil em Gramsci: uma primeira aproximação*. In análs da *I JOINGG – Jornada internacional de estudos e pesquisas em Antônio Gramsci: Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia*. Fortaleza. 2016.
- BANCO MUNDIAL. *Urban agriculture: Findings from four city case studies*. Washington, D.C., 2013. Disponível em <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/16273/807590NWP0UDS00Box0379817B00PUBLIC0.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 de out. 2019
- BECK, U. *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BLAY-PALMER, A., RENTING, H.; DUBBELING, M. *City-region food systems: A literature review*, 2015. Disponível em <<https://www.ruaf.org/sites/default/files/City Region Food Systems literature review.pdf>> Acesso em: 21 de ago. 2019
- BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2017.
- _____. *O conceito de Sociedade Civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BRAND, P.; MUÑOZ, E. *Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política*. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, XXI, n. 1, p. 47–70, 2007.
- CANCELA, J. M. F. *A agricultura urbana na operacionalização da estrutura ecológica municipal: o estudo de caso do parque agrícola da alta de Lisboa*. 243 f. 2014. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014
- CAREY, J.; DUBBELING, M. *City Region Food System Toolkit: Assessing and planning sustainable city region food systems*. Ottawa, 2018. Disponível em <<http://www.fao.org/3/i9255en/I9255EN.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2019
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CAVALCANTI, C. (Org). *Desenvolvimento e natureza : estudos para uma sociedade sustentável*. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.
- CHIANCA, G. K.; MARLOIE, M. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413–425, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Oslo, 1987.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium - Journal of International Studies*, v. 10, issue 2, p. 126–155, 1981.

DESPOMMIER, D. *The vertical farm: Feeding the world in the 21st century*. 1. ed. New York: Picador, 2010.

DIN, D. A.; MORISSON, M. *Farmer Field School for Sustainable Agriculture Development in Myanmar*. Kachin, 2003. Evaluation report

DUBBELING, M., & de ZEEUW, H. Multi-stakeholder policy formulation and action planning for sustainable urban agriculture development. *RUAF, Working Paper 1*, v. 10, n.3, p. 69–78, 1999.

EDIBLE SCHOOLYARD. *Annual report*, Berkeley, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Urban and Peri-Urban Agriculture: A briefing guide for the successful implementation of Urban and Peri-urban Agriculture in Developing Countries and Countries of Transition*, 2001.

_____. *Growing Greener Cities in Africa: First status report on urban and peri-urban horticulture in Africa*. Rome, 2012.

_____. *Food Security Communications Toolkit*. Rome, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i2195e/i2195e.pdf>> Acesso em: 07 maio 2019.

FERRARETO, L. C. 2015. *A agricultura urbana e suas múltiplas funções : a experiência do Programa Lavoura da prefeitura de Curitiba-PR*. 2015.116 f. Dissertação (Mestre em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

GIDDENS, A., LASH, S., & BECK, U. *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: volume 3*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HAJER, M. *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HARDMAN, M., & LARKHAM, P. J. *Informal Urban Agriculture: The secret lives of guerrilla*. 1 ed. New York: Springer Publisher, 2014.

HOORNWEG, D., & MUNRO-FAURE, P. *Urban agriculture for sustainable poverty alleviation and food security*, Washington D.C., p.1–83, 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/PDF/UPA_-_WBpaper-Final_October_2008.pdf> Acesso em: 15 jun 2018

INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE. *IDRC at 40: A brief history*. Ottawa, 2011. Disponível em: <<https://www.idrc.ca/sites/default/files/sp/Documents/EN/idrc-at-forty.pdf>> Acesso em: 13 ago 2019

JACKSON, R.; SORENSEN, G. *Introdução às relações internacionais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JACOBS, J. *The Death and Life of great american cities*. New York: Random House, 1961.

LEFEBVRE, H. *Rhythmanalysis: Space, time and everyday life*. 1. ed. London: Bloomsbury Academic, 2013.

_____. *O vale de Campan: Estudo de sociologia rural*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

_____. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. *Novos Rumos*, v.46, n. 21, p. 4–10, 2006.

LOPES, L. M., VASCONCELLOS, M. A. S. de, & (Org.). *Manual de macroeconomia: Básico e intermediário*. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

LUFA FARMS. *Our vision is a city of rooftop farms*. Montreal, 2017. Disponível em: <https://static.lufa.com/uploads/browser/files/Press_kit_Lufa_Farms.zip> Acesso em: 04 ago. 2019

MALTHUS, T. *An essay on the principle of population*. 1.ed. London: Penguin Classics, 1983.

MARX, K. *Sobre a questão judaica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MCCLINTOCK, N. Cultivating (a) Sustainability Capital: Urban Agriculture, Ecogentrification, and the Uneven Valorization of Social Reproduction, *Annals of the American Association of Geographers*, v. 108, n.2, p. 579–590, 2018.

MCCLINTOCK, N. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Local Environment*, v.19, n.2, p. 147–171, 2014.

MEADOWS, D. H. *et al. The limits to growth: A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. 1. ed. New York: Universe books, 1972.

MILANEZ, B. Modernização ecológica no Brasil: limites e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 77–89, 2009.

MIRES, F. *O discurso da natureza: ecologia e política na América Latina*. 1. ed. Florianópolis: Ed. UFSC; Bernúncia, 2012.

MOK, H. et al. Strawberry fields forever? *Urban agriculture in developed countries: a review*, v. 34, p. 21–43, 2014.

MOUGEOT, L. J. A. *Urban Agriculture: Definition, presence, potential and risks, and policy challenges*, 1–58, program report n° 31, 1999.

_____. *Growing better cities: urban agriculture for sustainable development. Cities*. 1° ed. Ottawa: International Development Research Centre – IDRC, 2006.

_____. *Agropolis*. 1. ed. Ottawa: International Development Research Centre – IDRC, 2005.

MUSHAMBA, S., MUBVAMI, T., MARONGWE, N.; CHATIZA, K. (2003). *Report of the ministers' conference on Urban and Peri-Urban Agriculture: Prospects for food security and growth in Eastern and Southern Africa*. Harare. Disponível em: <https://www.ruaf.org/sites/default/files/ministers_conference.pdf> Acesso em: 07 ago. 2019

O'CONNOR, J. R. *Causas Naturales: Ensayos de Marxismo Ecológico*. 1. ed. Ciudad del México: Siglo XXI, 2001.

OLIVIERI, A. G. *A Teoria Da Modernização Ecológica: Uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos*. 2009. 207f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Brasília, Universidade de Brasília, 2009.

OTTMANN, M. M. A. *Agricultura Urbana: um estudo multicaso dos quintais da Favela do Parolin e Bairro Fanny em Curitiba, PR, Brasil e dos “Community Gardens” no Bronx, Nova Iorque, EUA*. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Setor de Ciências Agrárias, , Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode*, v. 34, issue 3, p. 380–404, 2002.

PRADO, B. A. *A construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: Agricultores do Maciço da Pedra Branca*. 2012. 75 f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

PUDUP, M. B. *It takes a garden: Cultivating citizen-subjects in organized garden projects*, *Geoforum*, v. 39, p. 1228–1240, 2008.

PURCELL, M.; TYMAN, S. K. Cultivating food as a right to the city. *Local Environment*, v. 20, issue 10p. 1132-1147, 2014.

SCHANS, J. W. v. d. ; RENTING, H. ; VEENHUIZEN, R. v. Inovações em agricultura urbana. *Revista de Agricultura Urbana*, n. 28, p. 02-20, 2014.

SHARMA, A., & GUPTA, A. *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell publishing. 2006.

SILVA, R. R. da; ALVES, L. A.; SILVA, K. N.; MELO, M. C. A. *Considerações sobre a agricultura urbana: O exemplo de Uberlândia - MG*. In *V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

TOMIELLO, N.; GUIVANT, J. S. Modernização Ecológica e Responsabilidade Social Empresarial. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 1, n.1, p. 134-159, 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Capacity development: a UNDP primer*. New York, 2009. Disponível em:

<https://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/capacity-development/capacity-development-a-undp-primer/CDG_PrimerReport_final_web.pdf>

Acesso em: 26 ago. 2019

URBAN COUNCIL ASSOCIATION OF ZIMBABWE. *Nyanga declaration on Urban and Peri-Urban Agriculture in Zimbabwe*. Nyanga, 2002. Disponível em:

<<http://www.cityfarmer.org/zimbaDeclare.html>> Acesso em: 18 jul. 2019

VEIGA, J. E. da. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

VILLA, R. D. Agenda ecológica global e os regimes internacionais de meio ambiente: um estudo de caso difícil. In : *A agenda social das relações internacionais*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2005.

VIOLIN, T. C. A Sociedade civil e o Estado ampliado por Antonio Gramsci. *Revista Eletrônica Do CEJUR*, v.1, n. 1, p. 3–14, 2006.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WHYTE, A.; DRESCHER, A. *Cities Feeding People: External review*, Ottawa, 2003, Relatório técnico.

WINKLERPRIS, A. M. G. A. (Org.). *Global urban agriculture: convergence of theory and practice between North and South*. Pondicherry: SPi, 2017.